



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PGLetras

LUDIMILA SILVA DE ALMEIDA

**LOUCURA E DEPRESSÃO EM “A ESCRAVA” E *PONCIÁ VICÊNCIO*: aspectos
psicopatológicos, percursos e diálogos pós-coloniais**

São Luís - MA

2025

LUDIMILA SILVA DE ALMEIDA

**LOUCURA E DEPRESSÃO EM “A ESCRAVA” E *PONCIÁ VICÊNCIO*: aspectos
psicopatológicos, percursos e diálogos pós-coloniais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para
obtenção do título de Mestra em Letras.

Linha de Pesquisa 3: Estudos Teóricos e Críticos em Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Naiara Sales Araújo.

São Luís - MA

2025

Silva de Almeida, Ludimila.

LOUCURA E DEPRESSÃO EM A ESCRAVA E PONCIÁ VICÊNCIO:
aspectos psicopatológicos, percursos e diálogos pós-
coloniais / Ludimila Silva de Almeida. - 2025.
103 p.

Orientador(a): Naiara Sales Araújo.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2025.

1. Pós-colonialismo. 2. Psicopatologia. 3. Loucura.
4. Depressão. 5. A Escrava. Ponciá Vicêncio. I. Sales
Araújo, Naiara. II. Título.

LUDIMILA SILVA DE ALMEIDA

**LOUCURA E DEPRESSÃO EM “A ESCRAVA” E *PONCIÁ VICÊNCIO*: aspectos
psicopatológicos, percursos e diálogos pós-coloniais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para
obtenção do título de Mestra em Letras.

Linha de Pesquisa 3: Estudos Teóricos e Críticos em Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Naiara Sales Araújo.

Aprovada em _____ de _____ de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Naiara Sales Araújo

(UFMA)

ORIENTADORA

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

(UFMA)

Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nobrega

(UFCG)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelas oportunidades concedidas e por me abençoar sempre nos caminhos que desejo trilhar, me guiando e me acalmando, mostrando que tudo é possível desde que eu acredite em sua presença e em minha fé.

Agradeço à minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos, por sempre acreditarem em mim, me darem uma boa criação, com valores e, sobretudo, me ensinarem que posso fazer e ser o que sempre sonhei, desde que lembre de onde vim e permaneça humilde e confiante. Por fazerem o possível e o impossível, mesmo diante de tantas dificuldades, para a realização dos meus objetivos e me guiarem sempre para o caminho do bem.

Ao meu marido, por me acalmar nos dias difíceis, quando pensei em desistir, por todo o suporte financeiro e emocional durante toda a minha trajetória acadêmica e me mostrar que é possível, sim, realizar meus sonhos, só basta ter coragem e fé.

À família que me acolheu em São Luís, tia Jurema, Júlia, Maria Luísa e tio Fernando, por todo o acolhimento, atenção e confiança em mim. Sempre os terei como referência de família e solidariedade para com o outro.

Aos meus amigos de Colinas e São Luís, pois vocês tornaram esta jornada árdua mais agradável e leve, proporcionando um maior aproveitamento e desempenho coletivo e individual nas disciplinas e em minha construção crítica-literária.

Em especial, a professora pós-doutora Naiara Sales, acreditar e confiar em mim para desenvolver o papel de sua orientanda ao longo destes dois anos. Você é um exemplo de profissional que terei como referência ao longo de toda a minha vida.

Por fim, ao PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de conhecer professores excelentes e aprender que a literatura é um rico espaço cultural, onde é possível analisar, sob diferentes perspectivas, os ditos e não ditos dentro desses textos.

*Creemos que existe, em virtude da confluência entre as raças
branca e negra, o acometimento em massa de um complexo
psicoexistencial. Ao analisá-lo, almejamos a sua
destruição.*

(Frantz Fanon)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar os aspectos psicopatológicos da loucura e da depressão nas obras “A Escrava” e *Ponciá Vicêncio*, à luz dos fundamentos da teoria do discurso pós-colonial. Em ambas as narrativas, observou-se que os contextos colonial e neocolonial atuam como catalisadores de reações neuróticas e psicóticas — manifestadas por meio da loucura e da depressão — nas protagonistas Joana e Ponciá. Esses transtornos são compreendidos como respostas subjetivas à lógica opressora da colonialidade, que marca os corpos negros com traumas históricos, epistêmicos e simbólicos. A partir de uma perspectiva fenomenológica e decolonial, esta pesquisa qualitativa traçou um panorama histórico que se estende desde a Modernidade e o auge do colonialismo até os desdobramentos contemporâneos da colonialidade do poder (Quijano, 1992), focalizando seus impactos psíquicos em sujeitos racializados e subalternizados. A abordagem adotada foi interepistêmica, promovendo um diálogo entre teóricos pós-coloniais — como Frantz Fanon (2020), Gayatri Spivak (2010), Stuart Hall (2023) e Aimé Césaire (2020) — e pensadores latino-americanos da vertente decolonial, como Aníbal Quijano (1992), Enrique Dussel (1993), María Lugones (2014), Walter Dignolo (2010) e Lélia Gonzalez (2020). A análise propôs uma leitura crítica da zona psíquica do sujeito colonizado, com ênfase nos mecanismos de sofrimento mental engendrados pela violência epistêmica e pelas estruturas de dominação racial, de gênero e de classe herdadas da colonização. Como resultado, verificou-se que tanto Joana quanto Ponciá encarnam formas de sofrimento mental que não podem ser dissociadas das marcas históricas da colonialidade. A loucura e a depressão, nesses casos, não se configuram apenas como categorias clínicas, mas como expressões de resistência subjetiva e modos de denúncia das violências estruturais que atravessam os corpos negros. A pesquisa evidenciou, ainda, a potência da literatura como espaço crítico para a compreensão dos efeitos psíquicos da opressão colonial e como ferramenta de visibilização de vozes silenciadas. Diante da escassez de estudos que articulem psicopatologia e literatura sob essa perspectiva, este trabalho contribui para o fortalecimento dos diálogos interdisciplinares entre saúde mental, crítica pós-colonial e produção literária afro-brasileira.

Palavras-chave: Pós-colonialismo. Psicopatologia. Loucura. Depressão. A Escrava. *Ponciá Vicêncio*.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the psychopathological aspects of madness and depression in the novels “A Escrava” and *Ponciá Vicêncio*, through the lens of postcolonial discourse theory. In both narratives, it was observed that colonial and neocolonial contexts act as catalysts for neurotic and psychotic reactions—manifested through madness and depression—in the protagonists Joana and Ponciá. These disorders are understood as subjective responses to the oppressive logics of coloniality, which inscribe historical, epistemic, and symbolic trauma onto Black bodies. From a phenomenological and decolonial perspective, this qualitative research traced a historical panorama from the rise of Modernity and the height of colonialism to the contemporary unfolding of the coloniality of power (Quijano, 1992), focusing on its psychic impacts on racialized and subalternized subjects. The approach was inter-epistemic, establishing a dialogue between postcolonial theorists—such as Frantz Fanon (2020), Gayatri Spivak (2010), Stuart Hall (2023), and Aimé Césaire (2020)—and Latin American decolonial thinkers, including Aníbal Quijano (1992), Enrique Dussel (1993), María Lugones (2014), Walter D Mignolo (2010), and Léila Gonzalez (2020). The analysis proposed a critical reading of the psychic zone of the colonized subject, emphasizing the mental suffering produced by epistemic violence and the structures of racial, gender, and class domination inherited from colonialism. As a result, it was found that both Joana and Ponciá embody forms of psychological suffering that cannot be dissociated from the historical marks of coloniality. Madness and depression, in these cases, are not merely clinical categories but emerge as expressions of subjective resistance and forms of denouncing the structural violence inflicted on Black bodies. The research also highlighted the power of literature as a critical space for understanding the psychic effects of colonial oppression and as a tool for giving visibility to silenced voices. Given the scarcity of studies that articulate psychopathology and literature from this perspective, this work contributes to strengthening interdisciplinary dialogues between mental health, postcolonial criticism, and Afro-Brazilian literary production.

Keywords: Postcolonialism. Psychopathology. Madness. Depression. A Escrava. *Ponciá Vicêncio*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 DO CONTATO VIOLENTO DO OCIDENTE NO ORIENTE E A CRÍTICA PÓS-COLONIAL	14
2.1 Colonização maniqueísta e estrutura colonial	16
2.2 Teoria do discurso pós-colonial: uma releitura do negro no Novo Mundo	24
2.3 Colonialidade Modernidade: um giro decolonial dos estudos sobre o subalterno na América Latina	29
3 TENSÕES ENTRE LITERATURA E COLONIZAÇÃO: desdobramentos das enfermidades e o cenário pós-colonial	36
3.1 A psicopatologia de Frantz Fanon e a crítica pós-colonial: dimensões sociais do sofrimento psíquico	39
3.2 Literatura e colonização: uma nova psiquiatria na leitura do alienado	44
3.3 Dos aspectos coloniais e pós-coloniais na condição mental mórbida do negro	50
4 A LOUCURA EM “A ESCRAVA” DE MARIA FIRMINA DOS REIS E DEPRESSÃO EM PONCIÁ VICÊNCIO DE CONCEIÇÃO EVARISTO	58
4.1 Uma Maranhense	58
4.1.1 Abolicionismo e colonialismo no Brasil na segunda metade do século XIX em A Escrava	63
4.1.2 A loucura de Joana	68
4.1.3 Maternidade e trauma: o choque afetivo de Joana com a venda dos filhos	73
4.2 Conceição Evaristo e Ponciá Vicêncio	76
4.2.1 Colonialidade Moderna na Vila Vicêncio	80
4.2.2 Experiências da família Vicêncio no colonialismo e no neocolonialismo	86
4.2.3 Depressão em <i>Ponciá Vicêncio</i>	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Pensar descolonialmente é o grande marco da teoria pós-colonial na segunda metade do século XX. Com os novos rumos e desdobramentos das teorias culturais para pensar o outro, este se desloca de bárbaro, primitivo e incapaz de racionalizar, para alguém dotado de subjetividade que tende a proporcionar novas reflexões sobre as correntes filosóficas, teóricas e literárias dali por diante.

Sendo o objeto de estudo o próprio negro e suas experiências nefastas devido ao impacto colonial, é possível trazer à tona não somente a estrutura, como também de que maneira o contexto colonial fomentou em colonizados o surgimento de distúrbios psíquicos. Para Florival Cárceres (1988), com a queda da Idade Média e o surgimento, agora, da Idade Moderna, o homem antropocêntrico e humanista encontra a experimentação como base para analisar a ética, a cultura e o subjetivo/intersubjetivo dos sujeitos no globo.

Com a introdução do colonialismo europeu nas terras africanas, esta experimentação ocasiona no negro africano o exílio, a perda de suas identidades e os laços culturais antes enxergados e estabelecidos como religiões e modos de viver. Devido à racionalidade ser centrada no homem branco/europeu, este, com sua visão limitada, não foi capaz de enxergar e compreender as diferenças culturais existentes entre povos distintos.

Para Aimé Cesáire (2020), um dos grandes precursores da teoria do discurso pós-colonial, o pseudo-humanismo da Europa é um dos grandes erros para justificar a maneira violenta com que o Ocidente estabeleceu contato com o Oriente. Isto é, esta nova corrente de teóricos visava, agora, não somente representar o negro, se distanciando de referências europeias, como também atacar e desestruturar a retórica humanista da época.

Respectivamente, ao descobrir como o progresso da nação europeia foi justificado pela animalização do outro, encontraram-se novas facetas atribuídas pelo colono para amarrar e fixar no negro a ideia de que o seu sacrifício era necessário para curá-lo de sua inocência e barbaridade (Dussel, 1992). Este, por sua vez, deveria ser sacrificado – violentado – para que pudesse se emancipar de sua primitividade e se “encaixar” na racionalidade correta, a ocidental.

Dentre os inúmeros efeitos causados pelo drama racial, nesta dissertação, investigamos como as violências acometidas pela estrutura colonial desencadearam em sujeitos colonizados a eclosão de distúrbios psíquicos. A este despeito, Fanon (2020) escreve uma coletânea de obras que permite vislumbrar como a confluência entre as raças branca e negra instaurou no negro o surgimento de neuroses.

Para o autor, o racismo favoreceu, mesmo no contexto pós-colonial, a “desagregação do outro” (p. 221). Isso porque, ao problematizar sobre a narrativa de antilhanos, Fanon declara que estes não possuem valor próprio por objetos de comparação com o homem branco. Logo, é no outro que este encontra a afirmação de sua valorização e a sociedade antilhana, portanto, se vê nervosa/neurótica, por ser uma sociedade que se calca na “comparação”.

Se o indivíduo passa pela sociedade, é nela que encontra as referências sobre o saber e o ser. Contudo, para o negro colonizado, estas referências o tensionam a um nível representacional que não pode ser alcançado devido às categorias estabelecidas para raça e gênero. Consequentemente, por não conseguir ser representado como uma extensão do Eu, devido ser isolado da retórica humanista, se encontra num estado fragmentado e psicótico.

Podemos perceber como estas relações mitificadas pelo colono (Dussel, 1993) nas obras *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis e em *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2021), fomentam distúrbios nas personagens Joana e Ponciá, devido, sobretudo, ao impacto discursivo, corpóreo e psicológico que foi a colonização e suas extensões no contexto pós-abolição.

Na primeira obra em questão, a personagem Joana, sendo filha de um indígena livre com uma mulher negra escravizada, lida com a morte dos pais ainda muito jovem. Trabalharam nas terras do senhor Tavares – senhor da mãe de Joana – e juntaram suas economias para alforriar a filha. Contudo, logo após a morte de seu pai, a sua mãe é surpreendida pelo seu senhor que havia concedido uma falsa carta de alforria. Esta, por sua vez, não consegue lidar com a situação traumática e falece dias depois.

Entregue novamente à situação colonial, posteriormente têm seus filhos Carlos e Urbano vendidos para o comércio do tráfico negreiro. Por não suportar a perda e a saudade deixada pelos seus, passa a ter alucinações, além de ser colocada à figura de louca durante a narrativa. É somente após ser salva por uma abolicionista que ela e seu outro filho, Gabriel, também cativo, conseguem a sua liberdade. Entretanto, logo após ser socorrida, acaba morrendo devido à situação inóspita que já a debilitava. Gabriel, por sua vez, é entregue, livre, há um país ainda abolicionista.

Se para Spivak (2010) o subalterno é representado pelo outro e isso faz com que a sua voz não seja ouvida, Gabriel, sendo um negro ex-escravizado e alforriado, possivelmente terá sua voz deslegitimada e negada devido o cenário no Brasil na segunda metade do século XIX ainda ser controverso. Logo, a teoria pós-colonial urgirá, agora, pelo desejo de uma representação solidificada, uma vez que é o próprio negro que falará por si.

Já em *Ponciá Vicêncio* (2021), de Conceição Evaristo, a personagem Ponciá, que sai para a cidade na busca de melhorias de vida, é sucumbida a uma condição depressiva e

deprimida por perceber que, mesmo sendo esforçada e jovem, não há espaço emancipador para o negro, pois se deslocaram de um cenário colonial para um de colonialidade moderna (Quijano, 1992). Esta nova categoria, que fixa no negro, agora, amarras econômicas e sociais, o faz tão ou quase escravizado como no período colonial.

Devido ter sua herança psicológica e corpórea radicada na figura de seu avô – vô Vicêncio – carrega consigo não somente a sua maneira de andar, como também a sua declinação psíquica. De maneira simbólica, percebemos que a neta carrega consigo a herança colonial de todo um povo ainda preso pela pragmática colonizadora, na qual respinga em negros libertos o resultado da confusão da proposta pós-colonialista.

Visando problematizar estas nuances, este trabalho justifica-se por uma nova abordagem nos estudos pós-coloniais, sobretudo no que tange aos efeitos catárticos advindos do trauma colonial no campo da fenomenologia patológica da loucura e da depressão nas obras das respectivas escritoras.

Propomos, ainda, fazer uma nova leitura da condição psíquica da zona psicológica do negro colonizado, especialmente porque há uma escassez em investigações teóricas e literárias sobre a representação da loucura e da depressão no contexto colonial e pós-colonial, à luz da teoria pós-colonial, radicada na psicopatologia de Frantz Fanon (2020). Isto é, mesmo em épocas distintas, as autoras abordam temáticas com temas hodiernos e relevantes.

Diante desse contexto, surgem algumas questões centrais: quais são as perspectivas que revelam a relação entre loucura e depressão nos processos históricos de colonização e descolonização? Como o contexto de escravização e a colonialidade moderna vividos pelas personagens Joana e Ponciá Vicêncio contribuem para a compreensão desses transtornos? Em que medida os estudos psicopatológicos de Frantz Fanon (2020) ajudam a esclarecer os traumas coloniais representados na literatura afro-brasileira? Por que a imagem do sujeito negro foi historicamente construída como violenta e perigosa? E, finalmente, como a literatura tem retratado essas construções ao longo do tempo?

Em face do exposto, o objetivo desta dissertação é analisar a relação entre loucura e depressão no processo de colonização e descolonização, com base em diálogos e percursos pós-coloniais, nas obras *A Escrava* (2018) e *Ponciá Vicêncio* (2021). Visamos, portanto, no primeiro capítulo, refletir, através de uma releitura dos estudos pós-coloniais e decoloniais, sobre como a estrutura de colonização se configurava e utilizava-se das relações de poder para escravizar.

Em seguida, no segundo capítulo, consideramos a chegada dos estudos psicopatológicos, à luz do pós-colonial em Frantz Fanon, a fim de desvendar as nuances psicológicas advindas do trauma colonial e como isso refletiu/reflete na literatura. Por fim, no

terceiro capítulo, examinamos os aspectos entre loucura e depressão na literatura, com base no efeito catártico nefasto patológico provocado pelo cenário colonial nas obras em análise.

Procurando responder esta problemática, este trabalho se divide em três momentos. O primeiro capítulo, busca expor como se consolidou o contexto colonial desde a Idade Moderna com a descoberta e tráfico africano de negros ao continente europeu, elucidando como o este foi reconstruído insolitamente pela retórica humanista (Cesáire, 2020) da época até ser fixado em sua própria negritude. Ainda, nesse capítulo, mostramos como a teoria do discurso pós-colonial surge no contexto neocolonial para desconstruir a retórica ocidental e como esse movimento permite que novas categorias de análise sejam descobertas, como no caso da América latina.

A seguir, o segundo capítulo visa problematizar de que maneira o cenário colonial, descolonial e pós-colonial favoreceu a manifestação de neuroses e desvios psíquicos no negro, sobretudo no campo da loucura e da depressão. A este modo, elucidamos de que maneira a fenomenologia psicanalista apresentou uma dialética quando se tratou da experiência do negro adoecido e, como, nos estudos psicopatológicos de Frantz Fanon (2020), foi possível perceber a maneira com que o efeito do racismo fomentou patologias nos colonizados.

Por fim, no terceiro capítulo, discutiremos as obras “A Escrava” (2018) e *Ponciá Vicêncio* (2021), em diálogo com as teorias abordadas nos capítulos anteriores, evidenciando de que maneiras o cenário favoreceu à declinação dos seus estados psicológicos e como a reação adoecida das respectivas colonizadas expõe a maneira com que a colonização atravessou o corpo, o discurso e a cultura. Logo, a distribuições dos tópicos deste capítulo pretendem abarcar as nuances inóspitas deste sistema no sentido físico e psicológico do ser.

2. DO CONTATO VIOLENTO DO OCIDENTE NO ORIENTE E A CRÍTICA PÓS-COLONIAL

A Idade Moderna situa-se entre dois momentos cruciais para a transformação dos ideais capitalistas no Ocidente: o declínio do sistema feudal, que teve início a partir do século XIV, e a consolidação do capitalismo, impulsionada pela Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, a Europa passou por profundas mudanças econômicas, culturais e sociais, que abriram caminho para novas formas de organização e produção.

O historiador Florival Cárceres (1998), em sua obra *História Geral*, faz um panorama abrangente sobre a situação do Ocidente antes da Idade Moderna e aponta os principais fatores responsáveis pela queda do antigo sistema. O feudalismo, conforme aponta o autor, era o sistema econômico da época e a terra era a propriedade que determinava quem eram os senhores e servos. Sendo este sistema autossuficiente, a economia girava em torno da mão de obra servil e pastoral.

A crise no sistema se desenvolve a partir do século XIII (Cárceres, 1988) com o constante desmatamento e exploração precoce de terras. Neste período, houve intensas alterações ecológicas e climáticas que culminaram na pouca fertilidade do solo e, posteriormente, na fome dos servos, além do pouco desenvolvimento tecnológico, uma vez que a incorporação feudal era baseada no cultivo de terras.

Tais fatores, como destaca o autor ainda na unidade III, foram responsáveis pela subnutrição da população, que culminou na morte de pelo menos 30% da população durante a peste negra. A peste, que era a doença transmitida pelos ratos trazidos em navios italianos do Oriente e a desorganização do sistema feudal contribuíram para o afugentamento de muitos servos na cidade na tentativa da melhoria de vida.

No campo cultural, houve uma descentralização do poder do clero e o surgimento de uma nova cultura humanista, centrada no ser humano. Esse movimento valorizava a racionalidade do sujeito consciente de si mesmo, que passou a enxergar a natureza como um objeto de estudo científico e experimental. A partir dessa nova perspectiva, buscava-se compreender o mundo à sua volta, incluindo questões éticas, morais e religiosas. Assim, o homem antropocêntrico da época passou a responder a esses questionamentos com base em princípios científicos e metodológicos voltados para si próprio.

Com o conhecimento científico fundamentado na experimentação – princípio central do pensamento renascentista –, a Europa encontrou na expansão marítima uma estratégia para

superar a crise deixada pelo feudalismo. A busca por metais preciosos, como ouro e prata, tornou-se imperativa, uma vez que as jazidas europeias já estavam esgotadas devido à intensa exploração da terra ao longo do período feudal, que também acarretou impactos ambientais significativos.

No contexto das navegações, Portugal, impulsionado por um grupo de mercadores interessados em romper o monopólio italiano sobre as rotas de comércio de especiarias, não possuía acesso direto ao Oriente por meio do Mar Mediterrâneo, visto que este era amplamente controlado pelas cidades-estados italianas, conforme observa Cárceres (1988, p. 108) ao descrevê-lo como "um verdadeiro lago das cidades italianas". Assim, a necessidade de uma nova rota para as Índias, onde as especiarias eram abundantemente comercializadas, tornou-se evidente.

Nesse processo, a conquista de Ceuta, localizada no norte da África, representou um marco para a expansão portuguesa. Os recursos obtidos por meio do saque e da violência contra populações locais foram empregados no financiamento de novas explorações ao longo do litoral africano. Contudo, como destaca Cárceres, a principal riqueza identificada pela Coroa Portuguesa nesse empreendimento não foi o ouro, mas a captura e comercialização de populações africanas escravizadas, que se tornariam fundamentais para a economia colonial nos séculos subsequentes.

Os primeiros que chegaram a Portugal foram capturados no Saara, em 1441: eram apenas seis, que, de cabeça baixa, mas falando a sua própria língua, foram apresentados à corte. A descoberta dos negros reabilitou o infante D. Henrique perante a corte e os grandes mercadores, que não estavam satisfeitos com o baixo desempenho das expedições com o litoral africano. Para um país despovoado como Portugal, esses trabalhadores eram importantíssimos. Portugal, dessa forma, introduziu a escravidão moderna. Mais de dez mil negros eram enviados anualmente para lá (Cárceres, 1988, p. 109).

A partir deste momento, a colonização é estabelecida e as consequências deste sistema deixaram traços severos aos povos colonizados. Cesáire (2020), ao se questionar sobre as ideias humanistas do homem antropocêntrico, aponta para o estreitamento dos direitos humanos reduzidos, ou seja, esta nova era para o negro simbolizou a sua animalização e desumanização e este, sendo colonizado, não será visto como uma extensão do Ser.

Procuramos considerar, neste capítulo, que a colonização não foi um processo impune e inocente, mas sim um evento marcado pela diáspora, animalização e desumanização do negro diante do homem branco (Fanon, 2023). No próximo tópico, exploramos a forma como a estrutura colonial se consolidou e de que maneira se utilizou de armas ideológicas e físicas para amarrar o negro no contexto escravocrata, sobretudo ao denominá-lo como aquele que, por estar em uma subcategoria, foi religado aos trabalhos mais hediondos na sociedade escravocrata.

2.1 Colonização maniqueísta e estrutura colonial

Neste tópico, propomos analisar de que maneira o Ocidente estruturou um aparato ideológico, discursivo e físico para inserir o negro no contexto colonial, refletindo sobre sua instrumentalização dentro da lógica maniqueísta escravocrata. Partimos do questionamento sobre se o contato tardio da África com o restante do mundo resultou do colonialismo, se a escravização do povo negro foi a única solução encontrada pela Europa para superar a crise pós-feudalismo e se a colonização foi uma consequência direta do imperialismo. Com base nessas questões, investigamos os mecanismos que sustentaram a exploração e a marginalização dos povos africanos.

O poema *Navio Negreiro*¹, de Castro Alves, descreve bem a maneira que o negro foi preparado para o contato com o Ocidente ainda nos porões de navios negreiros, além do autor fazer uma comparação do momento vivido com a realidade no continente africano. No poema, os porões são descritos como “fundo, infecto, apertado, imundo, tendo a peste por jaguar.” Isso porque a realidade de escravizados nestes navios era um ensaio para o novo contexto que os esperava.

Ao apontá-los como “infecto” e “imundo”, o poeta apresenta o lugar como um ambiente hostil e possível de doenças e infecções. Isto significa dizer que negros estariam agora em uma subcategoria humana e, animalizados e levados a um país despovoado como Portugal, por exemplo, não se trataria de povoá-lo, mas servir de mão de obra contínua e eficaz num contexto de submissão e exploração.

Confirmando as palavras de Castro Alves, Jarid Arraes (2017) também apresenta a realidade do negro ainda nos navios negreiros em seu cordel intitulado “Aqualtune”, o qual faz parte de um compilado de outras obras reunidas na coletânea *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. Ainda no início, a trajetória da personagem Aqualtune em navios negreiros é descrita como um evento traumático e que retratará de que maneira negros seriam desumanizados em terras ocidentais dali por diante.

A autora descreve os porões das embarcações como espaços marcados por doenças e castigos. Pode-se inferir que as enfermidades resultavam da superlotação, uma vez que as condições insalubres impediam a satisfação das necessidades básicas. Os castigos, por sua vez, frequentemente levavam ao sofrimento extremo e, em muitos casos, à morte dos escravizados.

¹ Castro Alves. *Navio Negreiro*. Disponível em <https://encurtador.com.br/CbrV3>. Acesso em 18 de janeiro de 2025.

Nesse sentido, Cárceres (1998) aponta que mais de dez mil africanos eram enviados anualmente a Portugal, evidenciando que a busca por ouro, prata e mão de obra escravizada gerou a necessidade urgente de transporte forçado, submetendo essas populações a condições sub-humanas de trabalho servil e subalterno.

Assim, o colonialismo se estabelece como um sistema estruturado que, em diversas esferas, atribuiu ao negro a representação do mal absoluto, justificando sua exclusão da condição de sujeito pleno nas sociedades dominadas pelo homem branco. O psicanalista Frantz Fanon (2022), em sua obra emblemática *Os Condenados da Terra*, examina a percepção do colonizado no contexto da sociedade colonial, evidenciando os mecanismos que os religam a uma posição de marginalização e desumanização, além de ilustrar a negação de sua identidade e valores dentro da ordem colonial.

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente – isto é, por meio da polícia e das forças militares – o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, [...] a sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que desertaram, ou melhor, jamais habitariam o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento que desfigura tudo o que tenha a ver com petica ou moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (Fanon, 2022, p. 38).

A forma como o colonizado é retratado é vista de fora para dentro. Fanon, ao demonstrar a maneira como o colono vê o negro escravizado, nos leva a pensar que, se este é a representação de todo o mal, seria culpado pelas desgraças causadas aos povos ocidentais e, portanto, seriam “depositários de forças maléficas”, as quais corrompiam o mundo do branco e, deste modo, deveriam ser submetidos a castigos hediondos.

A força maniqueísta que a estrutura colonial impôs ao negro, associando-o à representação do mal absoluto, resulta da limitação dos valores humanistas da época. Isso ocorre porque o homem europeu antropocêntrico, que valida a verdade por meio da experimentação e se coloca como centro de tudo, não reconhece a legitimidade do negro nem seus valores. Observa-se, ainda, uma inversão desses princípios quando se transita da verdade do Ocidente para a do Oriente.

Fanon (2020), em sua outra obra intitulada *Pele Negra, Máscaras Brancas*, discute a noção de “aparição”, destacando que no contexto colonial e escravagista, o negro é identificado e marginalizado de imediato, pois o racismo se manifesta em sua própria corporeidade. Diferente, por exemplo, dos judeus, que eram percebidos como uma ameaça intelectual, como Fanon ressalta no sexto capítulo, “O Negro e a Psicopatologia”, o negro é denunciado já em sua aparição, tornando-se alvo imediato da violência colonial. Dentro dessa estrutura, não há

possibilidade de escapar da submissão nem das diversas formas de opressão impostas aos sujeitos racializados, pois sua mera presença o expõe à lógica do colonialismo.

Angela Davis (2016), ao retratar sobre a forma como os castigos eram aplicados de forma hedionda a negros escravizados, reúne no primeiro capítulo de sua obra *Mulheres, Classe e Raça*, uma série de depoimentos de ex-escravizados, os quais relatam de que maneira sofriam violências constantes diante do sistema colonial e como era a estrutura das senzalas. Na história contada por Jenny Proctor, uma idosa ex-escravizada do Sul dos Estados Unidos, é colocada em questão a jornada exaustiva de trabalho, que se estendia do nascer ao pôr do sol debaixo de açoites.

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão”²

A mulher descreve bem como eram os “dormitórios” coletivos de escravizados, e o que chama atenção é que ainda na fase infantil, já eram introduzidos na lavoura. No relato de Jenny Proctor, crianças eram enviadas ainda na fase dos dez anos para o campo e as mais novas eram encarregadas de cuidar de outros recém-nascidos, uma agressão psicológica, já que crianças ainda nas fases iniciais não aparentam ter muitas condições ou estrutura psicológica e física para lidar com bebês.

Davis (2016) relata, em outro testemunho colhido, que a mulher escravizada era considerada uma fração da força de trabalho no campo, mesmo durante a gestação ou no período de resguardo. Em um dos relatos, uma mulher negra, impossibilitada de atingir a meta diária de produção por se recusar a deixar seu filho sob os cuidados de outras crianças, levou-o amarrado ao corpo enquanto trabalhava. Como resultado, foi brutalmente espancada, ao ponto de seu leite materno misturar-se ao próprio sangue.

Esse episódio evidencia a negação sistemática do direito à maternidade plena às mulheres escravizadas, agravada pela prática recorrente da venda de seus filhos para o tráfico negreiro, como também destaca a autora. Além disso, a precariedade das senzalas e das condições de trabalho impunha aos negros um regime servil, no qual as relações de dominação

² Mel Watkins e Jay David (orgs.), *To Be a Black Woman: Portraits in Fact and Fiction* (Nova York, William Morrow & Co., 1970), p. 16. Citação retirada da obra de Benjamin A. Botkin (org.), *Lay My Burden Down: A Folk History of Slavery* (Chicago, University of Chicago Press, 1945).

e submissão eram estruturadas a partir da dicotomia colonizador/colonizado, reforçando a desumanização desses sujeitos dentro do sistema escravista.

Outra autora que aborda a situação de mulheres negras escravizadas é a professora Maria Elizabeth Carneiro (2006), em sua tese intitulada *Procura-Se “Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada E Carinhosa”*: Uma Cartografia Das Amas-De-Leite Na Sociedade Carioca (1850-1888). A obra, que é um recorte cartográfico do caso das amas-de-leite na sociedade oitocentista no século XIX no Rio de Janeiro, se cunha na historiografia da escravidão, sobretudo no modo como eram configuradas as amas-de-leite na prática de aleitamento forçado.

No segundo capítulo de sua tese, a professora recolhe uma série de recortes de jornais comerciais que anunciam pretas e pardas em condições de aleitamento à Corte oitocentista. A prática, que era algo corriqueiro na sociedade carioca da época, ignorava que estas amas eram obrigadas a deixar seus filhos para serem forçadas a nutrir crianças de mulheres livres, que muitas vezes não aleitavam por vontade própria, conforme é destacado pela autora.

Alugam-se duas amas, uma de 15 annos de idade e outra de 17, tendo ambas leite superior, sendo o da primeira de 4 mezes e o da segunda de 8, sabendo lavar e engommar com toda a perfeição; na rua dos Felizes n. 2 em Santa Thereza, e a chave está na rua da Floresta n. 7K. (...) ³

(...) Aluga-se uma boa escrava para ama, tendo muito bom leite muito sadia e do primeiro parto: esta escrava, além de servir de ama, é também prendada e sabe perfeitamente engomar lavar, coser, cozinhar e bem arranjar uma casa; para ver e tratar, na rua do Bom Jardim n. 12H.(...) ⁴

No trecho, ainda na fase de adolescência, escravas negras são anunciadas como amas-de-leite em estado perfeito para o aleitamento de crianças nos lares dos proprietários. Além de manterem condições favoráveis à amamentação, eram também designadas para desempenhar múltiplas funções domésticas, como cozinhar, costurar, engomar e organizar a casa. O termo “ama-de-leite”, neste contexto, portanto, aparece como uma construção discursiva para designar que estes sujeitos-objetos, em condições de cativos, têm corpos que não pertencem a si e, desta forma, lhes era retirado o direito de nutrir seus filhos para aleitar filhos de colonizadores, ou seja, seus filhos também não lhes pertenciam.

O anúncio assinala ainda para uma romantização da prática, já que estas amas eram descritas como “prendadas, boas, com leite superior e capazes de fazer tarefas domésticas com toda perfeição”. O que ocorre, é que ao demonstrar a robustez, a força e o cuidado de mulheres negras com as casas e os filhos dos senhores, estes anunciadores ignoravam o fato de que estas mulheres também tinham suas crianças para aleitar e, uma vez que suas mães eram alugadas ao

³ *Jornal do Commercio*, terça-feira, 9 de abril de 1872.

⁴ *Jornal do Commercio*, segunda-feira, 19 de agosto de 1872.

comércio de aleitamento, seus filhos ficavam desnutridos e muitas vezes padeciam devido às condições precárias de alimentação.

A este despeito, Fanon (2022) retoma esta discussão ao refletir que filhos de escravizados são “crianças que parecem não pertencer a ninguém” (p. 39). Isto é, diante da situação de amas-de-leite, seus filhos ainda na fase infantil estariam desprotegidos e sujeitos à venda no tráfico negroiro e/ou à morte por desnutrição.

O contexto colonial e pós-colonial permite uma análise mais abrangente dos impactos da escravidão sobre a população negra, destacando a coisificação do escravizado e sua associação com a barbárie, uma construção ideológica que, como critica Aimé Césaire (2020) em *Discurso sobre o Colonialismo*, é um produto do pensamento europeu. Para Césaire, assim como para Fanon (2022), a narrativa ocidental, que justifica a colonização sob o pretexto de levar civilização aos "selvagens", é marcada por uma enorme hipocrisia, pois esses sujeitos colonizados são permanentemente excluídos da própria estrutura civilizatória que se pretende impor.

Nesse cenário, a linguagem assume um papel central na manutenção da dominação colonial. Fanon (2020) argumenta que "falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de uma ou outra língua, mas é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso da civilização" (p. 32). O discurso colonial, a este despeito, eleva o homem branco à posição de referência universal do Ser e promove a animalização e o asselvajamento do negro, convertendo a linguagem em um instrumento ideológico de exclusão. O negro, por sua vez, enfrenta essa barreira linguística tanto no contexto colonial quanto no pós-colonial, onde a língua se torna um marcador de subalternidade.

No âmbito dessa discussão, a cientista ambiental Andréa Dias Cunha Souza (2007), em sua dissertação *TIGRES: Tristes Operários do Labor Imundo*, evidencia como a linguagem foi utilizada para categorizar grupos marginalizados, tornando-os alvos de exclusão e estigmatização. No Rio de Janeiro do século XIX, os chamados *Tigres* ou *Cabungos*, responsáveis pela remoção de resíduos domésticos e públicos, eram vistos com horror e desprezo pela elite.

Segundo Souza, a crença predominante na época era de que doenças eram transmitidas pelo ar, afetando drasticamente a saúde e reduzindo a expectativa de vida daqueles expostos a ambientes insalubres. Diante do crescimento populacional e da precariedade da infraestrutura sanitária, a prática de despejo de fezes pelos Tigres tornou-se cada vez mais comum intensificando o estigma social em torno desses trabalhadores.

Conforme discutido no quinto capítulo da obra, a ausência de sistemas de esgoto e coleta de lixo levava os colonos a armazenar excrementos em grandes barris de madeira mantidos em cômodos específicos das residências. Apenas quando esses recipientes atingiam sua capacidade máxima, eram transportados e despejados em ruas, lagos, pântanos e no mar. Devido ao mau cheiro e à repulsa em relação aos Tigres e ao próprio lixo, esse despejo ocorria, preferencialmente, durante a noite.

Servimos como referência do termo “tigre” como aqueles que livraram a população de suas imundícies e, por este motivo, eram vistos como indesejáveis. A comparação do sujeito ao objeto pode ser compreendida como uma forma de rotular tanto os barris quanto aquele que é designado à tarefa. A ambientalista acrescenta ainda que o conteúdo nestes barris deixava manchas em forma de listras na pele de escravizados, as quais eram associadas às listas na pele de tigres, animais que causam medo e horror e reforçam a ideia de estigmatização de cativos.

A prática, que incomodava a população sobretudo devido ao fato de as imundices serem despejadas em valas de ruas, era justificada devido à longa distância das casas aos mares e pela pressa que os senhores tinham de os escravizados retornarem para outros afazeres. Por isso, muitas vezes solicitavam que os excrementos fossem jogados nos esgotos da rua da cidade, isso quando os barris não estouravam, já que por serem de madeiras e cheios de umidade dos materiais aglomerados por longos períodos, facilitava a deterioração e muitas vezes o estouro do recipiente.

O desabastecimento dos excrementos incomodava a população que residia perto das “bocas das ruas” (Souza, 2007) e era comandado pelas famílias que provavelmente residiam longe destes lugares, já que as denúncias partiam daqueles que moravam em frente às valas onde eram despejadas as imundices, o que gerava conflitos e, posteriormente, em decretos para controlar ou amenizar a situação muito agravada. O escravizado que fosse pego fazendo despejo fora dos horários estabelecidos, poderia ser multado ou preso, ou seja, aquele que não cumprisse a lei seria levado preso por qualquer fiscal de polícia.

Conferimos o papel importante do uso da lei para controlar e penalizar aquele que era uma ameaça visual e física à sociedade carioca. O que parece ser esquecido ou ignorado por estes, contudo, é que a prática nada mais era que a obrigação de um escravizado fazer serviços indesejáveis e que, ao espalharem contaminação e doenças, estas eram transmitidas pelo excremento do próprio colonizador e não pela aparição do negro. Há, portanto, uma ideia distorcida acerca da representação do sujeito diante da lei e da população.

Tal como a pesquisadora Andréa Dias, Start Hall (2023) problematiza a noção de identidade no contexto de diáspora. Para o jamaicano, “na situação da diáspora, as identidades

se tornam múltiplas” (p. 26), ou seja, a qualidade do Ser sofre uma variação quando se trata da visão do homem branco sobre o homem negro. No caso dos Tigres, mesmo estando sob uma situação de mandato de seus senhores e responsáveis por fazer a coleta e higiene de suas imundícies, são percebidos como agentes do medo e seres vertiginosos.

A linguagem, aqui, nos impulsiona ao que Fanon (2020) discute em seu primeiro capítulo de *Pele Negras, Máscaras Brancas*, intitulado “O Negro e a Linguagem”, no qual o negro aparece com duas dimensões no âmbito da língua: “uma com seu semelhante e outra com o branco” (p. 31). O autor, que para tratar da incorporação da língua francesa ao negro antilhano, utiliza exemplos simples para mostrar que o negro, ao entrar em contato com uma língua diferente daquela que o viu nascer, “revela um deslocamento, uma clivagem” (p.39). E no caso de negros Tigres, escravizados domésticos, percebe-se a facilidade com que ele é fixado à indecência pública e só a sua aparição é motivo de escárnio e medo por ser metamorfoseado no âmbito do discurso.

Voltando mais no tempo, Esperança Garcia é outra figura importante para os estudos pós-coloniais, sobretudo pelo valor histórico de utilizar a linguagem a seu favor como tentativa de escapar da situação colonial hedionda na qual se encontra. Na condição de cativa, escreve uma carta e endereça ao governador da província do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em 1770, na qual denuncia os abusos aplicados à sua integridade, marido, filhos e entes queridos, solicitando a saída urgente da fazenda administrada pelo capitão Antônio Vieira de Couto, já que na condição de escrava eram mínimas as chances de comunicação com o administrador.

Eu Sou hua escrava de V.S administração do Cap.am Anto^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.am p^a Lá foi administrar, q. me tirou da Fazd^a dos algodois, onde vevia co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo mto mal. A primeira hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q lhe fez estrair sangue pella boca, em min não poço explicar q Sou hu colcham de pancadas, tanto q cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por Batizar. Pello ã Peço a V.S pello amor de Ds e do Seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Fazda aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e Batizar minha Filha. De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia⁵

De forma sagaz, Esperança tece uma série de denúncias sobre o capitão Antônio Viera de Couto. Nota-se que por ser cozinheira, trabalhava dentro da casa do senhorio e, por esse motivo, não sobraria muito tempo para passar com o marido e filhos. Esta, portanto, sofria

⁵ A carta de Esperança Garcia. Disponível em: <https://esperancagarcia.org/a-carta>. Acesso em 19 de janeiro de 2025.

abusos cotidianamente. Contudo, os motivos pelos quais a teriam levado aos castigos não são apresentados na carta.

Para o professor Élio Ferreira (2015)⁶, “seria possível compreender que estas agressões impiedosas tenham sido motivadas ou agravadas pelo desejo sexual recalcado do agressor” (p. 6). O silenciamento em torno das violências cometidas contra a integridade de Esperança talvez esteja relacionado ao constrangimento de relatar possíveis tentativas ou a consumação de abusos sexuais. Afinal, tratava-se de uma mulher escravizada que demonstrava notável determinação ao escrever ao governador, além de ser católica, alfabetizada e possuir algum conhecimento sobre seus direitos.

Outro fator é o uso da religiosidade do colonizador como uma forma de persuasão e afetação ao governador, que é um algoritmo o qual reflete sobre como as formas de encarcerar se estendiam para além de violências físicas, mas também religiosas, como a perda de suas raízes culturais e ancestrais, assim como a demonização e estigmatização de etnias e práticas religiosas africanas. De forma geral, a narrativa epistolar e autobiográfica de Esperança Garcia implica em dois aspectos importantes no contexto colonial: a fusão do negro no sistema colonialista e a morte de religiões nativas africanas.

Para Stuart Hall (2023), “os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam” (p. 34). E de fato ocorre, Esperança Garcia está totalmente submersa nos rituais catolicistas e não apresenta traços religiosos nativos. O que percebemos, é que parece estar encurralada dentro deste Estado-nação e de suas fronteiras nacionais, e os nativismos, como aponta Hall, transgridem estes limites políticos estabelecidos.

Os relatos analisados neste tópico destacam a maneira como a população negra foi historicamente inserida como um elemento funcional dentro de um sistema estruturado em níveis discursivos, ideológicos e laborais. Nesse contexto, a emancipação do sujeito colonizado exige uma luta nesses mesmos níveis, visando à superação da infâmia colonial e à ressignificação de sua identidade após o impacto violento do encontro entre essas duas matrizes culturais e raciais.

No próximo tópico, examinamos como os estudos pós-coloniais contribuíram para a desconstrução das narrativas europeias, que promoveram a nativização e a barbarização da população negra. Além disso, discutimos como, no período pós-colonial, a luta se deslocou para

⁶ SOUSA, Élio Ferreira. *A “carta” da escrava Esperança Garcia do Piauí: uma narrativa precursora da literatura afro-brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

o enfrentamento de novas formas de dominação, perpetuadas por meio da colonialidade moderna.

2.2 Teoria do discurso pós-colonial: uma releitura do negro no Novo Mundo

Os estudos pós-coloniais surgem em meados do século XX, com um pensamento epistêmico para pensar descolonialmente, que influenciaram tanto a economia quanto a política na condição de negros colonizados. O termo pós⁷ significa “momento ou espaço posterior”, contudo, as discussões pós-coloniais não vêm fechar ou demarcar o encerramento de um período: o colonial, e sim evocar de que maneira os rastros do colonialismo se estendem dali por diante nas novas relações capitalistas, como por exemplo as ancoragens neocoloniais responsáveis pela limitação econômica do negro dentro do sistema capitalista.

Para Stuart Hall (2023), a teoria do discurso pós-colonial nos ajuda a compreender e “caracterizar a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento de pós-independência ou da pós-descolonização” (p. 100). Ou seja, é um campo teórico que assinala de que maneira colonizadores e colonizados foram atingidos intensamente pela reação do colonialismo (de forma distinta).

Em *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Hall dedica um capítulo para pensar o surgimento do discurso pós-colonial, suas contribuições e diferenças da hegemonização que é atribuída ao termo pelos críticos da época, deixando claro que os efeitos do colonialismo são irreversíveis. Salienta que havia uma necessidade e esforço de “mobilizações políticas e culturais de retornar a culturas não contaminadas pela experiência colonial” (p. 100). Entretanto, os efeitos a longo prazo do colonialismo se demonstraram irreversíveis, a ponto de se pensar em outras maneiras de valorizar o negro na modernidade capitalista.

A teoria pós-colonial,

Relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro” (Hall, 2023, p. 101).

O escopo da teoria pós-colonial, conforme elucidado no enunciado acima, consiste em propor estratégias que desafiam a centralidade de um modelo social encoberto por um véu

⁷ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/p%C3%B3s#:~:text=1.,.%3A%20p%C3%B3s-palato>>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

distópico, no qual a população colonizada é concebida como um outro, imobilizado, cuja diferença em relação ao “aqui” resulta em impactos transnacionais e transculturais de natureza diaspórica. Em outras palavras, a teoria pós-colonial problematiza os limites impostos pelas fronteiras econômicas, culturais e globais, que, ao longo da história, sustentaram narrativas ortodoxas sobre a população negra. Mesmo em contextos pós-abolição, tais narrativas continuaram a demarcar fronteiras rígidas entre os grupos raciais.

Stuart Hall (2003) argumenta, ainda, que a transição do colonialismo para o pós-colonialismo promove a descentralização da “ocupação e do controle colonial direto” (p. 102). De modo semelhante, Frantz Fanon (2022) descreve o mundo colonial como estruturalmente bipartido, afirmando que “a zona habitada pelos colonizadores não é complementar à zona habitada pelos colonizados” (p. 35). Essa divisão evidencia diferenças econômicas substanciais entre os grupos e reforça a desigualdade estrutural na medida em que os modelos de vida dessas sociedades carregam, de maneira incontornável, as marcas do colonialismo sobre a população negra.

A despeito da maneira violenta e desorganizada com que o sistema descolonial se compartimentou, Frantz Fanon elucida que

A descolonização, que se propõe transformar a ordem do mundo, é, como se vê, um programa de desordem absoluta. Sabemos que [...] é um processo histórico, ou seja, que só pode ser compreendida, só encontra sua inteligibilidade, só se torna transparente para si mesma na medida exata em que se percebe claramente o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização nunca passa despercebida, pois atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, recolhidos de modo quase grandioso pelos raios luminosos da História (Fanon, 2022, p. 32).

Fanon, ao apontar a maneira desordenada com que a descolonização atingiu negativamente o negro, busca enfatizar que esta, por ter sido um processo violento e longo, atingiu o Ser em diferentes esferas, sobretudo no campo físico, discursivo e cultural. E, agora, em sociedades pós-coloniais, “o colono continua a fazer o colonizado” (p. 32), isso porque há rasuras quanto à inserção destes novos homens na sociedade. Contudo, “a coisa colonizada” (p. 33), nesta ocasião, torna-se o centro do progresso de sua própria libertação. É neste momento que a teoria do discurso pós-colonial entra em vigor, quando desmascara a ilegitimidade e a quase imobilidade do negro nesta nova zona.

A filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) também problematiza o descontrole ou hiato movido pelo desejo de representação do negro por intelectuais no cenário pós-colonial. Para a autora, o desejo de representação acerca da experiência do negro no

contexto neocolonial é movido por uma produção teórica intelectual, que busca significar e representar o outro de maneira que são evocadas rasuras nesta construção. Para Spivak

Os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduziu o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e de poder como um pressuposto metodológico e irredutível; e o sujeito do oprimido, próximo, de senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos, tornam-se transparentes nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irredutivelmente pressuposto pelo) poder e do desejo (Spivak, 2010, p. 44).

Embora reconheçamos os esforços de alguns teóricos na luta anticolonial, o que a autora busca enfatizar é que há uma necessidade de radicalizar esta dupla interpretação sobre o Outro. Isto é, o negro, aqui, é visto sob duas óticas: a do que fala por ele (o intelectual ocidental) e a maneira como ele vê a si próprio. O que ocorre, é que esta representação transforma o espaço do Ser (negro) em um lugar vazio e ambíguo, e este caráter representativo se torna uma encenação que não consegue abarcar a realidade do outro. Portanto, é necessário que ele fale.

A construção subjugada deste outro é o exemplo mais vivo da violência epistêmica. Deste modo, a teoria do discurso pós-colonial busca esclarecer as confusões criadas não somente pela ruptura e rastros do sistema colonialista na modernidade, como também denunciar os deslocamentos provocados pela estrutura imperialista e seus circuitos neocoloniais. As discussões pós-coloniais, a este modo, abordam variadas categorias sobre a condição do sujeito do Terceiro Mundo no contexto colonial e pós-colonial. No campo discursivo, não se trata apenas

De uma descrição “de como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (Spivak, 2010, p. 48).

O enunciado citado, que trata de raízes e identidades perdidas pelo contexto de exploração diaspórico, elucida que a versão oficial da história, escrita pelos vencedores, é uma realidade normativa, pois apaga e deslegitima o subalterno. Entretanto, por se tratar do caso da estigmatização na Índia, Spivak revela que o caso do indiano não pode ser tomado como referência de representação em todas as sociedades coloniais.

Devido à popularização do termo e sua “utilização indevida” (p. 98), há de se esclarecer que, para que não ocorra um enfraquecimento de sua utilização, como a homogeneização atribuída ao seu uso, estas alteridades, mesmo tendo sido negligenciadas, são importantes para sistematizar as discussões no cenário pós-colonial.

A exemplo, Hall lança para o leitor os seguintes questionamentos: “a Grã-Bretanha é pós-colonial no mesmo sentido em que são os Estados Unidos? Deveria o termo ser aplicado igualmente à Austrália, um país de colonização branca, e à Índia?” (p. 98/99). É a mesma situação à qual Spivak se refere, mas nos dois casos o desenvolvimento do negro é problemático.

Entretanto, o que fica em voga é que, pelo pós-colonial não operar de maneira isolada, sendo influenciado pela cultura, economia e relações interseccionais de cada espaço, é percebido em níveis diferentes em cada lugar, “mas isto não significa que estes países não sejam de maneira alguma pós-coloniais” (p. 99). De toda forma, isto implica no subalterno uma desarticulação pelas inferências que acompanham o projeto imperialista.

Indo mais a fundo, Frantz Fanon (2020) pensa a teoria pós-colonial não somente pelo viés psicopatológico, o qual será discutido no segundo capítulo deste estudo, mas também discursivo. De maneira que os discursos anticoloniais nos fornecem elementos para compreender a dimensão vivida pelo homem de cor, o discurso ocidental aparece como uma arma ideológica que contradiz a experiência do negro nas duas fases, colonial e pós-colonial.

Analisando o antilhano em sociedades pós-coloniais, neste caso a França, o autor mostra que o negro que viveu a descolonização se vê também confrontado pela linguagem, categoria crucial nas referências ocidentais acerca da condição do ser e do saber. Isto significa dizer que o antilhano (negro) que não representa o Eu, não pode ser considerado como uma extensão do Ser, já que o peso do colonialismo é percebido à primeira vista, já no seu dialeto.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizatória, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva. No exército colonial, e especialmente nos regimentos de fuzileiros senegaleses, os oficiais nativos são, antes de mais nada, intérpretes. Servem para transmitir aos seus semelhantes as ordens do senhor, gozando eles próprios de certa respeitabilidade (Fanon, 2020, p. 32).

A valorização da língua da metrópole, ao contrário da língua nativa, é um fenômeno particularmente notável e de grande valor para compreendermos a estigmatização e perda de raízes para os antilhanos. Contudo, se analisarmos de forma mais ampla, como acima, a consagração dada àqueles que dominam a língua francesa, se deve ao fato de uma construção discursiva ideológica, moldada desde o cenário colonial. Este povo, cuja originalidade cultural foi “morta”, portanto, sofrerá uma metamorfose ao adotar os valores culturais da metrópole.

Diante disso, o impacto do discurso em sociedades pós-coloniais faz emergir que o negro, ao cortar o cordão umbilical com o seu nativismo, abraça e ganha contornos da cultura

de seu dominador. A exemplo, Fanon aponta que o domínio da língua, por ser ocidental, representa a referência e influenciará estes colonizados martinicanos a adquiri-la.

Estas colisões, que causaram a ruptura, perda e demonização de práticas, religiões, costumes e línguas nativas, nos levam a pensar que, mesmo o fim do colonialismo direto não foi o suficiente para superar o problema colonial deixado pela Europa. A este despeito, Aimé Cesáire é magnânimo ao enfatizar que “a civilização europeia [...] é incapaz de resolver dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial” (p. 9).

Sendo este último o nosso objeto de estudo, consideramos que o autor, ao abordar a incapacidade europeia de dar conta do problema causado por ela mesmo, demonstra a quase imobilidade do sujeito colonizado na modernidade, já que se vê encurralado no campo econômico, cultural e subjetivo.

Na literatura, isto foi muito bem representado pelo escritor Itamar Vieira Junior em sua prestigiosa obra *Torto Arado* (2018), na qual explora a dimensão dos vestígios coloniais em épocas pós-abolicionistas. A narrativa, que se passa na fazenda Água Negra, apresenta sujeitos subalternizados, que se encontram encurralados pela autoridade senhorial ao não fornecerem diretos básicos para o sujeito negro moderno, como educação de qualidade, saúde e meios econômicos para viver.

Percebemos que o esforço literário do autor, ao apresentar a realidade de sujeitos subalternizados, sobretudo o negro diante deste novo sistema, aponta para os questionamentos que os teóricos deste capítulo chamam a atenção, de que o fim do colonialismo não se deu com a ruptura da escravização direta e que há um longo percurso a ser caminhado.

O século XX, por ter sido o período em que estes pensamentos emergiram a fim de desestabilizar uma produção teórica eurocêntrica já instaurada, culminou no vigor e estilo de escrita de alguns autores, como os teóricos pós-coloniais Cesáire e Fanon, que, ao se enveredarem pelo ataque direto à Europa em sua produção teórica, são percebidos adjetivos sagazes utilizados, sobretudo em *Pele negra, Máscaras Brancas* (2020), *Discurso Sobre o Colonialismo* (2020) e os *Condenados da Terra* (2022).

A teoria do discurso pós-colonial, portanto, escrita por teóricos que experienciaram a desordem do sistema descolonial, como os descritos acima, permite que este estilo de escrita seja utilizado devido ao impacto violento que a colonização implicou na releitura destes estrangeiros. Contudo, em textos mais contemporâneos, como os abordados no tópico seguinte, percebe-se que no novo cenário capitalista, agora, na América Latina, as ambiguidades deixadas

pelo desornamento descolonial assumirão novas roupagens e, por isso, o sujeito colonizado se confrontará com outras categorias.

2.3 Modernidade/Colonialidade: um giro decolonial dos estudos sobre o subalterno na América Latina

É fato que as várias facetas atribuídas ao desejo de representação sobre o negro no cenário de pós-modernidade sofreram rasuras. O hibridismo, apresentado por Spivak (2010) acerca do esforço teórico de pensadores ocidentais que anularam ou silenciaram a voz do subalterno ao tentar representá-los, assume, agora, novas características para pensar o Sul das Américas.

No cenário de efervescência dos estudos pós-coloniais nos Estados Unidos e Inglaterra em 1980⁸, é fundado o *Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos*, inspirado no *Grupo de Estudos Subalternos* (1770) do Continente Asiático. Com o propósito de repensar a construção da lógica da modernidade colonial nos dois continentes, o grupo se baseava e “traduzia as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos⁹” para desenvolver a crítica pós-colonial na América do Norte e do Sul.

O semiólogo Walter Mignolo era um dos estudiosos que fazia parte do grupo. Por não concordar com a raiz dos estudos pós-coloniais do Sul e do Norte da América centrados no Sul – Asiático, propunha que era necessário considerar o *lócus* colonial no Norte, mas também no Sul, já que a colonização se manifestou de maneira diferente nas duas Américas e o grupo pensava o pós-colonial de maneira mais abrangente.

Por considerar a sua incapacidade em romper com o caso do Norte (nos Estados Unidos) e se basear no *Grupo de Estudos Subalternos* para estruturar a crítica pós-colonialista nas duas Américas, principalmente a Latina, o grupo foi desagregado em 1998, ano em que ocorreu a primeira reunião dos membros aos quais integrariam posteriormente o *Grupo Modernidade/Colonialidade*, com foco na América Latina, tendo como figuras principais Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Enrique Dussel.

O *Grupo Modernidade/Colonialidade* então

[...] foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo

⁸ BAESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2013.

⁹ “Manifiesto inaugural”. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.

Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano e Fernando Coronil.¹⁰

Com o propósito de discutir a herança colonial na América Latina, o grupo foi formado por diversos intelectuais de universidades latinas para adiantar a reflexão dos estudos críticos, culturais, literários, pós-modernos e feministas de grupos subalternizados. A professora Luciana Ballestrin (2013) destaca ainda que os primeiros debates pós-coloniais do *Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos* foram desenvolvidos por Ileana Rodríguez, John Berverley, Robert Carr, José Rabasa e Javier Sanjinés num diálogo sul – sul com teóricos indianos.

O giro decolonial, um dos principais expoentes e diferenciais do grupo *Modernidade/Colonialidade*, utilizado pela primeira vez por Nelson Maldonado Torres em 2005¹¹, é um movimento de resistência, teórico, político, epistêmico, planetário e não se limita somente ao indivíduo, mas também se incorpora nos movimentos sociais, como indígenas e africanos (Mignolo, 2010).

Por ser mais remoto e abrangente, já é assinalado nos escritos de Frantz Fanon e Aimé Césaire, conforme discutido no tópico anterior, ao tratarem de questões sociais, como o impacto colonial e pós-colonial na linguagem, no psíquico e na subjetividade/intersubjetividade do negro. Em outras palavras, o grupo lê o giro não somente como a virada dos estudos subalternos na América Latina, como também uma definição colonial que reorganizou as relações de colonizador/colonizado no contexto escravocrata e pós-colonialista.

Mignolo observa ainda que a “colonialidade e descolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade”¹² (p. 14, **tradução nossa**). Em outros termos, representam, citando caso análogo, o meio caminho entre o pensamento francês criticado pelo *Grupos de Estudos Subalternos Latino – Americano* e Asiático e o cânone pós-colonial do século XX, Spivak, Guha e Bhabha.

De maneira mais clara, a mudança decolonial do grupo representa não somente o distanciamento acadêmico dos estudos pós-coloniais “de academia para academia” (Mignolo, 2010, p. 15), como também, por ser uma corrente crítica fronteiriça, opera na descolonização do conhecimento, como no desapego da universalização atribuída ao termo pós-colonial o qual é assinalado por Stuart Hall (2023) nos estudos culturais.

¹⁰ BALESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2013.

¹¹ Mapping Decolonial Turn. In: MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

¹² No original: (colonialidad y descolonialidad introducen una fractura entre a postmodernidad y la postcolonialidad).

O giro decolonial, portanto, por ser o diferencial do grupo *Modernidade/Colonialidade* e não se limitar, por exemplo, somente à lógica da modernidade ou à tradução de textos canônicos, mas a mudança epistêmica decolonial (e que, portanto, está em transi, por ser contemporâneo) nas mais diversas culturas, economias e se enveredar para outros princípios de conhecimento conforme o autor acrescenta, pode ser interpretado como uma “comunicação intercultural e[...] interepistêmica” (Mignolo, 2010, p. 17) nas mais diversas sociedades que passaram pelo processo de colonização.

Em *Colonialidade y Modernidad–Racionalidade*, Aníbal Quijano (1992), que é outra figura central nos estudos pós-coloniais da América Latina, explora o controle do imaginário do colonizado a partir da repressão europeia. Para o autor, não se trata somente da subordinação de uma cultura sobre a outra, que pode ser lido como um fenômeno exterior, mas também do controle no interior do imaginário do colonizado, que é um fenômeno subjetivo e psicanalítico, e implicará nas relações intersubjetivas no contexto colonial e de colonialidade moderna.

O controle do imaginário, que serviu como um meio de fiscalizar “modos de conhecer perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos e modos de significação”¹³ (p. 2, **tradução nossa**), implicou no que Quijano denominou de “sedução” causada pela imagem eurocêntrica produzida pelo distanciamento da superioridade ocidental para o acesso de colonizados diante da figuração do sujeito colonizador, o qual se inclina, a exemplo, à dimensão psicopatológica discutida por Fanon (2020) no segundo capítulo deste trabalho.

Pela cultura europeia representar o poder, era necessário que o outro a aspirasse a partir de uma sedução causada pelo convertimento da predominância de uma cultura sobre a outra. Isso esclarece que a colonização foi um fenômeno cultural, corpóreo, mas especialmente discursivo, já que a linguagem era uma aliada indispensável na construção da imagem mistificada do Ocidente.

Com efeito, a América Latina, por representar um caso extremo de colonização ocidental em longa escala, foi representada diante do “*cogito ergo sun* cartesiano” (Quijano, 1994, p. 4), na relação sujeito-objeto, como aquele que está externo ao sujeito. Como esclarece o autor, o objeto, que é o aparato de análise dominado, não é racional e, portanto, não é dotado de subjetividade. Ele está em contrapartida ao sujeito racional, o qual é isolado em si, no seu discurso, capaz de pensar e refletir. Logo, na modernidade, as sociedades consideradas atrasadas e inferiores são colocadas em uma relação sujeito-objeto ou colonialidade-modernidade e o domínio da racionalidade, como o título do texto propõe.

¹³ No original: (modos de conocer, perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos e modos de significación)

A tríade entre os termos utilizados acima por Quijano revela que a Modernidade não ocorreu de fato a todos os povos afetados diante do colonialismo. A obra *1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*, é um dos grandes escritos do filósofo Enrique Dussel (1992) para pensar a Modernidade aos povos autóctones e africanos na América Latina, a qual é problematizada por Quijano.

Para o autor, assim como para Quijano, não ocorreu de fato um encontro entre duas culturas na América Latina, como acentuado por teóricos ocidentais, mas sim o domínio de uma sobre a outra, como a evangelização cristã diante de religiões consideradas pagãs ou satânicas de indígenas e posteriormente de escravizados africanos.

Há, no contexto colonial, um dualismo entre o “conceito de Modernidade [...] e [...]o Mito da Modernidade” (Dussel, 1992, p. 77) ao se tratar do mundo subdesenvolvido no qual o colonizado se encontra. O primeiro, que acena à razão moderna no sentido de desenvolvimento econômico, político e tecnológico, em contraparte ao subjetivo, encobre um “mito”, que justifica uma obra civilizatória e emancipadora ao ocultar o seu lado mais escuro: a colonialidade necessária aos sujeitos ditos “culpados” por sua barbaridade.

Este “mito” “inventa” o colonizado e se inclina a um “paradigma sacrificial” (p. 77), no qual é necessário que haja sacrifícios das vítimas, ou melhor dizendo, a violência do colonizado pelo colono, e se encontra justificado pelo “progresso” na subjetividade do sujeito e da nação, ao mesmo tempo que inverte os valores do colonizado e do colonizador, quando coloca o primeiro, vítima e inocente, como culpado, e o segundo, culpado e transgressor, como inocente.

A retórica da modernidade, levando isso em conta, é lida como um discurso produzido por europeus acerca de suas experiências ontológicas emancipatórias em outros continentes e, “mesmo a modernidade não sendo um fenômeno exclusivamente europeu, a sua retórica o é, quando apresentada por intelectuais falantes do Império como se a modernidade fosse sua” (Mignolo, 2010, p. 57).

Indo mais afundo, María Lugones (2014) investiga “a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade para entender a preocupante indiferença que os homens de cor demonstram em relação às violências que sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor”¹⁴ (p. 13, **tradução nossa**). A socióloga, que explora marcos de análise os quais considera não serem frequentemente visitados na teoria decolonial de maneira conjunta, faz um paralelo entre obras escritas por feministas negras nos Estados Unidos e *Colonialidade y Modernidad* –

¹⁴ No original: (la intersección de raza, clase, género y sexualidad para entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color).

Racionalidade de Aníbal Quijano (1992) para entender o que denomina de “sistema moderno-colonial de gênero”.

Para pensar a situação de mulheres negras atingidas pela lógica da colonialidade de gênero, Lugones propõe uma possível “dissolução forçada e crucial dentro da própria teoria decolonial, para caracterizar a imposição colonial em sua própria profundidade. Ao analisar os trabalhos do feminismo negro estadunidense e problematizar o modelo de Quijano sobre Colonialidade do Poder, procura entender os cruzamentos entre raça e gênero, além de suas rasuras dentro do sistema de modernidade.

A matriz da colonialidade do poder, ponto de partida para que a autora chegue à noção de “sistema moderno-colonial de gênero”, inicialmente estruturada por Quijano, apresenta uma estrutura absoluta e entrelaçada, no qual os processos coloniais e neocoloniais se apresentam velados pela modernidade e aparecem organizados em uma esfera complexa e inclinada à destruição de raças subalternizadas.

Para um melhor entendimento, Mignolo (2010) exemplifica a matriz da colonialidade do poder em: “controle da economia, controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade e controle da subjetividade e da intersubjetividade”¹⁵ (p. 12, **tradução nossa**). Isto é, tal como o contexto colonial, o de colonialidade moderna apresenta uma relação econômica, política, subjetiva e intersubjetiva com raízes eurocêtricas e que, portando, não dão conta de resolver o problema causado pela situação colonial, como aponta Cesáire (2020). São duas faces de uma mesma moeda.

A intersecção entre classe, raça e gênero na matriz colonial, portanto, é vista de forma ampla para Quijano. Para Lugones, contudo, o olhar global que o sociólogo tem acerca do padrão capitalista eurocêntrico seria um ponto inicial para analisar de que maneira as relações de colonialidade apagaram ou invisibilizaram as violências sistematicamente sofridas pelas mulheres de cor.

A violência contra estas sujeitas, diante disso, aparece devido à forma como as categorias na interseccionalidade são construídas. Logo, para Lugones, na intersecção de Quijano entra raça/gênero, não há uma separação entre “mulher” e “mulher negra”. Neste ponto, a interseccionalidade apresenta um hiato, já que nem a condição do homem negro, quanto a da mulher branca introduz a mulher de cor.

¹⁵ No original: (control de la economía, control de la autoridad, control de la naturaleza y de los recursos naturales, control del género y de la sexualidade y control de la subjetividad y de del conocimiento).

A estrutura apresentada por Quijano (1992) ao tratar sobre gênero, à vista disto, não é suficiente para sustentar a questão de mulheres negras, em razão de não apresentar uma distinção entre “gênero/raça”. Diante disto, feministas de cor têm se esforçado para analisar as categorias de raça e gênero, já que a interseccionalidade dá, mas também tira algo à medida que a categoria da mulher negra se perde dentro deste eixo.

Para Lélia Gonzales (2020), em diálogo com Lugones, “tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação” (p. 128). Nesta conjuntura, o dimorfismo biológico, que caracteriza e separa o sexo masculino do feminino como ideologia patriarcal, não deu conta de tratar da situação de mulheres negras na “matriz da colonialidade do poder” de Quijano bem como os debates feministas (produzidos por mulheres burguesas) no contexto neocolonial.

A dupla subalternidade ligada na direção feminina, nos termos de Spivak (2010), se refere ao que Gonzales denomina de infantilização do discurso feminino, uma vez que mulheres negras estão sujeitas a um discurso falado por outras vozes e que, portanto, não podem ter o domínio e voz no seu próprio discurso e história. Melhor dizendo, é necessário que a mulher de cor fale.

A participação de “amefricanas e ameríndias” (Gonzales, 2020, p. 135) em movimentos negros, a exemplo, ou nos debates decoloniais, como a célebre análise de Lugones acerca das rasuras dentro da categoria de gênero na “matriz da colonialidade do poder”, permite que o protagonismo e a representatividade de mulheres negras na escrita de suas próprias histórias sejam reafirmados a partir de seus próprios discursos de maneira legitimada.

De toda forma, os estudos sobre colonialidade apresentam-se delimitados geograficamente, mas abrangentes em seu alcance teórico. Em outro trabalho de Mignolo (2017), o autor esclarece que a “colonialidade já é um conceito descolonial” (p.2). Isto é, a continuidade dos estudos pós-coloniais no cenário globalizado a partir da metade do século XX na América Latina e sua explosão em diversos grupos raciais conseguiram desarticular a ideia de uma única narrativa de Modernidade possível aos povos colonizados.

Destarte, tanto diante dos estudos pós-coloniais quanto das teorias decoloniais na América Latina, descobre-se que a Modernidade é uma narrativa complexa e que assume as suas glórias, ao mesmo tempo em que esconde o seu lado mais escuro: a colonialidade. Tanto a epistemologia quanto a economia europeia, que redirecionaram a narrativa do outro no cenário moderno, aparecem, agora, desarticuladas no sentido retórico e econômico.

A justificação da colonialidade pela modernidade, portanto, deixou marcas hediondas não somente no sentido físico, cultural e familiar, como também na dimensão psicológica de

sujeitos subalternizados, sobretudo negros, que passaram pela experiência escravagista ou viveram a desconcertante realidade no cenário pós-colonial.

O segundo capítulo deste trabalho, que pensa o pós-colonial pelo viés psicanalítico, sobretudo pela teoria psicopatológica de Frantz Fanon, explora de que maneira a colonização e a descolonização atingem na zona psicológica destes sujeitos no âmbito da loucura e da depressão, e que fenômenos foram agentes catalizadores para o agravamento do quadro patológico do negro colonizado.

3. TENSÕES ENTRE A LITERATURA E A COLONIZAÇÃO: desdobramentos das enfermidades e o cenário colonial

Traçamos a maneira como a colonização se instaurou não apenas para delimitar o capítulo acima, mas também para ponderar de que maneira os distúrbios advindos do trauma colonial fomentaram em sujeitos colonizados o surgimento de reações neuróticas nefastas. Dizer, então, que a literatura representa estas psicoses, por vezes, de maneira metafórica, nos permite chegar a uma leitura mais ampla e compreensiva da natureza psicopatológica do negro colonizado, sobretudo no que se concerne à loucura e à depressão.

O professor Rodolfo Rorato Londero (2019) pondera que “quando a depressão se manifesta na literatura, é quase sempre pelo caminho da metáfora” (p. 6). Sendo, pois, um estado de humor, o transtorno depressivo implica no sujeito adoecido uma estagnação e fragmentação do tempo, no qual o psíquico ressurgiu preso à sua produção imaginária.

Miguel de Cervantes já chamava a atenção para os efeitos psicológicos em sua obra *Dom Quixote* (1978). O enredo, que consiste em apresentar a trajetória do glorioso e justo Dom Quixote de La Mancha, em uma vida de aventuras, calibradas pelo excesso de leituras sobre romances de cavalaria, se esvazia no momento que toma conta de si e da sua verdadeira condição enquanto Ser no mundo. Aparece, agora, um sujeito esvaziado de desejos e o drenar destes resulta na sua melancolia.

Outro autor que aborda a condição depressiva do sujeito adoecido é o escritor Goethe (2010) em *Os Sofrimentos do Jovem Werther*. No Romance epistolar, Werther, ao ser rejeitado por Carlota, se mata por não poder consumir o seu amor devido ao seu objeto de desejo ser casada. Na obra em questão, o personagem se suicida com um tiro na cabeça, o que faz emergir um estágio avançado depressivo por não suportar a realidade.

Para Cristian Dunker (2021), “a melancolia é uma das maneiras de nomear e de narrar a individualização do sofrimento: ela parece retirar o sujeito do convívio, retrai-lo para si, ensimesmá-lo em um estado de solidão e solipsismo” (p. 203). Esta, pois, faz com que o adoecido viaje ao seu inconsciente à medida que estabelece tensões entre o Eu subjetivo e o Eu universal, como acrescenta o autor.

Na maioria das vezes, portanto, manifestadas sobre estas metáforas, a literatura nos ajuda a compreender o estado psicológico dos personagens. Em *A Trágica História de Hamlet, Príncipe da Dinamarca* (2000), Hamlet, se olharmos sob a ótica psicanalítica, é um personagem delirante que vê e conversa com seu pai morto.

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (2004), o narrador em primeira pessoa machadiano é um melancólico que se expressa por meio de uma linguagem de autodegradação. No caso deste segundo, Dunker (2021) acrescenta que, pelo fato de Brás falar dos mortos, “é um bom exemplo de posição ou hiato, equidistante da realidade e de si mesmo, na qual o depressivo se instala” (p. 202). Em outras palavras, o sujeito trágico vive dividido entre suas aspirações de idealizações e seu fracasso, que resulta em sua melancolia.

O surgimento de distúrbios psicopatológicos, como apresentado nos casos acima, pode acarretar severos riscos à natureza corpórea e psicológica de pessoas que apresentam estes casos. Em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (2019), por exemplo, a filha de Luísa B. não consegue superar a morte e o luto de seu amado, Tancredo, e de sua mãe, sendo considerada uma louca. Logo, passa a ter delírios e confunde o seu marido, Fernando, com a figura morta de seu amado, além de culpá-lo pela morte de ambos.

Outro exemplo a ser verificado na literatura é na obra *A louca da fonte*, de Laura Rosa (2023). Neste, a personagem Marinete, após a morte de seu amado, Anselmo, enlouquece por não superar o luto. Assim como Úrsula, ambas dadas como loucas, vivem sob condições delirantes, as quais alucinam idealizações mal sucedidas por não superarem o luto e o momento vivido traumático.

Em *História da Loucura*, Michel Foucault (1972) aclara que “a alma dos loucos não é louca” (p. 231). Isto é, a passagem extremamente simbólica do autor esclarece não somente que há uma liberdade concedida à imaginação do louco – o delírio – que exprime o aprisionamento da alma, mas também a possibilidade de viver a situação desejada. Úrsula, Marinete e Hamlet, por sua vez, encontram o objeto de seus desejos no inconsciente.

Mas a razão restaurada, mais claramente ainda, é prova de que a alma é matéria e corpo organizados, pois a loucura é apenas, e sempre, destruição, e como provar que a alma é realmente destruída, que ela não está simplesmente acorrentada ou oculta, ou repelida para outro lugar? Mas reconduzi-la em seus poderes, restituir-lhe sua integridade, devolver-lhe força e liberdade apenas com a adição de uma matéria hábil e arrumada é ter a prova de que a alma tem na matéria sua virtude e sua perfeição, pois é um pouco de matéria acrescentada que a faz passar de uma imperfeição acidental para sua natureza perfeita (Foucault, 1972, p. 232).

Contrário à sua razão, os delirantes talvez encontrem em sua loucura uma maneira de escape do peso do realismo. É ao imaginar o amado que Úrsula e Marinete parecem viver uma experiência transcendental afetiva que acolherá por alguns momentos a sua alma. Logo, a loucura, diante do trecho apresentado acima, fomenta bons momentos aos loucos.

Contudo, em *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis (2021), a saudade deixada pelos filhos Carlos e Urbano – vendidos para o tráfico negreiro – a leva em um estado de loucura

inóspito, conforme colocado no conto. À vista disso, o peso do inconsciente aparece agora como uma zona dolorosa e difícil de suportar.

Aparentemente, a confusão pelo luto da perda, com a morte do Rei Hamlet e a venda dos filhos de Joana, pode acarretar estímulos de pensamentos e atitudes negativas que podem ocasionar a morte daqueles que vivem e sofrem. Entretanto, há uma dialética quando se trata da condição de ambos diante do luto: Joana era uma escravizada.

A loucura, nessa categoria, aparece como um “fracasso civilizatório” (Dunker, 2021, p. 207), pois é pelo peso da sociedade escravocrata que a personagem é sucumbida a um estado de autodegradação e morte ao fim da narrativa. Esta, por sua vez, não pode guardar no inconsciente momentos afetivos, mas sim o partilhamento, a saudade e o desejo de proteção dos seus diante do sistema colonial.

Há, ainda, o caso de *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2021). A narrativa consiste em abordar a trajetória e desencantamentos da personagem Ponciá, desde a infância à vida adulta, à medida que se encontra radicada na herança de seu avô. O que ocorre é que o cenário de pós-abolição no Brasil ainda era conturbado, por isso, a herança concebida tem um caráter metafórico e representa a condição de Ponciá: uma mulher negra, pobre, mas “livre”. Ou seja, assim como seu avô, que viveu a colonização, não parece ser distante da realidade colonial daqueles que vivem o contexto de pós-abolição.

A personagem, portanto, assim como Quixote/Alonso Quijano, ao dar conta da situação sobre si no espaço vivido, é lançada a uma condição esvaziada e apática, em virtude de compreender as impressões que o mundo causa sobre si e, conseqüentemente, a sua condição enquanto Ser. Se Quixote desejou instaurar um mundo mais justo e melhor, Ponciá desejou viver neste lugar.

Contudo, o que distancia a posição das personagens colonizadas é a condição em que estas se encontram diante do espaço vivido e a sua relação com o trauma. Diferente de Dom Quixote, Ponciá, por exemplo, não tinha títulos ou pertencia à nobreza da época. Isso porque a condição de ex-escravizados no cenário inicial de pós-abolição ainda sofria controvérsias. Tais dualidades implicaram na perda de seus sonhos, assim como as várias partidas a levaram para um estado depressivo.

Considerar narrativas subjacentes, a este modo, que se destoam do cânone literário, é uma nova forma de trabalhar o desvio existencial da condição humana, neste caso, a do negro (Fanon, 2020). Isso porque é atribuído um novo caráter à condição do sujeito diante da situação vivida: a colonial.

É nesse campo, que os estudos pós-coloniais surgem com um pensamento epistêmico, desenraizado das referências ocidentais, ou seja, pensar descolonialmente, considerando as narrativas sobre o outro, a fim de desconstruir e “perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida” (Hall, 2023, p. 106). A teoria pós-colonial, a este modo, é caracterizada por condenar a forma como a metrópole, ou as grandes potências mundiais, estabeleceram contato com países africanos.

Portanto, este capítulo tratar-se-á de que maneira os eventos traumáticos do cenário pós-colonial contribuíram para a manifestação da neurose e desvios psíquicos no negro, sobretudo a loucura e a depressão. O tópico abaixo expõe a dialética que a psicopatologia do campo da fenomenologia psicanalítica apresentou ao tratar sobre a condição de colonizados e ex-escravizados e como a psicanálise de Fanon inaugura e aprofunda o efeito do racismo psicológico em pessoas negras.

3.1 A psicopatologia de Frantz Fanon e a crítica pós-colonial: *dimensões sociais do sofrimento psíquico*

Paulatinamente, os estudos psicanalíticos abarcaram novas dimensões psicológicas ao tratarem sobre a zona psicopatológica na qual o colonizado se encontra. Isto ocorreu devido à nova direção tomada por teóricos não canônicos ao perceberem de que maneira determinados ambientes, violências ou discursos influenciaram no surgimento de reações neuróticas em sujeitos, ou grupos atingidos pela colonização.

Algumas observações feitas por Fanon (2020) em “O Negro e a Psicopatologia” consistem em considerar a família e a fase infantil como ponto de partida para o surgimento de desvios neuróticos. No caso de sociedades coloniais, sendo a primeira uma extensão da nação europeia, representa “uma certa forma que o mundo tem de se oferecer à criança. A estrutura familiar e a estrutura nacional preservam estreitos laços” (p. 157). Sendo assim, não há muita descompressão entre ambos. O que ocorre é uma reprodução dos valores pátrios na família.

De maneira mais clara, o ambiente familiar, sendo o meio pelo qual o colonizado será inserido na colonização, é um dos pontos de partida para o surgimento do sofrimento psíquico. Ainda na fase infantil, “uma criança branca, que parte da casa dos pais e se depara com as mesmas leis, os mesmos princípios e os mesmos valores [...] será uma criança normal” (p. 157). Contudo, conforme o autor salienta mais adiante, ao menor contato de uma criança negra com o mundo branco, será considerada como anormal.

A leitura de Fanon, acima, sobre o contexto colonial, explora de que maneira o trauma se instaura e influencia na forma como o contato estabelecido ou pré-estabelecido ainda fase infantil atuará sobre a maneira que o colonizado irá firmar relações dali por diante com o mundo branco tanto no contexto colonial quanto no neocolonial. No segundo caso, o autor se refere ao efeito de “catarse coletiva” para desvendar o problema patológico da identificação do negro com o branco.

Para Cristian Dunker (2021), em sua obra *Uma biografia da Depressão*, podem ocorrer, por exemplo, “reações depressivas neuróticas quando o processo remete à infância e seus modos de criação” (p. 34). Parece ser o mesmo caso o qual Fanon se reporta, acerca do desvio psicanalítico que o negro sente ao encontrar o mundo do branco, mesmo no contexto de pós-abolição.

Por exemplo, o autor menciona o processo de criação do imaginário na criança colonizada em instituições coletivas pós-coloniais, que abordam histórias, apresentam cantigas ou revistas nas quais o negro é colocado como o mal, maligno, selvagem e/ou “correndo o risco de ser comido pelos negros malvados” (Fanon, 2020, p. 162). É aí que a catarse atua, quando a irregularidade do branco para com o negro aponta para uma agressividade coletiva ao se tratar da inferiorização e estigmatização da raça do colonizado.

A colonização, diante disso, é encontrada também no sentido psicológico do Ser. E no caso do trauma ainda na infância, observa-se um terreno fértil para os desvios que posteriormente implicarão na neurose vivenciada pelo adulto. Sendo a nação e a família o ambiente no qual estes conflitos surgem, “ela é um objeto e uma circunstância psíquica¹⁶” que representa o grupo nacional em que o negro colonizado se complicará.

Indo mais afundo, o psicanalista aponta ainda para a construção do inconsciente de antilhanos tanto na fase infantil, quanto na adolescência, no que concerne à cristalização de hábitos e pensamentos brancos. O primeiro fato ocorre na sua oblatividade e, o segundo, na construção ortodoxa deste imaginário. No caso da negação de si, em virtude de aceitar o outro, um negro antilhano que deseja a família branca e “civilizada”, terá que negar a negra e “selvagem”.

Os contextos (neo)coloniais, portanto, são vistos como os elementos catalisadores para o surgimento dos desvios psicopatológicos em negros, já que se observou que é através do contato com o branco que os distúrbios se instauram. Para Cesáire (2020), isto também ocorreu devido à limitação da visão pseudo-humanista da época. Sendo incapaz de fundar uma

¹⁶ Jaques Lacan, “Le Complexe, facteur concret de la psychologie familiale”. In: *Encyclopédie française*, 1938.

moralidade individual ou em grupo assertiva, ao limitar ou estreitar os valores humanos, a retórica colonizadora normalizou um “mito” humanista civilizatório, encoberto pela lógica de desumanização.

As identidades, à vista disso, se tornam múltiplas na diáspora, como aponta Stuart Hall (2023). A qualidade do Ser é fragmentada. Citando caso análogo de caribenhos, como versado pelo autor, ao entrar em contato com culturas diferentes, como a de “Londres [...], britânicas [...] ou afro-americanas” (p.27), assim como a reidentificação simbólica com culturas africanas, o Ser é novamente preenchido, o que implica em uma fenomenologia particular no individual desse sujeito, e psicológica, já que o inconsciente sofreu modificação.

Não é inoportuno notar que, ao mesmo tempo em que ocorre esta resignificação com culturas nativas, como explorado acima, também pode ocorrer de um estranhamento ou dificuldade de ligação a sociedades originárias. Isto porque a história, ao cortar o cordão umbilical na diáspora, pode promover uma sensação de deslocamento àqueles que retornaram a seus países de origem.

Uma série de casos clínicos reunidos no quinto capítulo de *Os Condenados da Terra* (2022) são pertinentemente reveladores para entendermos a modificação psíquica do sujeito que experienciou o contato (pós) e colonial. Reunidos em quatro séries, sendo elas “A”, “B”, “C” e “D”, o autor procura esclarecer de que maneira, após acontecimentos traumáticos ou fortes o suficiente para modificarem o psíquico, argelinos apresentaram distúrbios mentais e/ou reacionais.

Em um dos casos acompanhados, na série “B”, são reunidas cinco situações resultantes da guerra na Argélia. O primeiro evento, intitulado “Caso n. 1: assassinato, por dois jovens argelinos de treze e quatorze anos, de um colega europeu”, consiste em entender, através de uma perícia médico-legal, o motivo que levou os dois jovens a matarem o colega de escola.

O menino de treze anos descreve que eram amigos e tinham o costume de ir caçar “na colina acima da aldeia” (Fanon, 2022, p. 275). No trecho de seus depoimentos a seguir, revelam o motivo que os levou a matá-lo a golpes de facadas

a) Menino de treze anos

- Um dia decidimos matá-lo, porque os europeus querem matar todos os argelinos. Não podemos matar “os grandes”, mas ele, como é da nossa idade, a gente pode.
- Mas não era um amigo?
- É, mas porque eles querem nos matar? O pai dele é miliciano e diz que é preciso nos degolar.

b) Menino de quatorze anos

- Será que algum dia um europeu chegou a ser detido depois de assassinar um argelino? Respondo-lhe que efetivamente nunca vi europeus na prisão.
- Entre nós, dizem que os franceses juram matar cada um de nós, um por um. Será que prenderam algum francês por causa de todos os argelinos que eles mataram?
- Não sei. Mas você é um menino e essas são coisas de adultos.

- Mas eles matam crianças também... (Fanon, 2022, p. 275, 276, 277).

O motivo desencadeador do assassinato é claramente exposto: não se trata de um conflito pessoal, mas de uma resposta simbólica à violência sistemática imposta pelos colonizadores franceses durante a guerra da Argélia. A morte do menino europeu parece representar um acerto de contas com a figura que ele simbolizava — a do colonizador. Ou seja, projeta-se sobre ele o desejo de destruir não apenas o indivíduo, mas a construção discursiva e social do "outro" europeu no contexto colonial.

Se, por um lado, o processo de colonização resultou no extermínio de milhares de colonizados, por outro, a descolonização — ainda que também violenta — permitiu que os escravizados desvelassem os ideais da retórica colonial europeia que os associava a figuras bárbaras e selvagens. Como aponta Arthur Tatossian (2006), em *A Fenomenologia das Psicoses*, o senso comum “implica o conhecimento das ‘regras do jogo’ do comportamento humano” (p. 51). No cenário descolonial, essas “regras” passam a valer para ambos os lados do conflito.

No caso específico do assassinato, é importante ressaltar o efeito psicológico que o discurso colonial exerceu sobre as ações radicais dos dois meninos argelinos — levando-os à morte de outra criança como forma de acerto de contas. Um episódio literário que se aproxima deste contexto é encontrado na obra *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo (2009), que relata episódios de violência durante a retomada do território moçambicano pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Dois casos merecem atenção. No primeiro, Isabela, a caminho do aeroporto com o pai, é violentamente abordada por um homem negro que a aperta com força: “esmagou meu corpo contra si, arrebanhando com a mão direita meu monte Vênus, apertando-o com força, como espremeria um caju para sumo [...] eu era ali a figura em carne da terra vencida que pode saquear-se” (p. 111–112). No segundo, uma mulher branca é estuprada por vários moçambicanos e depois esfolada “por baixo até sair à garganta” (p. 112). Em ambos os casos, assim como no assassinato do garoto europeu, observa-se um desejo de destruição absoluta daquilo que o europeu representa.

Tais atitudes, que podem estar associadas a transtornos mentais graves, indicam que tanto o contexto colonial quanto o descolonial propiciaram o surgimento de distúrbios psíquicos profundos (Fanon, 2022). O comportamento do colonizado, no processo de descolonização, manifesta-se de forma nociva e muitas vezes isenta de culpa — como no caso das agressões a mulheres brancas descritas por Figueiredo. Isso se deve, em grande parte, à forma violenta e desumanizante com que os colonizadores se relacionaram com os povos dominados, como

demonstrado em “Colonialidade Maniqueísta e Estrutura Colonial”, discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

A análise do *Mito da Modernidade*, de Enrique Dussel (1992), é igualmente fundamental para compreender os distúrbios psíquicos dos sujeitos racializados sob uma perspectiva discursiva. Justificada pelo ideal de progresso europeu, a modernidade constrói um mito que legitima a dominação — pela guerra e pela violência (p. 73) — como um meio necessário para a emancipação do povo colonizado. Nesse processo, o colonizado é responsabilizado por sua própria condição de vítima. Assim, para que o progresso se concretize, os paradigmas sacrificialistas devem libertar os povos de sua suposta barbárie e imaturidade.

O discurso da Modernidade, portanto, estrutura-se com o objetivo de culpar, subjugar e violentar o outro sob o pretexto de civilizá-lo. O sofrimento imposto ao escravizado é justificado pela suposta salvação que lhe é oferecida. Ou seja, é preciso que o discurso consiga fixar no sujeito negro a ideia de que toda sua cultura, religião, costumes e práticas violam os valores morais do homem moderno.

Essa visão de mundo moderno, que é branca, faz inexistir o negro, ou melhor, encobre a sua condição enquanto sujeito e faz emergir outro alguém, primitivo, vazio, que precisa ser preenchido no sentido social, cultural e discursivo à medida que é retirado da própria sociedade que outrora justificou o seu sofrimento pelo seu próprio progresso. Sendo a Modernidade justificada pelo progresso da nação uma farsa, e o negro complexificado o produto deste mito, fomentará um campo sólido para a germinação de patologias aos que foram atingidos negativamente pelo impacto colonial.

Como exemplo de resquícios claros sobre o efeito psicológico da visão construída por brancos sobre negros, Fanon apresenta um caso cujos desdobramentos são construídos pelo prenúncio sexual que o negro representa. Na descrição do acontecimento, o autor manifesta o caso de um estudante negro de medicina que se recusou a fazer o toque vaginal nas pacientes brancas. O motivo, representava um perigo sexual iminente àquelas mulheres. “Ele nos revelou um dia que havia ouvido de uma paciente esta reflexão: tem um negro ali dentro. Se ele me tocar, dou-lhe um tapa. Com eles, nunca se sabe. Ele deve ter mãos grandes e, seja como for, certamente é brutal” (p. 173).

Com efeito, a situação causada pela raça do estudante se deve ao fenômeno do “perigo” sexual que ele representa. Para explicar o caso, o autor recorre ao hiato que separa a condição entre judeus e negros. O primeiro é atingido em sua personalidade, história e laços com antepassados. O negro, contudo, é atingido em sua corporeidade e aparição. Como no caso

acima, a sua presença causa perigo ao sujeito ocidental. Logo, a ameaça do judeu é substituída pela fobia (nos termos do autor) que a potência sexual do negro causa no branco.

A reabertura de questões ligadas à psicanálise representou um ponto de inflexão importante para os estudos culturais. Segundo Hall (2023), é difícil expressar plenamente o impacto dessa reaproximação entre a teoria social e a teoria do inconsciente — ou seja, a psicanálise — cuja fronteira havia sido, por muito tempo, considerada encerrada (p. 192). Ao utilizar o conceito de “interrupção”, Hall busca explicar como certas tensões e rupturas, provocadas por reações externas, funcionam como impulsos para um “trabalho teórico como interrupção” (p. 191). Em outras palavras, trata-se de um movimento que, ao reconhecer os limites e as lacunas das teorias já estabelecidas, promove sua renovação e expansão por meio de novas ideias.

O próximo tópico, a este modo, considera a loucura como outra condição fatal ao negro colonizado devido à maneira como é violentado no contexto colonial. Por isso, procuramos explorar como ela é percebida e diagnosticada à medida que este se encontra fixo à figura marginalizada e, por isso, justificaram-se estes paradigmas sacrificiais para o seu próprio salvamento.

3.2 Loucura e colonização: uma nova psiquiatria na leitura do alienado

No auge da retórica humanista europeia, o sujeito racional pensa o outro, diante do *cogito ergo sum* cartesiano, na medida que deslegitima sua subjetividade e racionalidade, como propõe Quijano (1992). Sendo, pois, aquele que não apresenta mecanismos necessários para ser alguém dotado de razão – ocidental –, é necessário excluí-lo para que absorva os valores corretos ao homem da época e permanecer em uma subcategoria, devido à sua negritude.

A forma como a loucura era tratada na Idade Moderna ou Renascimento é um exemplo claro desta exclusão. O Nau dos loucos “eram barcos que carregavam sua carga insana de uma cidade para a outra. Os loucos tinham então uma existência errante” (Foucault, 1972, p. 13). Relembrando o início do colonialismo, em navios negreiros, estes sujeitos, de maneira forçada, saíam de suas cidades originárias em busca da razão, como acrescenta o autor no trecho a seguir.

A água e a navegação têm realmente esse papel. Fechado no navio, de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra à qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem (Foucault, 1972, p. 16/17).

Com efeito, o destino do louco e do negro são similares. Ambos são criados pelo Ocidente. Estão entregues à sua própria sorte, pois partem para o mundo do outro, que detém a razão e, de maneira simbólica, esta passagem representa a sua própria exclusão, a qual irá fixá-lo em um não-lugar, ou, nos termos do autor, no interior desta outra sociedade.

Encontramos nas palavras do teórico um panorama abrangente sobre como a loucura foi representada ao longo do tempo, desde a Idade Clássica ao Renascimento, na Modernidade. Em “Experiências da Loucura” (p. 124), Foucault faz um panorama histórico de como a alienação foi analisada pela psiquiatria da época. Sujeita a modificações diante da alteridade na maneira de analisar esta patologia, assim como os leprosos, a loucura será uma nova forma de exclusão social e moral, que sofrerá alterações conforme as mudanças da época.

Para argumentar acerca caso, o filósofo Rafael Haddock-Lobo (2008) acrescenta que o que “se deve compreender são os passos dados por Foucault desde o movimento de inversão empreendido em *História da loucura*, em que se buscava compreender a história do discurso psiquiátrico às avessas” (p. 56). Isto é, ao explorar a psiquiatria pelo lado do outro, o autor inverte esta história e dá voz ao que foi majoritariamente excluído e marginalizado pela retórica psiquiátrica ocidental, que se tornou estranho por ser exterior.

É no momento em que é retirado da sociedade que os seus direitos são negados. Isto é, a estreita relação que é estabelecida entre a loucura e a razão se constrói à medida que uma se sobrepõe à outra. Logo, se na Modernidade, a colonização se manifestou com o discurso de salvar e levar a verdade para o negro, o caso dos ditos alienados não ocorreu de maneira diferente, já que a razão aqui também é utilizada para controlá-los.

Lobo (2008) pondera ainda que no cenário moderno, é a razão que ganha relevância diante da análise da loucura no cenário psiquiátrico. O segundo, portanto, se desloca a uma figura negativa da primeira. São seres de “desrazão ou não-razão” (p.65). E se para manter a ordem social é necessário que o louco seja retirado, ocasionando sua internação, assim, estes manicômios passam a ser lidos como ambientes que asseguram a humanidade dos ambientes exteriores. Indo mais afundo, o autor acrescenta que

Mas, no entanto, essa população não concernia, neste momento, apenas aos loucos, mas aos transgressores como um todo. Entre esses, estavam os transgressores da ordem econômica do trabalho (miseráveis, desempregados, ociosos e loucos) e os transgressores da ordem dos valores da família burguesa ou das normas da sexualidade dita “honesta” doentes venéreos, devassos, sodomitas, praticantes de ligações inconfessáveis ou casamentos vergonhosos, blasfemos, suicidas, feiticeiros, magos, alquimistas, libertinos especulativos e loucos (Lobo, 2008, p. 66).

É por este motivo que para o autor a obra de Foucault inaugura uma nova psiquiatria, ou por outra, ao dar voz ao excluído e ao quebrar a pragmática estabelecida na qual a internação

servia apenas para controlar a ordem social, sem uma análise mais profunda clínica, pode se considerar a *História da loucura* como uma história do outro, como enfatizado. Os loucos, portanto, seriam portadores de uma desrazão que afirmaria no homem livre a sua racionalidade.

Esta experiência trágica da loucura pode ser verificada pela literatura na obra *O Alienista*, de Machado de Assis (2017). A sociedade de Itaguaí, um pequeno vilarejo no Rio de Janeiro, é analisada por Simão Bacamarte – médico que se dedica ao estudo da psicanálise – diante dos valores morais e sociais da época. Aqueles que os transgrediam eram considerados loucos ou adoecidos mentalmente e internados na Casa Verde, local que servia de internato a estes supostos doentes patológicos.

Assim como elucida Lobo (2008), Simão Bacamarte é um exemplo literário da convulsão a qual a ciência psiquiátrica da época manifestou à sociedade. Logo, se a razão era a raiz da perfeição das faculdades cerebrais, a loucura, em segundo plano, servia como um meio de afirmá-la diante de sua racionalidade médica. Contudo, este, por sua vez, ao descobrir que toda a Itaguaí não teria se curado, mas sim emergido “o perfeito desequilíbrio do cérebro” (p. 76) e somente ele apresentaria um estado racional, decide internar-se na Casa Verde para estudar este novo fenômeno e acaba falecendo dezessete meses depois sem alcançar as respostas desejadas.

A ilustre obra machadiana pode ser comparada diante da situação nefasta à qual estes sujeitos foram sucumbidos a análises clínicas diante do conhecimento psicanalítico. Uma vez que apresentaram alteridades aos valores morais da época, eram confundidos ou colocados em uma mesma categoria de doentes mentais e serviam como objetos para o estudo ainda confuso na psicologia do Ser. Para Tatossian (2006), isto representa, pois, o fracasso da psicopatologia tradicional, que apresentou uma insuficiência ao analisar sistematicamente estas classes em um único bloco.

Sob a ótica colonial, neste estudo, é Fanon (2020) que se dedica ao estudo psicológico da patologia. E no caso do negro, a sua alteridade psicológica não é com seu semelhante, mas com o branco. Aparece, agora, outro fator na condição neurótica, o homem branco. Assim como Bacamartes, Fanon considera a alteridade nefasta do inconsciente como uma patologia. Entretanto, o que distancia a condição do negro ao homem branco, comum e social, é a sua cor. Como exemplo, cita o caso de um paciente diante do desejo de ser representado pela figura do outro.

O inconsciente, sim, chegamos a ele. Mas não é preciso extrapolar. Quando um negro me conta o seguinte sonho: “Caminho por muito tempo, estou muito cansado, tenho a impressão de que algo me espera, atravesso barreiras e paredes, chego a um cômodo vazio e, detrás de uma porta, escuto um barulho, hesito antes de entrar, por fim me decido, entro, há brancos nesse segundo cômodo, percebo que eu também sou

branco”, e, quando busco compreender esse sonho, analisá-lo, sabendo que esse amigo tem dificuldades para progredir, concluo que esse sonho realiza um desejo do inconsciente (Fanon, 2020, p. 114).

Com efeito, o desejo de ser a partir do outro fomenta o distúrbio e possivelmente um auto-ódio no negro. Devido aos conflitos psicoexistenciais emergirem do complexo de inferioridade, é necessário que a psicanálise o liberte de seu próprio inconsciente. Em uma análise mais detalhada, “é na exata medida que essa sociedade lhe cria dificuldades que ele se vê colocado numa situação neurótica” (Fanon, 2020, p. 114). Este, por sua vez, só conseguirá se libertar no momento em que conscientizar as ideias alucinatórias inconscientes e se desprender desta sociedade colonizada, como elucida o martinicano.

Seria fácil, pois, supor que o caráter alucinatório e neurotizado é avivado a partir de reflexos externos. Isto se deve ao fato de o racismo, diante destas circunstâncias, ser uma experiência traumática para o negro. A patologia, por consequência, é vista aqui como aquilo que é capaz de fomentar uma diferença entre o negro, selvagem e violento, e o branco, bom e salvador.

É relevante ressaltar ainda que, sendo ponto de partida o Ocidente para a empreitada colonial, a justificação da colonização pela razão europeia apresenta a sua própria não-razão. Isto é, ao não reconhecer, pela sua limitação humanista a qual Césaire (2020) se refere, as diferenças existentes possíveis a povos distintos, faz emergir não somente uma delimitação de valores e referências no que se tange ao Ser e ao Saber, como também um possível estado de alteridade na afirmação do que é ou não o Ser erroneamente.

Com isso, a loucura prossegue no afastamento da essência humana e o louco cada vez mais permanece distante de sua humanidade de ser racional e de cidadão. A experiência moderna da loucura vê o louco não mais como o desarrazoado, mas agora como o alienado, isto é, como um produto da relação entre homem e mundo, no qual sua patologia o distancia de si mesmo e aliena a sua natureza (Lobo, 2008, p. 69).

Negado em sua cidadania e subjetividade, a linha tênue entre o são e o alienado, portanto, é estabelecida, uma com relação a outra, em estreitas relações, mas em níveis diferentes à medida que se precise negar a segunda para comprovar a primeira. O primeiro, aliás, segue como um representante da razão e do humanismo moderno.

Conforme salienta Mbembe (2014), a história da manicomialização de loucos também está ligada ao fardo da raça, devido ao negro, assim como o louco, “ser uma das figuras perturbadoras da nossa modernidade” (p. 38). Ou seja, estas relações manicomiais também passam pelo campo da interseccionalidade e, portanto, não devem ser ignoradas pela psiquiatria.

A dissertação intitulada *Literatura e Loucura: a transcendência pela palavra*, de Célia Musilli (2014), faz um panorama sobre a condição de como loucos experienciaram a realidade em hospícios na sociedade brasileira no século XX. Ao analisar a obra *Hospício é Deus*, de Maura Lopes Cançado (1991), Musilli enfatiza que é pela literatura que o leitor é convocado a conhecer a maneira como os seres de desrazão são impelidos a conhecerem a triste realidade nestes manicômios.

A obra, em forma de diário, consiste em abarcar a trajetória e rotina da autora diante de sua condição psicótica e descrições do ambiente insalubre em que vivia. De maneira que estes sujeitos eram submetidos a rotinas rígidas e controlados a partir de, por exemplo, choques elétricos e dosagem excessiva de medicamentos durante seus surtos, a obra é um desabafo e denúncia a partir do real e do ficcional.

De maneira próxima, a caça às bruxas dialoga com a obra de Maura Lopes à medida que mulheres negras que mantinham relações religiosas com entidades africanas eram demonizadas e precisavam, pois, ser retiradas do convívio social, assim como os loucos. A este despeito, trazemos Maryse Condé (2024) para esta analogia ao ponderar em *Eu Tituba: bruxa negra do Salém* que aqueles os quais transgrediam os valores morais da Modernidade ou apresentavam laços com saberes que transgrediam a razão eram enforcados ou mantidos em prisões diante de castigos hediondos.

Com efeito, a literatura deste outro, ao caminhar com a subalternidade, é uma tábua de salvação não somente para a preservação e denúncia, como também para a eclosão de uma razão diferente da estabelecida. Desterritorializados, excluídos da possibilidade de verdade, é pela literatura que é permitido conhecer e desbravar a história do ser de não-razão diante das diferenças estabelecidas.

É relevante ressaltar que, sendo o Brasil um dos últimos países a abolir a escravização, a temática da loucura foi amplamente discutida e atrelada à categoria da raça. Em consonância, a obra *Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira* de David e Vicentin (2020) tenciona discutir a problematização da sociedade brasileira frente à manicomialização de escravizados. Na obra, fica esclarecido que a formação brasileira carioca é formada diante do racismo científico pela medicina da época. A este despeito, os autores dialogam com a antropóloga Lília Schwarcz (1993), pois a autora acrescenta que durante a construção do pensamento da medicina no país, este declarava a raça como catalizadora desta patologia.

O tema racial é ainda relevante, pois integra o arsenal teórico de ambas as escolas. Na Bahia, é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças

que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à ‘perfectibilidade’ biológica (Schwarcz, 1993, p. 191).

Diante do trecho apresentado, fica esclarecido que o racismo, por si, é uma configuração da manicomialização. Sendo mais do que uma estrutura de asilo, passando pelas relações interseccionais, novamente o negro aparece fixado na perduração de todo o mal que assola a humanidade do europeu (Fanon, 2020) diante de categorias discursivas sociais e clínicas.

Devido às relações conflituosas e forçadas de mestiçagem implicarem na degeneração do homem (Schwarcz, 2001), o que parece passar despercebido pela sociedade de psiquiatria da época é que é a colonização, sendo um fenômeno não somente corpóreo, mas também psicológico, implicou, sobretudo no negro, um desvio patológico e, este, por sua vez, é ocasionado pela própria retórica de razão ocidental. É o médico branco, no auge de sua própria não-razão que parece fomentar no negro a eclosão destes distúrbios.

Problematizar manicômios permite, à vista disso, descobrir como a intersecção atua dentro da sociedade psiquiátrica, além de identificar a maneira que a separação racializada permitia manter e assegurar a genética da sociedade europeia no qual termos como “crioulo doido” e “negra maluca” (Nascimento, 2003), por exemplo, passam despercebidos no contexto hodierno, mas carregam o peso de toda uma historiografia silenciada pela razão da branquitude.

Lobo (2008) retoma esta discussão ao discutir que, sendo o negro e o subalterno considerados doentes mentais e objetos de análise da medicina clínica Moderna, é devido a insuficiência analítica da época que o outro é sucumbido à uma retórica excludente e desumana que o coloca em uma posição inferior e nefasta diante da razão social. Desse modo,

O louco foi circunscrito, isolado, individualizado, patologizado por problemas econômicos, políticos e assistenciais, e não por exame médico. Tem-se aqui, então, uma estrondosa aporia: por um lado, a razão psiquiátrica é denunciada por Foucault como aquilo que sufocou, aprisionou e empreendeu todos os seus esforços (como se pretende mostrar) para destruir ou aniquilar a loucura; por outro lado, o que se percebe com é que a razão é “não só incapaz de História da loucura enunciar a verdade da loucura, como também responsável pelo banimento da verdade da loucura como desrazão (Lobo, 2008, p. 62).

Eis a história da loucura na Modernidade – a do excluído – radicada no domínio de uma raça sobre a outra diante complexidade da dialética da razão. A este despeito, a loucura, pela leitura da psicanálise da época é criada para aclamar o mito do homem moderno e assegurar que a racionalidade não pode ser encontrada em terras ocidentais, portanto, é necessário que ela seja levada a estes povos.

Para Fanon (2020), é nauseante o reconhecimento do negro em terceira pessoa. Uma vez que a ciência do século XX se encontrava preocupada em branquear o negro “e assim não

terem mais que carregar o peso dessa maldição” (p. 126), este era alvo de medo e fobia de toda uma população. O autor acrescenta que não existia para o outro, mas triplamente, uma vez que ele “ocupava um lugar, ia na direção do outro... e o outro – evanescente, hostil, mas não opaco, e sim transparente, ausente – desaparecia” (p. 127). O negro, aqui, entende o peso de sua melanina no Ocidente e se descobre aprisionado na sua negrura.

De maneira simbólica, a triste passagem que Fanon se refere eclode a convulsão que foi o fenômeno da colonização, a qual devolve corpos desmembrados, desmantelados e objetificados. Nas palavras do autor, “não sou escravo da ideia que fazem de mim, mas da minha aparência” (p. 131). Considerando isso, o negro, encerrado em sua cor, é traído pelo outro na afirmação de sua humanidade.

Sendo a psicopatologia uma ocorrência dos estudos psicanalíticos que, com os novos caminhos dos estudos teóricos possibilita buscar esclarecer a causa do sofrimento psíquico do sujeito adoentado, no caso deste estudo, o colonizado, propomos esclarecer no tópico a seguir as causas, sintomas e sinais da condição melancólica do Ser à medida que entrou em contato com o mundo colonial.

3.3 Dos aspectos coloniais e pós-coloniais na persistência mental mórbida do negro

Dentre os efeitos resultantes do problema do contato colonial, partimos do pressuposto de que a depressão, sendo um fenômeno que ataca a dimensão psíquica do sujeito adoecido, fomentou em determinados colonizados experiências particulares diante do drama racial o qual alterou a sua forma de lidar com o espaço e tempo.

Para Christian Dunker (2021), sendo a depressão representada na Antiguidade como melancolia ou tristeza, sofrerá mutações na Modernidade devido o sujeito entrar em uma crise de representação de si diante de uma visão de mundo utópica. Quer dizer, a melancolia teria se “tornado [...] uma espécie de paradigma mórbido do homem moderno” (p. 20), fazendo com que olhemos para nós

Como seres fora do lugar, que perdemos nossa identidade fixa e natural (como se um dia a tivéssemos tido), nossa ligação orgânica com a família e com a comunidade, nos tornando seres de perda, exílio e decepção, oprimidos por sonhos maiores que aqueles que podemos realizar” (Dunker, 2021, p. 20).

Os termos utilizados por Dunker, quando observados sob a ótica colonial, parecem descrever com precisão a condição do negro colonizado: exilado de sua terra, oprimido, separado de sua família e enredado por uma identidade utópica que lhe é imposta, mas inalcançável, em razão das categorias raciais fixas que o aprisionam e não o representam.

Diante disso, a depressão — ou “persistência mental mórbida”, como nomeada em *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos* (2020), obra fundamental de Frantz Fanon — é compreendida como expressão de uma alienação mental provocada por esse contexto opressor. A coletânea, composta por textos clínicos do autor, contribui para a compreensão da fase aguda dos distúrbios depressivos.

Considerando o colonialismo como um agente que intensifica reações neuróticas, a psicanálise busca identificar, na alma dos colonizados, as fissuras provocadas por esse trauma histórico. Um exemplo literário que nos permite visualizar esse processo é o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Nele, a autora constrói com sensibilidade o estado psicológico da protagonista após presenciar o assassinato de seu amado, Tancredo, morto por seu próprio tio, Fernando. A cena, profundamente traumática, impossibilita Úrsula de projetar qualquer futuro, pois ela permanece aprisionada ao passado que não consegue superar.

Chamando atenção para o estado psicológico de uma mulher que, ao lidar com uma cena traumática, se encontrou num estado depressivo, a autora utiliza termos como “melancolia” e “loucura” para atestar a sua condição. Para Tatossian (2006) “a melancolia faz o objeto de uma experiência de emurchecimento e de definhamento do vivido, da perda do frescor”. Isto é, Úrsula, mesmo após casada com seu tio que dizia amá-la, não suportou o trauma causado pela morte de seu marido e isso implicará na sua forma de lidar com o mundo, sobretudo pelos seus excessos de delírios.

Por estar ausente, o sujeito depressivo não consegue encontrar o outro. Está submerso numa condição isolada, descolada e o tempo aparece fragmentado à medida que este inconscientiza o trauma. Contudo, conforme aponta Fanon (2020), há um impasse quando se trata da zona psíquica do negro escravizado.

Como o drama racial tem lugar a céu aberto, o negro não tem tempo de inconscientizar. Toda vez que lemos uma obra de psicanálise, discutimos com nossos professores ou conversamos com pacientes europeus, ficamos impressionados com a inadequação entre os esquemas correspondentes e a realidade que o negro nos apresentava. Concluimos que há uma substituição da dialética quando se passa do branco à do negro (Fanon 2020, p. 165/166).

A notável consideração acerca da incapacidade que a fenomenologia psicanalítica expõe quando se trata da realidade do negro pode ser compreendida, em consideração a isso, devido a dois fatores, a maneira que o negro é representado pelo outro, quando o apresenta a partir de um mito, e à medida que é descoberto e interpretado em sua própria experiência vivida, como acrescenta o autor mais adiante.

O motivo pelo qual o negro não consegue inconscientizar fica evidentemente esclarecido nas entrelinhas de Fanon. O escravizado não absorve o trauma devido viver abertamente o drama racial. Um exemplo claro a ser verificado na literatura é na obra *Eu Tituba: bruxa negra do Salém*, de Maryse Condé (2024), na qual a personagem Tituba é espancada e estuprada de maneira hedionda por missionários na aldeia na qual residia. Sendo acusada de ser uma negra que praticava bruxismo, é traída pelo marido, também cativo, e por aqueles que acreditava serem fraternos a ela. Entretanto, mesmo após o ocorrido, continua a se relacionar com homens que a mantêm em uma posição de inferioridade.

No contexto de descolonização na Argélia, todavia, foram encontrados quadros de depressões agitadas. Resultado de distúrbios que surgiram logo após torturas, os pacientes negros apresentaram patologias profundas na personalidade. Intitulada “Série C: modificações afetivo-intelectuais e distúrbios mentais após a tortura” (Fanon, 2022, p. 287), os pacientes inconscientizam o trauma vivido no ato do espancamento. A modificação no psicológico, dessarte, ocorre no momento que o negro compreende, no contexto pós ou descolonial, o poder inóspito que o espaço, o discurso e a figura do colonizador implicam na sua experiência de vida, uma patologia mórbida.

Para descrever o quadro da depressão agitada, Fanon utilizou quatro casos clínicos e os descreveu como “doentes tristes, sem ansiedade real, deprimidos, confinados na maior parte do tempo à cama, que fogem de contato e, bruscamente, desenvolvem uma agitação muito violenta, cuja significação é sempre difícil de compreender” (p. 289). É relevante ressaltar que o termo “tristeza” também foi utilizado na literatura ao longo do tempo para descrever a condição melancólica do sujeito.

Para Tatossian (2006), o termo tristeza não é suficiente para representar o estado de doentes depressivos. Ele é utilizado como metáfora, e o sinônimo que mais dá conta sobre a situação é o termo melancolia ou depressão melancólica.

A tristeza, como todos os sentimentos, é “um movimento que nasce, cresce, dura, desaparece”, enquanto a “tristeza melancólica não comporta nenhum movimento. Permanece aí, sem desencadeamento. Na melancolia, o Eu, conhecendo a forte possibilidade de uma liberação fora da tristeza, assiste como espectador à sua distímia. O sofrimento melancólico não consiste justamente, em última instância, na incapacidade de entrar em relação com sua distímia”. Mas esta incapacidade se confunde com a incapacidade da tristeza mesma, e de todos os sentimentos, que implicam que o Eu se identifique com eles [...] “aquele que pode ainda ser triste não é verdadeiramente melancólico e pode-se reconhecer o término ou a fraca intensidade de uma fase em que o paciente pode novamente ou ainda ser triste (Tatossian, 2006, p. 78).

Como versado pelo psiquiatra, a tristeza não é uma patologia, à medida que é cíclica, pois tem início, meio e fim. Na melancolia, contudo, o sujeito aparece descolado e estagnado.

Vive uma experiência transcendental que não lhe permite viver diante do agora. Por não conseguir se desprender do passado e do trauma, o distúrbio surge como uma consequência, enquanto a tristeza seria um sentimento comum ao homem sadio e pode surgir em diferentes níveis e situações ao longo da vida. A depressão, contudo, é mais profunda e ataca o psíquico, o copo, o tempo e as relações com o eu e com o outro.

O tempo é outra categoria que ganha um caráter peculiar em situações depressivas. Conforme aponta a psicóloga Elizabeth Ida Cardinalli (2012), o tempo aparece de forma desordenada e fragmentado. E se há um retorno para o passado, consideramos o colonial como elemento catalisador para o avivamento de memórias que vão sustentar a condição depressiva do negro. Entretanto, há uma vertente iminentemente clara sobre a questão do escravizado: a da subcategorização do inconsciente, proposta por Fanon (2020).

Consideramos o drama racial como um evento denunciado à primeira vista, entretanto, há situações que assumem um caráter particular no psíquico do colonizado. Por exemplo, ainda no Romance *Úrsula* (2018), Suzana, escravizada de Luísa B, guarda com clareza a sua trajetória como cativa desde os porões em navios negreiros da África ao Brasil. Julgando quase enlouquecer devido à maneira como colonizadores castigavam cativos, se vê afetada e vulnerável ao se lembrar do passado.

Mesmo após ter uma vida serena ao lado de sua senhora, não consegue se desprender e ignorar o passado, e este, portanto, implicará na sua forma manter relações com o homem branco, o qual o escravizado, Túlio, que criou desde criança, decidiu seguir por afeto e compaixão. Tancredo, por representar socialmente o homem branco e colonizador, acomete Suzana um estranhamento ou desconfiança, além de também implicar numa impossibilidade de lidar com a sua estima devido às diversas situações nefastas no passado provocadas pelas figuras escravocratas.

O que ocorre é que a subcategorização do inconsciente elucidada por Fanon (2020) não pode ser desconsiderada, devido, sobretudo, à forma como os castigos eram empregados. Porém, em alguns casos, há situações específicas que ficam marcadas de forma traumática e que serão constantemente revisitadas no presente, de forma que, conforme aponta Cardinalli (2012), não permitirão almejar um futuro, devido sentimentos negativos e apreensões sobre o mundo externo, neste caso, a neurose.

Sendo um fenômeno também discursivo, a agressão colonial na mudança psicológica de colonizados pode ser justificada por colonizadores na relação *cogito, ego sun cartesiano* como sujeito-objeto. Isto é, se referindo ao sujeito ocidental como aquele que é isolado e se institui em si e diante de si no caráter discursivo e reflexivo, se coloca na relação sujeito-objeto como

aquele que é racional, com conhecimento validado, enquanto o outro, externo a ele, é isolado de tais atribuições e por isso precisa ser preenchido (Quijano, 1992).

Problemática em várias categorias, a racionalidade europeia deixa vazios não somente no reconhecimento do outro, como também na intersubjetividade, já que somos preenchidos por ela devido às construções discursivas, também denominadas interdiscursos, que vivem dispersos na memória do sujeito e são ativadas mediante a construção de outros discursos dispersos em nossa memória. Portanto, somos construídos por ela e diante dela.

Parece, pois, demonstrável que a construção de conhecimento europeu fomentou uma fenomenologia mórbida entre sujeito (europeu) e o algo (o colonizado). Pensar o corpo do outro nesta relação nos permite, a este modo, olhar para o corpo do melancólico como portador desta carga. Para Tatossian (2006), “na melancolia, a relação dialética entre função de suporte e carga é destruída e o corpo melancólico não é mais do que carga e peso insuportável” (p. 79). Nesse sentido, o sujeito adoecido é atingido não somente na zona psicológica, como também na corpórea do Ser.

Este, portanto, encontra-se sem mobilidade e com perda de Si. Não há espaço para uma vida fora daquele momento revisitado, já que se situa em um pedaço isolado do tempo. Arthur Tatossian chama atenção ainda para a perda de Si diante do quadro depressivo vivenciado, em outras palavras, a experiência transcendental da perda de algo é, ao mesmo tempo, a perda de Si e implica na nova forma que o Ser que irá se estabelecer posteriormente: apático e isolado de sua realidade presente.

A força do inconsciente parece não permitir uma compreensão da realidade exterior àquele momento. É aí que ocorre a perda de Si, já que o Eu é esquecido e o que ganha força é a memória que ocorreu antes e se solidificou em contrapartida ao que acontece agora, que perde espaço e força diante do quadro depressivo vivenciado. Este, portanto, não consegue inclinar-se para uma realidade externa à vivida naquele momento. Vive um eterno paradigma circular, que não lhe permite olhar para o presente ou futuro.

A ausência de Si é um dos vários fatores que atingem não somente o psicológico, como também o físico do sujeito depressivo. A tese intitulada *Corpo, objeto e gozo na melancolia*, do psicólogo Bruno Netto dos Reis (2015) é um trabalho fundamental para compreender a instabilidade do corpo na psicose melancólica. Para o autor, não somente o imaginário, como também o físico, é atravessado pela interrupção do agora, no qual o sujeito assiste de maneira passiva às alterações corporais.

Ao chamar a atenção para o sintoma de anorexia em pacientes melancólicos, o autor elucida de que maneira ocorre a origem do sintoma.

Trata-se do sintoma anoréxico da melancolia, ou mais precisamente, daquelas anorexias em que é possível evidenciarmos uma estrutura psicótica, especificamente uma melancolia, as quais se distinguem das anorexias histéricas, mais frequentes na clínica e por isso mais estudadas, a nosso ver. Assim, ao abordarmos a melancolia a partir dos fenômenos que acometem o corpo do sujeito, nessa condição destacamos do cortejo melancólico a anorexia, ou mais precisamente, o sintoma anoréxico, não a anorexia como transtorno ou entidade nosográfica una, mas, no limite, a anorexia como síndrome (Reys, 2015, p. 160).

Há, portanto, uma desordem no corpo. Se este, na melancolia, é instável e representado pelo inconsciente fragmentado e desordenado, as modificações corporais implicarão em alterações na diminuição do comportamento adaptativo, alterações no apetite e sono (Méndez, Olivares e Ros, 2005) assinaladas pela declinação do corpo adoecido.

Ao chamar a atenção para a cadaverização do corpo, Reys (2015) aponta ainda para uma “mortificação simbólica do corpo na neurose”. Isto é, se o Eu se encontra preso no trauma, é passivo à declinação e destruição do corpo real e este surge instável, se desvitaliza. Ocorre, pois, uma fusão entre a destruição do psíquico e o corpóreo, e a psicanálise, portanto, encontra o corpo representado pelo inconsciente.

Para Tatossian (2006), devido à personalidade humana ser atacada em sua personalidade, podem ocorrer ainda delírios aos vividos mórbidos. Isto é, assim como a cadaverização do corpo melancólico surge como um sintoma, o delírio, diante da análise antropológica da fenomenologia, também é analisado em sua percepção interna, já que afeta a capacidade do melancólico em julgar a realidade, afetando o juízo entre o verdadeiro e o pensando.

Em outros termos, Tatossian pensa *O Fracasso da psicopatologia frente ao delírio* (p.134) à medida que analisa a psiquiatria tradicional em seu reconhecimento diante da redução ao considerar o “o delirante e o doente mental idênticos [...] a partir de uma [...] consciência metodológica” (p. 134). Assim, para o autor, por um longo período, a fenomenologia tradicional psicopatológica se prendeu a uma consciência metodológica que limitou os limites da compreensão sobre o vivido mórbido.

A nova psiquiatria, contemporânea, enxerga o processo tão importante quanto o caráter empírico paradigmático, já que é no processo que se descobrem novos desdobramentos, uma vez que existem diferentes níveis e situações psicóticas e em cada uma delas são encontradas novas maneiras comportamentais. O delirante, precisamente

É aquele que encontrou uma nova verdade e o delírio em primeira análise se manifesta no nível dos julgamentos da realidade. Com efeito, ele aparentemente dá resultado (sich austrägf) – que não quer dizer que tivesse aí sua origem nem afortiori sua causa – no domínio dos atos intencionais téticos colocando a realidade que eles visam. O delírio deseja sempre a realidade mesmo que se o delirante não sabe do que ela é a realidade, na Wahnstimmung (Tatossian, 2006, p. 152).

O desejo pela realidade é uma categoria inerente à condição do vivido mórbido, contudo, a realidade presente não atua conforme àquela do pensamento delirante. Há um hiato entre as duas dimensões. Isso porque a capacidade de julgar, ou entender o concreto, está comprometido devido a este não conseguir distinguir entre o que é real e o que não é. Ocorre, portanto, uma alteração na representação no juízo de julgar a realidade.

A zona do melancólico, isolada e fragmentada, comporta transições as quais separam a realidade pensada daquela externa a ela. No conto *A louca da fonte*, de Laura Rosa (2023), há um exemplo excepcional de como o delírio atua à medida que a personagem se choca com uma situação traumática que a permite chegar num estado de loucura.

A narrativa consiste em abordar como Marinete, ao ceder à persuasão de sua mãe para se casar com um conde adoecido após resfriar-se e se encontrar num estágio febril, a ponto de morrer, para receber o título de condessa, implicará na filha um estado de loucura. Ao acreditar que se casaria e logo o conde morreria, poderia usufruir de seu título para casar-se com o homem que amava, Anselmo. Contudo, este se mata com um punhal no peito durante a sua cerimônia.

Ao lidar com a morte do conde, logo após se casarem, e ver Anselmo morto no terraço momentos depois, “soltou então longas e repetidas gargalhadas [...] bem diferentes agora, satânicas e desordenadas, como gritos de raiva [...] todos os dias, quem quisesse vê-la daí em diante era ir à fonte, e lá encontraria com seu cântaro cheio à espera de Anselmo” (Rosa, 2023, p. 77/78). Se Marinete, em seu delírio, construiu um mundo imaginado contrário ao da realidade presente, é necessário, pois, que este seja tão sólido quanto ao externo.

Indo mais afundo, a narrativa permite ainda compreender as duas categorias de delírio, a do homem não psicótico e a do psicótico. Isto é, se em seu resfriado o conde “estava em delírio” (p. 72), e Marinete também delira ao não considerar a morte de Anselmo como algo concreto, o termo parece sofrer uma ambiguidade ao se tratar destas duas categorias. Tatossian (2006) problematiza isso à medida que considera o fato de o delírio ter sido considerado por muito tempo “o fenômeno fundamental da loucura, e o – delirante – e o – doente mental – idênticos (p. 134). Isto é, o delírio pode estar atrelado a sintomas de doenças que fazem com que o paciente tenha delírios, mas também pode estar ligado à loucura e a um nível profundo de depressão psicótica.

É relevante ressaltar que, para pensar a condição de escravizados que apresentaram distúrbios, a psicanálise europeia apresentou uma dialética, conforme elucida Fanon (2020). Quais as possibilidades, pois, de representação dos distúrbios psíquicos de colonizados no

cenário colonial e pós-colonial? Indo mais afundo, como e quem analisa os mecanismos fenomenológicos da grande massa, sobretudo daquela considerada inferior e subalternizada?

Em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Albert Memmi (2007) problematiza as nuances da cadeia escravocrata ao retratar que devido o colonizador ser aquele que está “qualificado” para falar dos seres da colônia ao descobrir o colonizado e o seu privilégio sobre este, ocorre uma dupla representação do que outro. Logo, a psicanálise pós-colonial e, diálogo com a dialética representativa do negro, assume novas facetas ao fazer urgir o encoberto.

Pensar na maneira como o colonizado se vê e justifica a sua retórica emancipatória ao retratar o colonizado, ademais, permite explorar os mecanismos nefastos psicológicos desta relação complexa. O negro se encontra afetado na sua subjetividade e, devido às categorias estabelecidas para raça e gênero, encontra-se fragmentado e encurralado diante do retrato utópico da figura colonial.

Com o intuito de problematizar as questões até aqui apresentadas, o próximo capítulo deste trabalho se dedica a analisar as obras “A Escrava”, de Maria Firmina dos Reis (2018) e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2021), a fim de discutir como os contextos colonial e neocolonial fomentaram distúrbios em sujeitos negros que passaram pela experiência da colonização.

4 A LOUCURA EM “A ESCRAVA” DE MARIA FIRMINA DOS REIS E DEPRESSÃO EM *PONCIÁ VICÊNCIO* DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Após a discussão sobre a relação entre colonialismo, subjetividade e sofrimento psíquico no contexto da dominação imperial e de seus desdobramentos contemporâneos, este capítulo se dedica a examinar como a literatura brasileira escrita por mulheres negras aborda criticamente a loucura e a depressão como expressões sociais e históricas da condição subalterna. A partir das obras “A Escrava” (2018), de Maria Firmina dos Reis e *Ponciá Vicêncio* (2021), de Conceição Evaristo, propõe-se uma leitura que compreende os estados patológicos das personagens Joana e Ponciá não como fenômenos isolados ou puramente clínicos, mas também como sintomas de uma violência estrutural herdada da escravidão e perpetuada nas dinâmicas de exclusão da modernidade.

Ambas as autoras, situadas em contextos distintos no Brasil, o século XIX e o século XXI, exploram os paradigmas dominantes da saúde mental ao inscreverem, nas narrativas de suas personagens, os efeitos psíquicos da desumanização histórica. Se em *A Escrava* a loucura emerge como resposta à opressão extrema do regime escravista, em *Ponciá Vicêncio* a depressão revela as marcas de uma subjetividade fragmentada pela diáspora, pelo racismo estrutural e pela ausência de pertencimento. Ao dar voz e interioridade às mulheres negras silenciadas pelas narrativas oficiais, essas obras promovem um resgate simbólico da memória e da dor coletiva de um povo.

É nesse horizonte de resistência literária que se destaca, no tópico a seguir, a figura de uma pioneira da escrita negra no Brasil, cuja obra inaugura, na segunda metade século XIX, um espaço de contestação e denúncia dentro da tradição literária brasileira ao dar voz e subjetividade a escravizados em um período e que estas características eram concedidas apenas àqueles que detinham o poder literário, econômico e social.

4.1 *Uma Maranhense*

Maria Firmina dos Reis foi uma professora, escritora, contista, poetisa e com forte participação no engajamento abolicionista do país através, principalmente, de suas obras literárias na sociedade oitocentista do Brasil. Sendo uma das autoras abordadas neste estudo, consideramos a sua produção literária como ferramenta crucial para compreender as condições impostas aos colonizados, sobretudo às mulheres negras escravizadas no contexto colonial.

De naturalidade maranhense, a autora era

Filha natural de João Esteves e Leonor Felipa dos Reis. Era prima do escritor maranhense Sotero dos Reis por parte de mãe. A escritora nasceu no dia 11 de outubro de 1825, no bairro Pantaleão, na ilha de São Luís, capital do Maranhão. Porém, recentemente foi encontrado no Arquivo público do Estado do Maranhão um documento datado de 25 de junho de 1847, pertencente à Arquidiocese do Maranhão. Nele, [...] Maria Firmina solicita à Câmara Eclesiástica de São Luís a mudança na data de seu nascimento para o dia 11 de março de 1822. Sendo pedido transformado em processo e tendo sido acatado pelas autoridades eclesiásticas e emitido uma nova certidão de batismo. Viveu com a avó Eugrécia Romana Paixão, a mãe, a irmã Amália Augusta e sua prima Balduína e outros parentes consanguíneos ou por afinidade, conforme aponta Agenor em sua obra, em Guimarães, para onde se mudaram quando ela tinha tenra idade (Mendes, 2022, p. 16-17).

A professora Algemira Macêdo Mendes faz um panorama amplo acerca da historiografia da autora no primeiro capítulo de sua obra *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone* (2022), não somente no que se concerne à sua atuação, como também o seu apagamento no meio literário da época.

Nas linhas seguintes, acrescenta que Maria Firmina era autodidata e foi aprovada em primeiro lugar no concurso estadual em 1847 para exercer o cargo de mestra régia, sendo, pois, a primeira concursada da cidade de Guimarães. A autora destaca ainda que “aposentou-se em 1881. Um ano antes da aposentadoria, fundou a primeira escola mista no Maranhão, tendo esta funcionado até 1890. Faleceu em 11 de novembro de 1917, aos 92 anos, cega e pobre” (p. 17).

A carreira literária da autora pode ser considerada a partir da publicação do romance *Úrsula* em 1858 segundo pesquisas da professora Algemira Macêdo Mendes. A obra, como abordado no capítulo anterior, tem um caráter ultrarromântico devido ao estilo de escrita da época e suas influências vindas possivelmente do francês e aborda, no contexto colonial, temas silenciados e pouco debatidos sobre a situação colonial que o negro se encontrava (Mendes 2022).

Morais Filho (1975) pondera que, quando a autora recebeu o título de concursada, sua família tentou homenageá-la organizando para que fosse conduzida pela cidade em um palanquim — cadeira destinada ao transporte de nobres por meio de pessoas escravizadas. Maria Firmina, contudo, recusou-se a aceitar tal distinção e, ao dirigir-se para o ato de sua nomeação, afirmou, segundo o autor: “ia a pé porque negro não era animal para andar montado em cima dele” (p. 18).

Na data de assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, Firmina compõe e publica o Hino de Libertação dos Escravos do Maranhão (Santos, 2015). No intitulado *Hino à*

*Liberdade dos Escravos*¹⁷, a escritora faz transparecer seus posicionamentos diante da situação colonial através da letra, como apresentado a seguir.

Salve Pátria do Progresso!
 Salve! Salve Deus a Igualdade!
 Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
 Difundindo a Liberdade!
 Quebrou-se enfim a cadeia
 Da nefanda Escravidão!
 Aqueles que antes oprimias,
 Hoje terás como irmão!

A favor do progresso da pátria a partir da extinção do colonialismo, Maria Firmina aclara que o negro, agora, passará a ser irmão do branco. Contudo, devido ao cenário da época ainda ser conturbado, haverá controvérsias em sua inserção como portador de direitos no cenário de colonialidade moderna, como destaca Quijano (1992) na matriz da colonialidade do poder.

A pesquisadora Katiana Souza Santos (2015) desenvolve um importante trabalho sobre a trajetória pessoal e bibliográfica de Maria Firmina dos Reis. Para a autora, a escritora maranhense foi relegada à exclusão pelos teóricos literários em panoramas da literatura local, apesar de ter produzido intensamente ao longo da segunda metade do século XIX.

Nesse contexto, cabe destacar alguns jornais os quais publicava durante sua trajetória, como “*Publicador Maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900), *Federalista* (1903)” (Mendes, 2022, p. 18) dentre outros.

Vale ressaltar ainda que a autora tinha conhecimento de sua condição como escritora na província do Maranhão. Nas palavras prévias do romance *Úrsula* (2018), Maria Firmina afirma que, por ser brasileira e mulher, a obra estará sujeita a risos e desdém.

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 12).

Verifica-se que a autora tinha noção da condição imposta para as mulheres naquele período. Passível ao indiferentismo da crítica da época, é por ser mulher, negra, brasileira e com “conhecimento acanhado” que estava sujeita a críticas e possivelmente pouco reconhecimento.

¹⁷ Hino à Liberdade dos Escravos. Link: <https://lintrab.blogspot.com/2013/04/hino-liberdade-dos-escravos.html>. Acesso em 6 de junho de 2025.

Entretanto, isto não influenciou ou desanimou as suas publicações, já que publicou outras obras, dentre elas *Cantos à Beira-Mar*, *A Escrava* e *Gupeva*, posteriores à *Úrsula*.

Cabe destacar um trecho da crítica feita por Horácio Almeida (1975) sobre o romance *Úrsula*. Para o crítico literário, a obra firminiana é privilegiada, pois produziu “primeiro romance no Brasil, como pioneiro da seara feminina, sem influência alienígena, onde o escravo por seu caráter, por sua alma branca, ocupa lugar de destaque em sua obra” (p. 7). Em primeiro momento, o autor é assertivo ao reconhecer a importância da escrita feminina da autora em seu “pioneirismo” na literatura, uma vez que o cortejo da crítica às autoras da época, quando se manifestava, aparecia de maneira tímida.

A autora aventurou-se a escrever “dentro do contexto que a realidade brasileira impunha à época, somando-se às dificuldades econômicas e geográficas, já que nunca saiu do eixo Guimarães e São Luís” (Mendes, 2022, p. 21). Contudo, não precisaria ir muito longe para registrar a situação colonial e de mulheres no século XIX, já que a colonização se manifestou nefasta em todos os estados do território nacional.

Como se observa nas palavras introdutórias do romance *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis não teve acesso à educação formal destinada aos “homens ilustrados” de sua época. Autodidata, sua trajetória intelectual foi marcada pela invisibilidade no cenário literário oitocentista, apesar de ter produzido obras de grande relevância, como assinala Horácio Almeida. Mesmo seu primo, Sotero dos Reis, figura de destaque no Maranhão e autor de um *Curso de Literatura* em que enaltece escritores brasileiros, entre eles Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa, não incluiu Firmina em seu panorama crítico (Santos, 2015, p. 71). Esse silenciamento se insere em um contexto mais amplo em que a crítica literária do período deslegitimava a escrita feminina, sobretudo por desafiar os cânones estabelecidos.

A partir da revisão historiográfica contemporânea, que busca resgatar vozes marginalizadas e reconstruir uma genealogia de escritores excluídos das narrativas oficiais, a obra de Maria Firmina tem sido objeto de crescente interesse acadêmico. Nesse sentido, observa-se, por exemplo, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a presença de inúmeras pesquisas — dissertações e teses — que se dedicam não apenas à análise de sua produção literária, mas também ao processo de resgate e valorização de sua escrita.

Dentre as pesquisas encontradas, destacamos a dissertação de Dayane Cristina de Freitas (2022) cujo tema é *O tema e o problema: memória e esquecimento nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis (1989-2019)*, na qual o objetivo consiste em abordar um panorama do surgimento da autora em textos acadêmicos. Isto é, ao analisar 29 teses entre o

período de 1989 a 2019, é investigado como ocorreu a reconstrução da memória historiográfica da autora a fim de ampliar os horizontes sobre seu regaste humanístico através da história.

Em trabalhos mais recentes, como o de Shirley Ferreira (2024), é possível compreender outras interpretações da produção literária e vida pessoal firminiana. Em *Relendo o Álbum de Maria Firmina dos Reis*, a professora faz uma análise ampla acerca de como a autora foi concebida pela crítica da época, além de trazer fatos novos sobre sua vida pessoal. Destaca que os escritos da autora, mesmo com um caráter ultrarromântico da época, exploram não somente a condição de escravizados, como também a condição de sua vida.

Os escritos literários da autora, portanto, estariam “em consonância com o estado psicológico dela – digo: depressivo, a tal ponto que, em mais de uma ocasião, ela chegou a descrever o suicídio como uma porta de saída” (Ferreira, 2024, p. 32). Por exemplo, a autora aclara que por Firmina tratar de temas dramáticos em seus personagens, como a melancolia de Úrsula, ou a sonegação direito de reconhecimento dos filhos de Joana, a autora estaria refletindo a sua própria vida na literatura.

A dissertação de Maria Alice de Jesus Pereira dos Santos (2023) é outra pesquisa atual sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis. Tendo como título *Marcadores sociais da diferença na narrativa da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917)*, a autora disserta sobre a articulação de Firmina contra o patriarcalismo e colonialismo nas obras “A Escrava” e *Úrsula*.

No segundo capítulo da dissertação acima é dedicado um tópico para acompanhar a trajetória pessoal e bibliográfica da autora. Uma informação significativa é o fato de a pesquisadora ressaltar que Firmina não conheceu seu pai, e por ser uma filha de pais não casados, reforça ainda mais a tese defendida por Ferreira (2024) acerca da solidão e melancolia na sua escrita, a qual representa a sua condição.

Iracema Paixão dos Santos (2024) também faz um abarcado atual sobre vida e obra firminiana. Em sua dissertação, que tem como título *Insubmissa mulher: Maria Firmina, uma voz feminina negra no contexto da abolição*, a autora defende que Firmina, pela teoria decolonial, faz um trabalho de intersecção e é insubmissa ao contexto da época, destacando que a autora inaugura a literatura negra no Brasil.

No próximo tópico, propomos analisar como a liberdade concedida a Joana, ainda na infância, e a Gabriel, seu filho, revelava-se controversa no contexto colonialista do Brasil em período pré-abolicionista. Nesse sentido, discutiremos como o colonialismo se configurava de modo igualmente ou quase tão nefasto para negros libertos quanto para os ainda escravizados; como o sistema escravocrata legitimava a escravização ao construir nos sujeitos escravizados a

representação do mal; e, por fim, como a autora, a partir da voz da narradora, insere uma reflexão crítica abolicionista e que destaca o caráter humanizador da participação de mulheres brancas no movimento antiescravagista, dentro da realidade colonial da segunda metade do século XIX, como forma de resistência às contradições inóspitas causadas pelo eurocentrismo da hegemonia escravocrata.

4.1.1 Abolicionismo e colonialismo em “A Escrava”

No efervescente cenário do século XIX, caracterizado pela crescente participação das mulheres em movimentos abolicionistas ao redor do mundo, Maria Firmina dos Reis destacou-se como uma voz singular e visionária. Em seu conto "A Escrava," integrante da coletânea *Úrsula* (2018), originalmente publicado na Revista Maranhense sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”, aborda questões fundamentais das lutas antiescravistas em um dos últimos países a abolir formalmente a escravidão.

A obra firminiana é publicada durante o contexto de tenção na sociedade oitocentista no Brasil, no ano de 1887, nas vésperas de inauguração da Lei Áurea. A narrativa expõe de forma contundente os impactos desumanizadores da escravidão, especialmente no que concerne à liberdade, à memória e à desestruturação familiar, além de explorar as complexas dimensões de subjetividade e intersubjetividade inerentes a esses temas.

Esquecida por mais de um século, Maria Firmina dos Reis confronta, em sua obra, temas considerados escandalosos para a sociedade da época ao atribuir sentimentos e subjetividade tanto ao liberto (branco), como ao negro escravizado. A autora faz de seu texto uma possibilidade de denúncia a partir da voz do outro, que era animalizado e sexualizado, questionando as estruturas opressivas de sua sociedade. O estilo de escrita de Reis reflete sua consciência plena dos acontecimentos e fatos da realidade da época, já que confrontava os limites do etnocentrismo na sua escrita literária.

O desenrolar da trama ocorre à medida que a personagem principal, Joana, narra sua história de vida, tendo como ponto de partida o momento em que é resgatada, junto a seu filho, Gabriel, por uma abolicionista. Já em seu leito de morte, Joana relata à antiescravagista os eventos traumáticos de seu passado que culminaram em sua condição de insanidade, especialmente a separação dos filhos, Carlos e Urbano, vendidos como mercadoria humana para traficantes.

Joana é filha de um indígena livre e de uma mulher negra escravizada. Seus pais, movidos pelo desejo de garantir a liberdade da filha, economizaram ao longo dos anos para

adquirir sua carta de alforria. Durante alguns anos, vive sob a ilusão de liberdade, marcada por pequenas concessões, como o direito de aprender a ler e escrever com um escravizado mulato. Contudo, com a morte de seu pai, essa aparente liberdade é subitamente negada: a filha é enviada de volta aos trabalhos forçados, contrariando as expectativas de sua mãe, que acreditava ter garantido a sua alforria.

O golpe torna-se evidente quando a sua mãe descobre que o documento entregue por Tavares ao professor mulato não passava de uma fraude, contendo apenas quatro palavras desconexas. Incapaz de suportar o impacto da desilusão, a mãe desfalece, deixando Joana, com apenas sete anos, sozinha sob o domínio do senhor Tavares, no engenho. A partir de então, supomos que a filha seja transformada em uma escravizada reprodutora, já que tem os filhos vendidos. Após o nascimento de seus filhos, todos, exceto Gabriel, são vendidos para o tráfico negreiro.

A separação de Carlos e Urbano e a impossibilidade de lidar com essa perda levam-na ao completo desespero, resultando em sua morte logo após compartilhar seu relato. Gabriel, no entanto, tem um destino diferente. Resgatado pela abolicionista, é liberto quando a mulher apresenta ao senhor Tavares um documento legítimo de alforria, acompanhado de uma quantia em dinheiro. Assim, torna-se um homem livre, realizando o desejo de liberdade sonhado por sua mãe e seus avós. A narrativa evidencia três perspectivas distintas: a voz do colonizador, a do escravizado e a da abolicionista. Contudo, é a partir da voz do negro colonizado que os acontecimentos ganham forma e profundidade.

O conto inicia com os relatos dos feitos de uma mulher branca e abolicionista em um salão perante um grupo social que se colocava contra o abolicionismo. Por serem apresentadas como “pessoas distintas e bem colocadas na sociedade” (Reis, 2018, p. 164), supomos que talvez estivessem presentes coronéis, donos de terras e escravizados, aqueles que seriam mais afetados com o fim da mão de obra servil de graça e contínua.

Mais adiante, a narradora onisciente parece expressar a sua própria opinião através da abolicionista ao criticar a maneira como a sociedade se desmoraliza ao se manter contra o antiescravismo, através das palavras da mulher de sentimentos abolicionistas. Elucida que

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro, o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...
E depois, o caráter que nos imprime e nos envergonha!
O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.

O senhor, que papel representa na opinião social?
O senhor é o verdugo – esta qualificação é hedionda (Reis, 2018, p. 164/165).

De maneira precisa, a antiescravagista analisa e critica os problemas causados pela maneira violenta com que foi estabelecido o cruzamento entre as raças branca e negra, o fato de o Brasil ser o último país das Américas a abolir a escravização, o impacto da inserção do negro no comércio, além da resistência de escravagistas diante do aceitamento da abolição. Cabe aqui, portanto, algumas considerações acerca da maneira como a luta antiescravagista se instaurou, sobretudo pela perspectiva teórica de autoras negras.

A criação, “em 1883, da Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia na esteira da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense” (Davis, 2016, p. 53) é um exemplo utilizado por Davis para descrever a simpatização de mulheres brancas ao movimento abolicionista. Conforme é destacado, o número neste período já era extenso, tanto de mulheres mais abastardas quanto daquelas que pertenciam a classes mais altas.

Contudo, impulsionadas pelo impacto do desenvolvimento do capitalismo industrial da época (Davis, 2016), na qual era desenvolvida uma ideia mais solidificada de que o lugar de mulheres brancas e livres era em casa, estas desenvolveram a ideia de que o casamento era tão ou quase pior quanto a escravização – sobretudo para avivar uma leitura mais séria e ampla da sociedade sobre a importância do movimento.

O que parece ser ignorado, entretanto, é que enquanto mulheres brancas lutavam por acesso à educação e espaço político, negros ainda enfrentavam o racismo colonial. Diferentemente da crítica formulada por Davis, Maria Firmina (2018) parece evitar os embates internos do movimento abolicionista, optando por não problematizar suas contradições. Em vez disto, constrói a imagem da mulher branca abolicionista como uma figura humanizadora, dotada de sensibilidade diante do outro colocado na posição de vítima.

Caminhando sob este viés, Fanon (2020) propõe um “novo humanismo” (p. 21). Ou seja, tal como é representado por Maria Firmina, esta nova leitura sobre o negro, que difere de referências nefastas ocidentais colonizadoras, inaugura, com vigor, uma nova abertura de possibilidades para a literatura da época. Todavia, a colonização ainda se manifestava sólida em terras brasileiras.

Como exemplo de desumanização, Reis (2018) aponta que o comércio, assim como a lavoura, não se mostraria frutífero por estar sustentado no trabalho servil imposto ao negro. Já Albert Memmi (2024) argumenta que, da mesma forma que a burguesia constrói uma imagem do proletariado, a existência do colonizador exige e impõe uma representação do colonizado (p. 177). Nesse sentido, torna-se economicamente vantajoso legitimar o trabalho forçado a

partir da ideia de ociosidade do negro, sobretudo porque, em sua condição de negritude, sua exploração custava quatro vezes menos do que a de um proletariado qualificado.

A crítica levantada pela autora, neste momento, espelha discussões acerca das condições inóspitas servis no contexto em questão. Como problematizado por Memmi, o ato agressivo, justificado pela boa conduta de escravizados, que resulta na “decadência do comércio [...] e da lavoura” (Reis, 2018, p. 164), emerge através de uma retórica discursiva para que o negro aceite a sua miséria como escravizado.

Na base da construção destas dinâmicas econômicas e audaciosas, a reconstrução do negro como seu servo, suas condições insólitas de trabalho, dominação, exploração e submissão contínua “definitivamente, são todos vantajosos para o colonizador, mesmo aqueles que, em primeira aparência, lhe seriam danosos” (Memmi, 2024, p. 121). O negro, portanto, é costurado e preparado para ser inserido no mundo colonial à medida que sofre a sua própria desumanização.

Outro fator abordado no início da narrativa é a maneira como o capataz é descrito e age diante do colonizado. Sendo, pois, aquele designado a organizar e monitorar o trabalho de escravizados, no conto, designa um castigo específico à Joana, “no tronco... no tronco: e de lá fuge” (Reis, 2018, p. 166). Gabriel também será castigado por sair do serviço para socorrer a sua mãe, “hei de ter trezentos açoites” (p. 168). O capataz, mesmo sendo um homem livre e assalariado, é descrito como alguém de cor parda. Então, supostamente, sua linhagem está ligada a povos colonizados.

A falsa ideia de liberdade atribuída aos povos negros e indígenas é um fator que catalisa e mobiliza toda a estrutura da narrativa. Por exemplo, assim como capataz, que foi designado ao trabalho de violentar escravizados, mesmo não tendo muito valor à elite da época, o pai de Joana também era um indígena livre. Contudo, era obrigado a trabalhar na fazenda do senhor Tavares, já que sua esposa era uma negra escravizada. Após a sua morte, a mãe de Joana descobre que foram enganados com uma falsa carta de alforria. Se tivessem, pois, o domínio básico de alfabetização, conseguiriam entender o que estava escrito no documento forjado. O poder concedido através do discurso e da escrita, portanto, é também uma arma utilizada para dominar o negro.

Aprofundando a discussão, María Lugones (2014) chama atenção para o fato de que escravizados e ex-escravizados foram, em grande medida, ignorados pelas lutas feministas, sobretudo no que se refere ao peso da raça e da classe nas condições de produção e circulação. No caso específico das mulheres negras, esse apagamento se insere na matriz da colonialidade elucidada por Aníbal Quijano.

Esse cenário aparece simbolicamente na obra ao destacar o papel da mulher branca antiescravagista, apresentada como elo entre a luta das mulheres livres e brancas e a causa abolicionista. Contudo, é importante sublinhar que a produção teórica de mulheres negras, tanto no campo literário quanto no acadêmico, foi decisiva para consolidar uma compreensão mais profunda das violências específicas sofridas pelas mulheres negras. Maria Firmina, no conto em análise, explora esse aspecto ao denunciar, por exemplo, o analfabetismo imposto aos escravizados e as violências direcionadas ao gênero feminino.

No contexto da sociedade da segunda metade do século XIX, em que Gabriel se insere como negro alforriado, a conquista da legitimidade plena se mostra praticamente inviável em um país ainda escravocrata. Como observa Dussel (1993), a modernidade, sustentada pelo esforço forçado de parte da população, não pode ser efetivamente alcançada enquanto o colono não reconhecer ao negro, em sua liberdade, os meios necessários para usufruí-la. Assim, Gabriel passa a se inserir em uma nova engrenagem da colonialidade moderna, na qual a liberdade permanece restringida pelos eixos econômicos, sociais, culturais e políticos.

As tensões entre abolicionismo e colonialismo no contexto da obra de Maria Firmina abrem espaços para diversos marcos de análises tensos na época. Cabe destacar, ainda na obra de Davis (2016), a repercussão da educação concedida aos povos negros da época, tal como Joana, que em sua infância teve o direito de aprender a ler e escrever, Davis chama atenção para a forma negativa como a sociedade estadunidense lidou com a presença de uma criança negra em uma escola de brancos, “os pais das alunas brancas da escola de Prudence Crandall foram unânimes ao expressar sua oposição à presença da estudante negra, organizando um boicote amplamente divulgado” (p. 54).

Sendo a escrita e a leitura uma arma poderosa de dominação, já que é a partir dela que compreendemos os não ditos, escondidos pela retórica discursiva do discurso colonial, precisamente, o valor simbólico de negros em escolas seria escandaloso e perigoso para a sociedade da época, pois representava não somente que os códigos raciais da estariam sendo quebrados, como também o fato de uma professora, branca, ir contra os princípios morais atribuídos à sociedade feminina da época representar a solidariedade e veracidade do movimento antiescravagista e feminista pela perspectiva de mulheres brancas.

Diante desse cenário de tensões e rupturas, torna-se necessário avançar para a análise das condições hostis impostas pelo sistema colonial, que conduziram Joana à loucura, sobretudo no que diz respeito às violências específicas que sofreu por sua condição de mulher e enquanto cativa na fazenda do senhor Tavares.

4.1.2 A loucura de Joana

No início do relato da abolicionista, esta parece prever os fatos que irão se suceder: “Não sei!... Mas sentia-me com disposições para o pranto” (Reis, 2018, p. 165). É logo após estes pensamentos que Joana, lastimosa, em soluços angustiados, passa correndo em sua fuga num completo desalinho. É pelos ditos e não ditos do relato da escravizada que procuramos debater, neste tópico, a causa, a forma e o impacto colonial na condição adoecida da desditosa.

Joana tem sua loucura representada sob três perspectivas, a do capataz, de Gabriel e a de Tavares. Para o capataz, Joana era apenas uma escravizada preguiçosa que fugia sempre do serviço sob a desculpa de ser uma louca. No início da narrativa, logo após a sua fuga, este explica para a abolicionista os motivos que levariam Joana ao castigo designado àqueles que iriam contra as regras, será chicoteado no tronco e possivelmente morrerá.

Não viu, minha senhora, – interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge de doida... Tenho as caças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego.

- Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta a derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge!

- Então, - perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte desgraçada, - fuge sempre?

- Sempre, minha senhora. Ao menor descuido fuge. Quer fazer acreditar que é doida.

- Doida! – exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos.

Mas o homem do azorrague não pareceu reparar nisso, e, continuou:

- Doida... doida fingida, caro há de te custar.

Acreditei-o senhor daquela mísera; mas empenhada em vê-lo desaparecer daquele lugar, disse-lhe:

- A noite se avizinha, e se a deixa ir mais longe, difícil será encontrá-la. (Reis, 2018, p. 166/167).

Os motivos pelos quais fuge podem ser levados em considerações sob duas perspectivas, o fato de não ter superado a separação dos filhos e/ou o trauma causado pela figura e atitudes sociais que o senhor Tavares representa, tanto quanto seu capataz. Notoriamente, o capataz é representado como aquele que não tem piedade de escravizados. Isto é, pelo poder concedido por Tavares, assume a extensão de sua figura nefasta mais próxima das vítimas do colonialismo no trabalho no campo, nos castigos e nas senzalas.

Frantz Fanon (2023), ao pensar o caso de patologias diante o puerpério, se aproxima da situação mórbida a qual Joana vive. No caso nº 5 da série B, intitulado “Psicoses Puerperais Entre Refugiadas” cita casos análogos àquele que Joana possivelmente se encontra. Para justificar o título, Fanon “chama-se psicose puerperal o conjunto de distúrbios mentais que acomete a mulher por ocasião da maternidade [...] acredita-se que as duas causas principais são o distúrbio no funcionamento das glândulas e a existência de um choque afetivo” (p. 284). Esta

última, a qual o autor considera também como “grande emoção” é a que nos interessa este estudo.

O caso de mulheres grávidas ou em condições de pós-parto nas fronteiras marroquinas e tunisianas é mencionado para que o autor analise a origem dos distúrbios advindos do estado de indiligência em que estes refugiados se encontram. Para Fanon, devido a estas pessoas viverem em condições de, por exemplo, desnutrição e extrema miséria, era possível compreender a predisposição de mulheres grávidas às psicoses puerperais. O autor acrescenta que

É preciso dizer que são poucas as refugiadas argelinas que não apresentam distúrbios mentais por ocasião do parto.

Esses distúrbios assumem várias formas. São agitações que tomam por vezes o aspecto de fúrias, grandes depressões duradouras com múltiplas tentativas de suicídio ou estados de ansiedade com prantos, lamentos, apelos à misericórdia etc. Também o conteúdo delirante é diverso. Encontramos ora um delírio de perseguição vago, dirigido a qualquer um, ora uma agressividade delirante contra os franceses que querem matar a criança que está para nascer ou acabou de nascer, ora uma impressão de morte iminente; as pacientes então imploram a carrascos invisíveis que poupem seus filhos. Mesmo as pacientes curadas mantêm e alimentam esses nós patológicos. (Fanon, 2023, p. 284/285).

Estes casos são importantes para compreendermos a condição patológica na qual Joana se encontra. Tal como as mulheres grávidas ou em puerpério que se encontram num estado ansioso, depressivo e delirante, a mãe de Gabriel é considerada como uma mulher louca pelos delírios constantes e pelas suas atitudes após a venda de suas crianças. Contudo, o que não é levado em conta pelo capataz e por Tavares é o choque afetivo que a mulher sofreu após a separação materna.

Na passagem mencionada pela abolicionista acima, esta descreve que o capataz a considera preguiçosa e por isso foge do serviço sob a desculpa de estar louca. É relevante ressaltar ainda que diferentemente de atestados clínicos ao surgimento da patologia de Joana, a cura para a sua loucura, pela perspectiva do capataz, é o tronco. O preço que pagará, portanto, pelo luto deixado pelos filhos, bem como a interrupção de sua maternidade, é a sua própria morte.

Os delírios que Joana manifesta posteriormente, antecedendo o relato de sua história de vida, revelam que a saudade e o luto pela separação a impedem tanto de prosseguir no trabalho da lavoura quanto de manter a estabilidade psicológica. Desde o momento de seu resgate, a narrativa já se inclina para o declínio, como previsto pela própria personagem antiescravagista ao chegar ao local. Esses sintomas, decorrentes de sua condição patológica, encontram eco na reflexão de Fanon (2023), para quem os delírios, como os vividos por Joana, são recorrentes

em mulheres submetidas a experiências traumáticas no contexto colonial e pós-colonial, em diferentes partes do mundo.

Foucault (1972) critica a psiquiatria antiga – que considera a alma dos loucos salva de suas atitudes. Para o autor, sendo a alma e o corpo a matéria que serão atingidos pela patologia, estas se encontram atravessadas pela própria loucura. Como elucidado no terceiro capítulo deste trabalho, o louco, no ato de sua loucura, “atinge sua liberdade até o ponto de suprimi-la inteiramente” (p. 232). É possível considerar, pois, as passagens delirantes de Joana como o seu aprisionamento delirante, mas também como a transcendência pela qual é possível ter uma aproximação mais simbólica pelo desejo de reaver os filhos desterrados pelo tráfico negreiro.

No caso de Marinete, por exemplo, Laura Rosa (2023) apresenta uma personagem, no ato de seu declínio, após a morte de seu amado, totalmente submersa no delírio ocasionado pela espera de seu amor, que está morto por cometer suicídio. Mais prolongado que no caso de Joana, é possível compreender que, durante o delírio, a alma das personagens parece permanecer, como menciona Foucault, aprisionada – devido emergirem o nó da patologia mental – mas também a sua própria liberdade, devido ao delírio ser ocasionado pela fusão da perda com o desejo.

Mais adiante, no momento em que é concedida a fala para Joana, a narrativa começa a se esclarecer. Antes, apenas com a voz da abolicionista não seria possível compreender os fatos ocorridos para o desenrolar da narrativa. Maria Firmina, neste momento, é magnânima em dar voz ao subalterno ao fazer com que a sua voz seja necessária para que o leitor consiga ouvi-la, como demonstra Gayatri Chakravorty Spivack (2010), pois é somente no momento em que Joana fala por si que os fatos são esclarecidos para o leitor.

Já em seu leito de morte, a desditosa relata o que a levou a este estado débil. Após ser socorrida pela abolicionista e por Gabriel, aparenta estar à beira da morte – “ela era presa dum ataque espasmódico. Estava hirta e parecia prestes a exalar o derradeiro suspiro” (Reis, 2028, p. 169). A crise de ataque espasmódico, a qual Gabriel se refere, é um termo clínico da medicina para representar aqueles que, através de contrações involuntárias, apresentam sintomas de estresse e ansiedade em excesso. Logo após, é sucedida a crises de delírio.

- Carlos... Urbano...

Não, minha mãe sou Gabriel!

- Gabriel, - tornou ela, com voz estridente. – É noite, eles para onde foram?

- De quem fala ela? – interroguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.

- É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu.

- Horror! – exclamei com indignação e dor. Pobre mãe!

- Só lhe resto eu, - continuou soluçando – só eu... só eu!... (Reis, 2018, p. 170).

Nota-se que a abolicionista nesta, e em todas as passagens, se solidariza profundamente com a condição dos dois escravizados. Gabriel, contudo, tem um sentimento de medo pela morte da mãe, bem como pelos castigos que serão empregados a si pela saída do serviço antes da hora estabelecida, como retratado nas páginas acima. É somente neste momento de delírio que Joana parece não sofrer o lamento pela saudade deixada pelos filhos.

Dando início a sua precária história de vida, Joana, sensibilizada pelo seu estado atual, questiona os feitos da abolicionista – “quem é vosmecê, minha senhora, que é tão boa para mim e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos” (p. 171). Neste momento, contudo, não consideramos delírio Joana chamar a abolicionista de anjo, mas sim pelo respeito e admiração pelas suas atitudes diante do salvamento de ambos os escravizados.

Conforme salienta a escravizada, a atitude de uma mulher branca por uma nova leitura deste outro nos leva a pensar ao que Foucault (1972) se refere, a ideia de que uma psiquiatria às avessas faz emergir novas nuances diante do trauma em sujeitos alienados. Sendo Joana uma mulher negra e escravizada, a leitura foucaultiana se debruçará não a entender a razão diante da não-razão (Lobo, 2008, p. 65) de Joana, mas o contrário. Na nova psiquiatria, sendo a desrazão a categoria que ganha relevância diante da razão do capataz e de Tavares, será possível identificar que fatores catalisaram a aparição da neurose na personagem.

Se enveredando pela esteira de Foucault, Schwarcz (1993) também chama a atenção para o caso dos ditos alienados negros no Brasil, no qual são descritos como degenerados e que precisam sofrer paradigmas sacrificiais pela sua degeneração denunciada pela pele. É esclarecedor os termos utilizados por Maria Firmina para compreendermos a ideia dos termos utilizados por Tavares após a sua morte. Para o escravocrata, a loucura da mãe de Gabriel é associada à demonização de escravizados.

- Sei que esta negra está morta, - e o filho acha-se aqui; tudo isso teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procura-la (Reis, 2018, p. 176).

A escravizada é descrita como alguém que não tinha mais serventia para o trabalho na lavoura e tampouco no contexto doméstico pelo senhor Tavares do Cajú. Entretanto, mesmo tendo recebido uma quantia que garantia a sua liberdade, não a libertava. Pelo contrário, seu feitor, Antônio, vivia a correr atrás da desditosa para castigá-la pela sua insanidade provocada pelo próprio senhor Tavares, o que passa despercebido.

Para o escravocrata, a loucura da personagem também é representada como algo “monomaniaco”. É relevante ressaltar que o termo monomaniaco¹⁸ é relativo à monomania e está ligado a um tipo de paranoia pela qual o paciente tem obsessão por uma única ideia. Entretanto, devido sobretudo à realidade, traumas e lapsos delirantes de Joana após a sua separação de Carlos e Urbano, a visão de Tavares parece sofrer uma dialética diante das situações inóspitas às quais submeteu a escravizada desde a fase infantil à vida adulta.

Tatossian (2006) exemplifica este caráter patológico a que Joana se encontra diante das diferenças encontradas entre alucinação verdadeira e pseudoalucinação. Para o psiquiatra

As unidades do vivido mórbido, assim, isoladas, comportam entre elas “abismos” ou “transições” e se grau de “parentesco fenomenológico” permite a classificação [...] a percepção e representação comportam transições, respectivamente, como alucinação verdadeira e a pseudoalucinação. Um outro abismo separa a consciência dos objetos, sempre neutra mesmo em seus modos patológicos, quando à realidade ou irrealidade destes últimos, e a consciência da realidade que é um julgamento fundamentalmente corrigível, enquanto a noção de correção não tem nenhum sentido para a consciência dos objetos, que simplesmente é ou não é. Com certeza um vivido imediato e irrefletido da realidade afeta habitualmente o objeto da percepção ou da alucinação verdadeira, mas ele se fecha à possibilidade de princípio de um julgamento ulterior (Tatossian, 2006, p. 135).

Como visto no trecho acima, a unidade mórbida a qual a personagem aparenta estar situada é a de “alucinação verdadeira”. Isto porque, diferente da pseudoalucinação, na qual o indivíduo, consciente, entende que os delírios aos quais está acometido não têm um “grau de parentesco” como real. Na alucinação verdadeira, o sujeito mórbido, em sua irrealidade, isolado na patologia, é levado a transições que não lhe permitem enxergar a diferença entre o objeto e o alucinatório. Por exemplo, Joana confunde Gabriel com seus filhos vendidos no momento que precede o seu relato de vida “Carlos!... Urbano!... – Não, minha mãe, sou Gabriel. – É noite, e eles para onde foram?” (Reis, 2018, p. 170).

É nesta mesma transição que supomos que o seu desejo inconsciente de viver e ver os filhos vendidos para o Sul a permite viver, em fração de segundos, uma certa liberdade, sufocada pelo evento traumático a qual foi exposta. A partir da venda de Carlos e Urbano para o Sul, Maria Firmina também abre possibilidades de interpretação para o leitor diante da realidade geográfica na qual a personagem vive. Por ter os filhos vendidos para a região sudeste e a autora ter vivido no nordeste brasileiro, pode-se pressupor que esteja retratando o cenário no norte do Brasil.

A loucura de Joana, sob o olhar colonial, sobretudo pela figura do senhor Tavares e de Antonio, seu feitor, culminam nos termos utilizados por Schwarcz (1993) a despeito do olhar

¹⁸ Disponível em: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/monoman%C3%ADaco/>>. Acesso em 17 de junho de 2025.

cientista na sociedade do Brasil da época, de que a miscigenação ou as neuroses/alteridades vivenciadas no psíquico de sujeitos colonizados estariam ligados a esteira de um racismo científico. As questões morais e raciais, a este despeito, também serviriam de categorias de análises para explicar a degeneração de Joana pelo olhar colonial.

O próximo tópico deste trabalho explora como a venda de Carlos e Urbano para o tráfico negreiro que culminou em uma neurose – a loucura da escravizada – a coloca na categoria de escravizada reprodutora. Sendo, pois, o tráfico negreiro uma ferramenta importante para o funcionamento do colonialismo, a prática de venda de crianças negras ainda em fase infantil e de mulheres negras em fase de procriação é outro tema relevante utilizado por Maria Firmina para problematizar as categorias sociais coloniais diante da prática de reprodução involuntária.

4.1.3 Maternidade e trauma: o choque afetivo de Joana com a venda dos filhos

O tráfico negreiro constitui um tema recorrente na literatura negra em razão de seu papel central na manutenção do comércio atlântico e na garantia da continuidade da mão de obra escravizada no sistema colonial. Na obra de Maria Firmina, esse aspecto é evidenciado na cena da venda dos filhos de Joana a um traficante de seres humanos, episódio que suscita reflexões acerca do fluxo de cativos do Nordeste brasileiro para o Sul e sobre as funções e categorias específicas às quais as mulheres negras eram designadas dentro do sistema escravista, assegurando a reprodução e a sustentação da economia colonial.

A venda de Carlos e Urbano a insere na categoria de “escravizada reprodutora”, conceito utilizado por Davis (2016) para descrever a lógica de exploração que transformava a reprodução sistemática em mecanismo de abastecimento do mercado escravista, tratando seres humanos como objetos de trabalho. Diversos eram os ofícios destinados aos escravizados na época, como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação. Contudo, Maria Firmina confere atenção particular não apenas ao funcionamento desses eventos de compra e venda, mas também ao impacto da interrupção da maternidade sobre o psiquismo da personagem.

Segundo Pereira (2021), o tráfico negreiro representou um elemento central na engrenagem colonial, tanto pelo comércio direto pela troca ou venda de escravizados por prata, seda ou outros bens como pelo fato de “está no coração dos projetos reformuladores das potências europeias” (p. 74). Nesse sentido, a venda dos filhos para o Sul constitui um episódio emblemático, pois explicita a dimensão catastrófica da estrutura colonial. É possível pressupor, por exemplo, que Carlos e Urbano, mesmo ainda crianças, estariam expostos a múltiplas formas de violência inerentes ao sistema escravista.

Para exemplificar alguns dos diversos eventos traumáticos da separação de crianças escravizadas de suas mães, Pereira destaca o caso de negros que passavam pela primeira experiência escravocrata, por serem pertencentes a colonizadores e terem que ser marcados a ferro em brasa como símbolo de pertencente ao seu dono. Em determinadas situações, as marcas se multiplicavam a cada revenda, “havendo casos de escravizados [...] com até cinco marcações em suas peles” (p. 138). Seria alarmante para Joana, já em seu estado débil, presenciar os tipos de agressões às quais seus filhos estariam expostos, pois sendo gêmeos, ainda “eram tão pequenos...” (Reis, 2018, p. 171), tendo apenas 8 anos.

Tal como Pereira, a professora Maria Elizabeth Ribeiro (2006) também chama atenção para categorias coloniais no que tange a função de mulheres negras e sua contribuição para o progresso da modernidade europeia. Ao tratar do caso das amas de leite, na segunda metade da sociedade oitocentista do Rio de Janeiro, a professora pondera que com o fim do comércio internacional de escravizados, há um desenvolvimento significativo no comércio interprovincial. A prática, que acompanha o direito negado de Joana e das demais escravizadas que são mães gozar inteiramente de sua maternidade, bem como prosseguir na criação de seus filhos, é um paralelo análogo à maneira como um dos últimos países a abolir a escravidão se posicionava contrário aos direitos básicos de escravizados, como a maternidade.

Joana, “com efeito, tinha cessado de sofrer. O embate tinha sido forte demais para as suas débeis forças. A lua percorria melancólica e solitária aos páramos do céu, e cortava com uma fita de prata as vagas de oceano” (Reis, 2018, p. 174). Mesmo o colonialismo acenando para o seu fim, a figura dos filhos de Joana denota as alternativas encontradas por Tavares do Caju para o fluxo comercial de escravizados, mesmo após a abolição internacional do tráfico negreiro.

Angela Davis (2016) incorpora a noção de “anomalia” (p. 24) à posição da mulher negra dentro do sistema colonial. Para a estudiosa, era confuso o lugar de escravizadas dentro do contexto escravocrata, já que o gênero só aparece quando a reprodução ou a violência sexual vem à tona. Parece ser o caso de Joana pela perspectiva de Tavares. A noção de gênero, com a venda dos filhos, se incorpora em sua “reprodução”, logo, escravizadas reprodutoras eram “animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (p. 26).

As escravizadas reprodutoras eram aquelas negras as quais eram avaliadas diante da capacidade de conceder filhos ao comércio de escravizados, sobretudo no contexto de abolição do comércio internacional de africanos, como acrescentado pela ativista Angela Davis. Joana, contudo, teve apenas três filhos. A venda de Carlos e Urbano é apresentada já na primeira

página do conto, tornando-se a “hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira” (Reis, 2028, p. 164). Pode-se pressupor, referindo-se à maneira como o enredo é construído, que a família é um dos temas com os quais a autora parece se preocupar dentro do contexto colonial.

Gabriel, ao ver a mãe em um estado débil, transparece todo o seu desespero e preocupação com sua mãe,

- Oh, minha senhora, que bondade! – foi só o que disse e, ato contínuo, tomou nos braços a pobre mãe, ainda entregue ao seu dolorido paroxismo, disse:
 - Minha senhora, eu só levaria minha mãe ao fim do mundo.
 Senti-me tocada de veneração em presença daquele amor filial, tão singelamente manifestado.
 Sigamos então, tornei eu.
 Gabriel caminhava tão apressadamente que eu mal podia acompanhá-lo.
 Em menos que quinze minutos transpúnhamos o umbral da casinha, que há dois dias apenas eu habitava (Reis, 2018, p. 169/170).

Os termos utilizados no trecho acima como “amor filial, singelamente manifestado; eu só levaria minha mãe ao fim do mundo” e o caminhar apressado de filho com a mãe diante da situação, são termos utilizados por Maria Firmina para expressar ao leitor que o contexto colonial, ao desencorajar negros a criarem laços familiares, expressava que “maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores” (Davis, 2016, p. 26). Portanto, não haveria a possibilidade de Joana ter um seio familiar frutífero enquanto figuras como Tavares obterem o poder sobre o escravizado.

Seguindo a desumanização de Joana, Memmi (2024) chama a atenção para a recusa do homem europeu diante da realidade de colonizados. Para o autor, não interessa ao colonizador apreender o negro em sua realidade, é necessário que ele sofra diante desta transformação, assim

O mecanismo dessa remodelagem do colonizado é por si próprio esclarecedor. Ele consiste primeiramente em uma série de negações. O colonizado *não* é isto, *não* é aquilo. Jamais é considerado positivamente; se o é, a qualidade concedida está ligada a uma falta psicológica de ética. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se de fato, para ele, opaca. É inútil, pretende ele, tentar *prever* os comportamentos do colonizado (“Eles são imprevisíveis!” ... “Com eles, nunca se sabe!”). É preciso que o colonizado seja muito estranho, na verdade, para permanecer tão misterioso depois de tantos anos de coabitação... ou é preciso pensar que o colonizador tem fortes razões para se apegar a essa ilegibilidade (Memmi, 2024, p. 122/123).

Ao relacionar os colonizados a uma controversa positividade atribuída pelos colonizadores, Memmi antecipa o conceito de Modernidade discutido por Dussel (1992). Nessa perspectiva, a retórica ocidental projeta sobre as nações colonizadas um duplo fardo: ao mesmo tempo em que as coloca na condição de vítimas, também as responsabiliza por sua própria barbárie, instaurando, assim, paradigmas de caráter sacrificial.

O teor psicológico na dialética da retórica do colonizado contribuiu excessivamente, como afirmado acima, ao caráter ético da época, e a situação utilizada pelo autor para descrever a maneira como o colonizador analisa o colonizado, os descrevendo como “imprevisíveis”, é um algoritmo relevante para a maneira como Joana era vista pelas figuras escravocratas da época, Antonio, o feitor e Tavares, seu senhor.

Se para Fanon (2020) a família é um objeto psíquico e a fase infantil na colonização é um dado vertiginoso no qual a neurose vivenciada pelo adulto (colonizado) se inicia com a introdução da criança na realidade colonial, a condição mórbida de Joana teria se iniciado ainda na fase infantil aos sete anos, após o impacto da morte dos pais, posteriormente com a venda dos filhos e através das diversas violências acometidas pelo capataz diante de suas reações neuróticas após os diversos eventos nefastos.

No ano posterior à publicação de “A Escrava” é sancionada a Lei Áurea no Brasil e Maria Firmina continua a se dedicar a problematizar algumas das diversas tensões no Brasil colonial da época. O cortejo da narrativa à era pós-abolição abre espaço para novas discussões sobre uma nova realidade paradoxal na qual o negro se encontrará, como afirma Mignolo (2010). É o que discutiremos nos tópicos a seguir, a partir da obra *Ponciá Vicêncio* (2021), de Conceição Evaristo, sob a noção de que o cenário neocolonial se manifestou tão ou quase nefasto a ex-escravizados, atingindo a economia, o mercado de trabalho e também o psicológico dos personagens.

A seguir, propomos demonstrar como Conceição Evaristo dedicou-se aos estudos teóricos e literários se enveredando a representar o negro no contexto neocolonial, como no caso de *Ponciá Vicêncio*, para trazer à tona a maneira como se estruturava o sistema, em especial, afetando as mulheres negras, a dupla subalternidade à qual Spivak (2010) também chamava atenção.

4.2 Conceição Evaristo e Ponciá Vicêncio

Maria da Conceição Evaristo de Brito ingressa na carreira literária na segunda metade do século XX, e é famosa pela autoria de diversos romances, dentre eles *Ponciá Vicêncio*, publicado originalmente em 2003 pela editora Mazza, conforme é destacado no prefácio da obra. A narrativa é dedicada às irmãs, mãe e filha da escritora.

A dedicatória dá indícios sobre as dificuldades encontradas antes, durante e após o seu processo de formação, dentre elas as adversidades políticas no ato de mulheres escreverem, e o pouco espaço no mercado editorial para a publicação e circulação das obras de autoria feminina.

A autora destaca ainda que a primeira edição de *Ponciá Vicêncio* foi integralmente financiada por ela, tendo sido encorajada pela professora Maria José Somelarte Barbosa.

Sendo um sucesso nacional, já possui várias edições e, hoje, pode ser lida em diversas línguas. O sucesso da obra consiste, sobretudo, em retratar experiências vividas por Ponciá e a sua forma de lidar com a ancestralidade e o presente. Destaca-se um fato importante para compreender a narrativa: considerar a extensão do colonialismo e seu efeito no psíquico de negros que passaram pela experiência colonialista e aqueles que ainda sofrem com o seu impacto em eras pós-coloniais.

A respeito do processo de criação de seus personagens, em uma palestra, Conceição Evaristo relata ainda no prefácio de *Ponciá Vicêncio* que

Gostava de meus parentes; de alguns eu gostava mais, de outros, menos. Nos primeiros instantes, a audiência se surpreendeu, percebi movimentos tradutores do incômodo que minhas primeiras palavras causaram. A palestrante iria falar sobre questões familiares? Não! Eu estava me referindo a outro tipo de parentesco. Falava das personagens criadas por mim. Minhas crias, portanto parentes de primeiro grau. Em meu enlevo por parentes, há uma parenta da qual eu gosto particularmente. Essa é a Ponciá Vicêncio. Não foi amor à primeira vista. Aprendi a gostar da moça, de tanto amor que ela provocava nas pessoas. E, quando me chegavam falando de Ponciá Vicêncio, eu parava para escutar e achava sempre um motivo para gostar dela também. Resolvi então ler a história da moça. Ler o que eu havia escrito. Veio-me à lembrança o doloroso processo de criação que enfrentei para contar a história de Ponciá. Às vezes, não poucas, o choro da personagem se confundia com o meu, no ato da escrita. Por isso, quando uma leitora ou um leitor vem me dizer do engasgo que sente, ao ler determinadas passagens do livro, apenas respondo que o engasgo é nosso (Evaristo, 2021, p. 7).

Conforme as palavras prévias da autora, o processo de criação de *Ponciá Vicêncio* está atrelado às suas experiências pessoais. Ao retratar a personagem como uma parente sua, e que não carregava sentimentos como amor, já que o seu processo de criação foi doloroso e os seus choros se misturavam, Evaristo dá indícios dos fatos ocorridos em sua vida pessoal que influenciaram na criação do romance.

Em uma entrevista concedida ao site *Mulheres que Escrevem*¹⁹, a filósofa revela os possíveis motivos que influenciaram na relação dolorosa com a personagem. Havia acabado de se tornar viúva e, por tentar canalizar a dor da perda pelo marido em sua escrita, *Ponciá Vicêncio* surge como uma personagem que sofre várias perdas e está inclinada a um abismo sem esperanças.

A obra *Escrevivência: a escrita de nós – Reflexão sobre a obra de Conceição Evaristo* (2020) reúne diálogos e análises sobre a vida e obra da escritora no que se tange à sua trajetória

¹⁹ Disponível em < <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/mulheres-que-escrevem-entrevista-conceicao-evaristo-fa243ff84284> > Acesso em 26 de junho de 2025.

bibliográfica e acadêmica, como também em sua aproximação com os personagens, como são construídos e a sua fusão com suas narrativas dentro de sua produção literária.

Por exemplo, no relato colhido pelas autoras, a escritora acentua que dá pouco espaço para personagens brancos em suas narrativas, isso porque representam espaços de poder (Duarte; Nunes, Lopes, 2020). Em *Ponciá Vicêncio*, por exemplo, há uma ausência destas figuras, já que “são eles os donos das terras” (p. 28). Exceto o caso da patroa de Bilisa, que sutilmente aparece no romance ao fingir que não vê para que seu filho roube as economias da empregada.

Levando isso em consideração, Conceição Evaristo tece narrativas que buscam explorar as dificuldades encontradas por mulheres negras ao longo dos períodos colonial, pós-colonial e hodierno em seus diferentes entraves. Um fato a ser considerado no seu estilo de escrita é a sua origem. Ainda segundo o site *Mulheres que Escrevem*, mencionado acima, nasceu em Minas Gerais, em uma favela de Belo Horizonte. Se formou em letras pela UFRJ, obteve título de mestra PUC em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada pela UFF.

Em outro trecho de sua entrevista concedida ao site, ela pondera que, em uma exposição a qual seria homenageada, pediu para que a artista plástica não dessa tanta relevância para sua origem, isso porque sua origem pobre sempre se destacou em suas homenagens. Reitera que sente orgulho de sua trajetória pessoal, contudo, teve receio de, ao homenageá-la, sem perceber, a artista poderia estar fazendo apologia à pobreza.

De maneira simbólica, as palavras de Conceição Evaristo cortejam, por exemplo, as mulheres negras protagonistas nos escritos de Angela Davis, já que busca visibilidade tanto pela sua trajetória difícil, como pela sua afirmação como mulher negra ao criar personagens que são capazes de falar de si e por si num sistema inóspito e racista.

No relato de Sojourner Truth, citado em *Mulheres, Classe e Raça* (2016), a partir da frase “Não sou eu uma mulher?” em uma convenção em Ohio, no século XIX, Davis traduz o eco do discurso da ativista como o som de um trovão. Análogo ao impacto dos escritos de Conceição Evaristo, faz-se emergir não somente a força e protagonismo da mulher negra em sua afirmação como sujeito, como também a transparência da situação colonialista a qual estas personagens/protagonistas são submetidas na literatura e fora dela. Por exemplo, ao confundir-se com a personagem Ponciá, Evaristo ressalta que

A nossa afinidade (Ponciá e eu) é tão grande, que, apesar das nossas histórias diferenciadas, muitas vezes meu nome é trocado pelo dela. Recebo o nome da personagem, de bom grado. Na com (fusão) já me pediram um autógrafo, me abordando carinhosamente por Ponciá Evaristo e distraída quase assinei, como se eu fosse a moça, ou como se a moça fosse eu (Evaristo, 2021, p. 8).

O termo “fusão”, utilizado pela autora, se deve pelo luto e perda sofrida pela personagem e escritora, mas também pela maneira como enfrentaram, em momentos relativamente distantes, o luto e a saudade daqueles amam, além do peso da extensão colonial logo após a abolição e décadas depois. A respeito disso, nas linhas seguintes, revela que “havia quase dez anos que a história de Ponciá já tinha sido escrita” (p. 8). Assim, tal qual retratado nos aspectos econômicos e sociais da narrativa, Evaristo deixa indícios de que a narrativa se inclina ao período pós-colonial, por volta da primeira metade do século XX.

A escrita de Conceição Evaristo, dessa forma, insere-se ao meio intelectual, reafirmando e abrindo espaço para a escrita literária e teórica de mulheres pretas por meio de sua “escrevivência” permeada de experiências pessoais deste grupo, e que abrem espaços para escrever as suas vivências e incomodar a estrutura de “herdeiros das casas grandes” (Albuquerque, 2021, p. 57).

No catálogo de Teses e Dissertações da Capes, não foram encontradas teses ou dissertações que abordavam diretamente o tema da depressão na personagem protagonista a partir do termo “depressão” ou “melancolia”. Entretanto, são muitas as pesquisas voltadas à análise da obra sob outras óticas. Por isso, busca-se, com esta dissertação, examinar lacunas ainda carentes sobre o estado psicológico da personagem Ponciá.

A dissertação de Nilcéia Rosário da Silva, intitulada *A solidão do corpo negro e suas representações sociais na construção das personagens da família Vicêncio da obra Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo* (2023), é uma das produções que mais se aproximam do tema desta dissertação. A autora busca identificar que fatores foram responsáveis, de maneira cronológica, para o estágio final da família Vicêncio, dentre eles Maria Vicêncio, Luandi, Ponciá, Vô Vicêncio e o pai de Ponciá Vicêncio diante de suas relações no cenário pós-escravagista.

Acerca da escritora, Silva (2023) acrescenta que veio de uma família de mulheres negras pertencentes à classe trabalhadora e que ocupavam espaços de trabalho como “faxineiras, cozinheiras e empregadas domésticas” (Silva, 2023, p. 42). Assim, a sua “escrevivência” parte de uma experiência coletiva complexa e herdada dos seus. Não diz respeito apenas à maneira como estes personagens aparecem, agora, na literatura, em sua subjetividade e intersubjetividade, mas na capacidade de quem pode, agora, construí-los dentro desta literatura.

Na dissertação *O ESCRE(VIVER) EM PONCIÁ VICÊNCIO, DE CONCEIÇÃO EVARISTO: escrita, história e vivência*, de Luís Fernando Lima Camelo (2023) também se posiciona a partir dos aspectos na ancestralidade da obra como ponto de partida para identificar, agora, a representatividade da mulher negra no cenário da época. No caso desta pesquisa, o

autor se propõe a analisar o lugar de fala e a representatividade da mulher negra na literatura e na escrita.

Em *YABÁS: heranças míticas em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo* (2022), Leonardo Gomes de Souza ressalta o caráter mítico levantado por Evaristo sobre a ancestralidade oral africana. Para o estudioso, a sua narrativa é permeada de elementos ancestrais, como a relação de Ponciá com Oxum, envolvida pela sua relação com a água doce e sua fecundidade, com se conectar novamente com o barro e fusão com sua herança psicológica cunhada na figura do avô.

São inúmeras as análises possíveis dentro de *Ponciá Vicêncio*, como demonstrado em algumas das dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Em outros textos, desde sua primeira publicação na literatura, em *Cadernos Negros* (1978) (Silva, 2023, p. 42), até os mais contemporâneos, a autora permite diversas interpretações, especialmente sobre a mulher negra, como em *Ponciá Vicêncio*, dentro dos contextos colonial, descolonial, pós-colonial e contemporâneo.

O próximo tópico desta dissertação, em virtude do caráter social da época na narrativa de *Ponciá Vicêncio*, propõe analisar que aspectos foram responsáveis, após o período escravagista, para a realidade a qual Mignolo (2017) intitula de “colonialidade moderna” aos moradores da Vila Vicêncio referente aos diretos sobre terra, moradia, lazer, e trabalho e nome social.

4.2.1 Colonialidade Moderna na Vila Vicêncio

A narrativa da obra *Ponciá Vicêncio* aborda as perdas e decepções da família Vicêncio durante e após o período escravagista no Brasil. O contexto da obra explora o cenário pós-abolição em suas eras iniciais, por volta da primeira metade do século XX, em que negros saíam da condição de escravizados para sujeitos, agora, livres pelo decreto sancionado da Lei Áurea.

Ponciá Vicêncio é a personagem protagonista da obra em questão. É filha de ex-escravizados residentes na Vila Vicêncio, local concedido pelo Coronel Vicêncio para estes ex-escravizados residirem, desde que plantassem, colhessem os alimentos produzidos em sua fazenda e dividissem o que era produzido na agricultura familiar com este.

Quando criança, a mãe de Ponciá já notava a semelhança da filha com o seu avô Vicêncio. Muita nova, ainda criança de colo, vivia a imitar os gestos do avô que havia morrido há algum tempo. Para a mãe, era assustador uma criança com tão pouca idade lembrar do

falecido. Alguns moradores da vila diziam que a menina estava apenas emprestada no ventre de Maria Vicêncio e, quando chegasse a hora certa, posteriormente, receberia a herança dele.

Este, que havia ficado louco após um gesto de desespero ainda no período colonial, matou a esposa com uma foice e decapitou sua mão no propósito de tentar se livrar do sistema escravagista. Com a tentativa malsucedida, é socorrido e não consegue cometer suicídio após matar a sua mulher. Por isso, agora livre, parece não ter superado os eventos traumáticos vividos no passado e, por esse motivo, vivia a rir e a chorar.

Para o pai de Ponciá, o avô era plenamente culpado pela morte da esposa, desconsiderando o contexto em que viviam. Por isso, muitas vezes pensava na possibilidade de matá-lo, mesmo nunca o fazendo. Assim como o pai, também havia sido um escravizado e sofrido diversas violências na fazenda na qual residiam, sobretudo por parte do sinhô-moço, o qual era encarregado de acompanhar.

A família, agora livres, vivem plenamente da agricultura familiar, produção artesanal de objetos produzidos através barro pela mãe de Ponciá, Maria Vicêncio, e a filha, além da venda destes objetos na fazenda do coronel Vicêncio em que o pai e o filho, Luandi, trabalhavam e passavam a maioria do tempo.

Certo dia, o pai de Ponciá falece na fazenda e, esta, após ter aprendido a ler com os sacerdotes que passavam algum tempo na vila ensinando a ler, escrever, catequizando os moradores e casando, decide se mudar para a cidade na tentativa de mudar de vida. Acreditava que, por saber ler e escrever, o destino lhe reservaria um bom trabalho e ascensão social.

Contudo, logo no primeiro dia, tem suas expectativas quebradas, já que não consegue emprego e passa a noite junto a outros mendigos. Somente no dia seguinte é contratada para o serviço de empregada doméstica. Casa-se, constrói um barraco simples na periferia e decide retornar para a Vila para buscar a mãe e o irmão. Contudo, encontra a casa abandonada.

O irmão, que também pegou o trem para a cidade, pouco tempo depois da irmã, consegue trabalho na parte dos serviços gerais em uma delegacia e, a mãe, agora, vive a procurá-los pelas vilas das redondezas. Ao regressar para a cidade, após não encontrar o irmão e a mãe, Ponciá se desilude ainda mais e passa a se aprofundar em um estado depressivo. Seu marido, por não compreender a sua situação, passa a espancá-la, na tentativa de trazê-la de volta à realidade. Entretanto, à medida que o casamento se deteriora pela realidade do negro no cenário da época, a personagem imerge num estado profundo, alheio e apático à realidade.

O irmão, agora desiludido pela morte de sua amada, Biliza, - morta por um cafetão – se decepciona com a vida na cidade e deseja reencontrar a família, pois com a morte de Biliza, até o sonho de se tornar soldado havia ficado de lado. Certo dia, porém, após tantos desencontros,

pois havia ido à vila e não tinha encontrado a mãe e não sabia do paradeiro de sua irmã na cidade, encontra Maria Vicêncio com a ajuda do Soldado Nestor.

Logo após receber o título de soldado, em um dia de vigia na estação de trem, também encontra a irmã totalmente submersa em seu estado depressivo. Decide, pois, que era a hora de partirem. Já não vê sentido no título que conquistou e nem na vida na cidade. Mesmo após regressarem para a vila, entretanto, a irmã não encontra cura para a depressão. Assim, a família encontra conforto em retornar ao lugar de origem.

Delimitamos este tópico para compreender de que maneira Conceição Evaristo tece a narrativa literária, mas também para fazer uma comparação de como a literatura da autora retrata bem a tese defendida, em especial pela teoria do discurso decolonial, de que após o fim da colonização, sujeitos que experienciaram o contato colonial, passaram a ser inseridos numa nova maneira de escravização, denominada “colonialidade moderna” conceito cunhado pelos discursos decoloniais na América Latina (Mignolo, 2010).

Para Mignolo (2010), o conhecimento, ao ter sido historicamente instrumentalizado como mecanismo de colonização, exige um processo de descolonização que abranja tanto o saber quanto o ser, configurando-se assim na descolonização da subjetividade. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a problematização de uma das categorias constituintes da matriz da colonialidade, observa-se o caso dos moradores da Vila Vicêncio, que adotaram o sobrenome “Vicêncio”, o mesmo utilizado pelos coronéis responsáveis pela cessão das terras onde passaram a residir, remetendo as relações de poder e dominação herdadas no âmbito social e identitário.

Buscando mostrar o vazio do sujeito diante da perda de suas raízes, Evaristo apresenta uma fenda no psíquico de Ponciá ao não conceber o sobrenome como parte de seu ser, como no momento em que reflete, já no início de sua patologia, o vazio que o nome representava para si.

Em tempos outros, havia sonhado tanto! Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina, tinha o hábito de ir para a beira do rio e lá, se mirando nas águas, gritava o seu próprio nome. Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Pandá, Malenga, Quietí; nenhum lhe pertencia também. Ela, inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém. Tinha então vontade de risos e choros (Evaristo, 2021, p. 18).

A maneira como a personagem, ainda menina, sentia-se deslocada ao som do próprio nome, pode ser interpretado como uma aproximação à tese defendida por Mignolo (2010) de que não há possibilidade do gozo da subjetividade plena, quando esta permanece apagada pelo instrumento da retórica da modernidade, por isso “se o conhecimento é um instrumento imperial

da colonização, uma das tarefas urgentes que temos por adiante é descolonizar o conhecimento” (Mignolo, 2010, p. 11, **tradução nossa**)²⁰.

Em outro trecho da narrativa, para alguns moradores da Vila, o “Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus [...] sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno (p. 42). Diferente da filha de Maria Vicêncio, estes moradores permanecem encurralados mediante a capacidade compreender, de conhecer e de sentir os pilares que definem a matriz da colonialidade desenhada em *Desobediência epistêmica retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad* (2010).

Outro fator relevante ressaltado na obra, é a forma como era concedida e, logo após, tiradas as terras dadas aos ex-escravizados sob o domínio do discurso e da escrita do coronel Vicêncio.

Desde pequena, ouvia dizer, também, que as terras que o primeiro Coronel Vicêncio tinha dado para os negros, como presente de libertação, eram muito mais, e que pouco a pouco elas estavam sendo tomadas novamente pelos descendentes dele. Alguns negros, quando o Coronel lhe doou as terras, pediram-lhe que escrevesse o presente no papel e assinasse. Estes exibiram aqueles papéis por algum tempo, até que, um dia, o próprio doador se ofereceu para guardar a assinatura-doação. Ele dizia que, na casa dos negros, o pape poderia rasgar, sumir, não sei mais o quê... os negros entregaram, alguns desconfiados, outros não. O coronel guardou os papéis e nunca mais a doação assinada voltou às mãos dos negros. Enquanto isso, as terras voltavam às mãos dos brancos. Brancos que se fizeram donos, desde os passados tempos (Evaristo, 2021, p. 53/54).

Observa-se que é pelo discurso que o Coronel convence alguns moradores a assinarem e entregarem a escritura de suas terras. Supõe-se, portanto, que estes negros não tinham o domínio da escrita, já que, em outra ocasião, caso conseguissem ler, consequentemente entenderiam que o termo utilizado por Vicêncio de que era apenas um “presente”, na verdade, se tratava da escritura de suas moradias.

Eis que chegamos ao que Fanon (2020) propõe em sua filosofia, de que a colonização foi um fenômeno, físico e psicológico, mas especialmente discursivo, já que é por ele que este outro é convencido, em sua ingenuidade, de que há um laço humanitário que guiará brancos em negro nesta nova sociedade pós-colonial.

Para Dussel (1992), o conceito de “modernidade” no final do século XV ou início do século XVI se atrela à delimitação da retórica do Novo Mundo, moderno, e se baseia na cultura europeia como centro. Tal qual Evaristo em sua inclinação literária na narrativa da família Vicêncio no cenário inicial pós-abolição por volta da primeira metade do século XX, Dussel

²⁰ No original: (se el conocimiento és un instrumento imperial de la colonización, una de las tareas urgentes que tenemos por delante es descolonizar el conocimiento).

também considera importante recuar a períodos anteriores, para compreender como se deu esse mito da modernidade. Segundo o autor, esta modernidade capitalista é ambígua por duas vias.

- 1) Por seu conteúdo primário e conceitual, a “modernidade” é emancipação racional. A emancipação como “saída” da imaturidade através de um esforço da razão como processo crítico que abre a Humanidade a um novo desenvolvimento histórico do ser humano.
- 2) Mas, ao mesmo tempo, por ter seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “modernidade” é justificação de uma práxis irracional de violência. O mito poderia ser descrito assim: a) a civilização moderna se autocompreende mais desenvolvida, superior (o que significará sustentar sem consciência uma posição ideologicamente eurocêntrica. B) a superioridade obriga, como exigência moral, a desenvolver os mais primitivos, rudes bárbaros). C) o caminho do referido processo educativo de desenvolvimento deve ser seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e é Europa, o que determina, novamente, sem consciência alguma, “a falácia desenvolvimentista”) (Dussel, 1992, p. 185).

Como os moradores da Vila Vicêncio, em sua negritude e, portanto, sinônimo de sua primitividade, como nos termos utilizados por Dussel acima, recebiam apenas empregos insalubres relacionados ao trabalho árduo na fazenda para colher, plantar e semear, considera-se que no mito desta Modernidade, o espaço concedido a este outro no cenário, agora, neocolonialista, não o proporcionará ascensão econômica, pois, uma vez instaurada a cultura ocidental em seu eurocentrismo, os costumes do colonialismo passam apenas a ser velados sob uma falsa ideia de legitimidade concedida a estes escravizados.

Como exemplo disso, tem-se a família como uma esfera social ainda rejeitada, mesmo que de maneira turva. Na família Vicêncio, como ilustração, Ponciá lembrava-se vagamente do pai, “o homem não parava em casa. Vivía constantemente no trabalho da roça, nas terras dos brancos. Nem tempo para ficar com a mulher e os filhos o homem tinha. Quando não era tempo de semear, era de colheita, e ele passava o tempo todo lá na fazenda” (Evaristo, 2021, p. 16). Posteriormente, quando Luandi atingiu a idade, também passou a acompanhar o pai na lida na fazenda do coronel Vicêncio.

Menciona-se a família como um elemento rejeitado pela retórica da modernidade, na colonialidade moderna (Mignolo, 2010), devido às poucas possibilidades de gozar, inteiramente, do seio a qual ela representa, sobretudo devido às condições inóspitas de trabalho a qual são obrigados seguir, sem diretos trabalhistas, férias e salário. Assim como a realidade a qual Ponciá e o irmão encontrarão na cidade, nota-se que, agora, mesmo sendo livres, não há muitas expectativas para gozar plenamente de sua liberdade, já que a retórica desenvolvimentista e capitalista ocidental não permite.

Em outro trecho da narrativa, Ponciá reflete, logo após chegar à conclusão de que a morte de seus sete filhos no nascimento, de certa maneira, fazia parte de seu desejo, porque não valeria a pena pôr filhos num mundo como aquele. Temia que, após o nascimento, a sua criação

poderia terminar na roça, com muito trabalho servil e sem oportunidades, pois os negros eram “donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíam da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se fartar de miséria e com o coração a sobrar esperança. Ela mesmo havia chegado [...] com o coração crente em sucesso e eis no que deu” (Evaristo, 2021, p. 70).

Assim como Ponciá, que conseguiu apenas um barraco no meio do morro, quando na verdade, sonhava em ter uma casa para morar com sua mãe e seu irmão, Evaristo, na verdade, faz uma leitura de como o sistema da época incutia esses povos à miséria e a um tipo de servidão contínua e justificada pela retórica colonial, mesmo que nas entrelinhas, como as poucas possibilidades de solidificar uma família e criação de seus filhos num sistema sem abertura à esfera familiar para negros.

Para Quijano (1992), no cenário de colonialidade, o colonialismo é a matriz estabelecida para o seu funcionamento. Esta ideia, sublinhada pela noção de que uma raça era biologicamente colocada numa posição natural inferior à outra, expõe, na verdade, a decodificação das diferenças percebidas entre conquistados e conquistadores. Isto é, assim como a família Vicêncio e todos os moradores da Vila são classificados neste mesmo padrão, formulado em bases históricas e sociais já estabelecidas anteriormente, permanecem presos pela colonialidade do poder, no acesso ao conhecimento, no trabalho, nas relações subjetivas e intersubjetivas, recursos naturais (especialmente nas suas produções familiares), recursos e seus produtos.

Para Evaristo, “as casas dos negros, para o olhar estrangeiro, eram aparentemente iguais, chão batido, liso, escorregadio, paredes de pau a pique e cobertura de capim” (p. 51). Claramente, o que a autora busca mostrar é que esse retrato, presente em sua escrita marcada pela colonialidade moderna, revela a precariedade da infraestrutura dessas moradias como resultado direto da má distribuição econômica.

De maneira próxima, Hall (2023) também sublinha este período como “neocolonial”. Para o autor, este momento, que marca a transição indireta do colonialismo para a abertura de novos Estados-Nação, é caracterizado pela “independência do controle colonial direto” (p. 102), pela dependência do negro com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela “política das poderosas elites que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento” (p. 102). Portanto, o caráter literário de Ponciá Vicêncio ilustra como a teoria do discurso pós e decolonial problematiza o Novo Mundo em suas extensões.

A este despeito, propomos demonstrar, no próximo tópico, as experiências pessoais da família Vicêncio durante e após o cenário escravagista. Procuramos encontrar, também, que

marcas estes carregaram e como essas experiências culminaram em reflexos de personalidade e maneira de lidar com o passado e presente.

4.2.2 Experiências da família Vicêncio no colonialismo e no neocolonialismo

A despeito dos casos clínicos analisados por Fanon (2022) em *Os Condenados da Terra*, há um que, em especial, ilustra o ódio vivido pelo filho de Vô Vicêncio após o pai matar brutalmente a sua esposa. Nomeia-se “Caso n. 3: atitude neurótica de uma jovem francesa cujo pai, alto funcionário, foi morto numa emboscada” (p. 281).

No relato de uma jovem de 21 anos na Argélia, há uma predominância de ansiedade, que afeta suas relações sociais e estudos, causada por uma grande angústia. Procurando esclarecer o motivo das reações neuróticas da jovem, Fanon busca identificar que acontecimentos impulsionaram suas atitudes. Após descobrir que a principal causa era o pai, orienta suas investigações para a relação de ambos. No relato colhido, a jovem revela que

- Meu pai era um alto funcionário. Tinha sob sua responsabilidade uma imensa região rural. Assim que começaram os acontecimentos, ele se lançou à caça aos argelinos com uma raiva furiosa. Chegava a não comer absolutamente nada, a não dormir, de tal modo o exercitava a reprimir a rebelião. Assisti, impotente, à lenta metamorfose do meu pai. Por fim, decidi não mais ir vê-lo, permanecer na cidade. Na verdade, sempre que estava em casa, passava noites acordada, pois, vindo até mim, os gritos não paravam de me perturbar: no porão e nos aposentos desocupados, torturavam argelinos a fim de obter informações. O senhor não pode imaginar como é horrível ouvir gritos assim durante a noite toda. Às vezes, eu me pergunto como um ser humano pode suportar – não digo torturar –, mas simplesmente ouvir alguém gritar de dor. E isso se prolongava. Por fim, não voltei mais para casa. Nas raras vezes em que meu pai vinha me ver na cidade, eu não conseguia olhá-lo de frente sem ficar horivelmente incomodada e assustada. Tornava-se cada vez mais difícil abraçá-lo (Fanon, 2022, p. 281/282).

O motivo é claramente estabelecido no relato da jovem quando retrata os fatos brutais presenciados no passado cometidos pela figura paterna. Mais adiante, reitera ainda que, quando criança, na aldeia em que moravam, brincava constantemente com crianças argelinas de sua idade. Mesmo com a morte do pai posteriormente, o qual teve em seu velório um “grande destacamento militar” (p. 282), não consegue sentir compaixão. Pelo contrário, a repugnância aumenta à medida que vê outros oficiais chorando pela sua morte gloriosa.

A filha do oficial, em não concordar com o contexto de guerra e violência da época, após alguns anos, ainda apresentou traços neuróticos, como mencionado no trecho acima. De maneira parecida, o pai de Ponciá Vicêncio também carrega uma angústia de Vô Vicêncio pela morte de sua mãe.

É importante ressaltar, que, assim como a jovem, o marido de Maria Vicêncio também é sublinhado pelos traços neuróticos descritos por Fanon. Neste caso, após lidar com o trauma da perda da mãe, se torna calado, a ponto de Ponciá achar que o pai havia se tornado mudo, uma vez que quase não se lembrava dele falando algo, apenas concordando em pequenos sons com o que a sua mãe dizia.

Só se escutava a voz da mãe. Do pai só se ouvia uma resposta ecoando: hum, hum, hum... Foi naquela época que Ponciá começou a achar que o homem era quase mudo. Seu irmão falava, mas parece que estava ficando mudo também. A cada retorno falava bem menos e, depois que o pai se foi, era como se o encanto falante do irmão tivesse partido também (Evaristo, 2021, p. 49).

Entendemos que o contato contínuo do pai com a fazenda, o pouco diálogo – pois restava tempo apenas para o trabalho servil – é um fator agravante para a sua mudez. Contudo, é a morte da mãe que parece impulsionar os seus traços neuróticos. Em outra passagem da narrativa, os fatos são confirmados, pois o pai de Ponciá, mesmo sendo escravo quando criança, costumava falar bastante e chegou até a aprender a ler as letras do alfabeto com o sinhô-moço na antiga fazenda.

Após matar a sua esposa e decidir que permaneceriam na fazenda a qual eram cativos, o filho passa a alimentar um ódio e aversão à figura paterna, tal qual a jovem descrita por Fanon, “quando menino, ainda pequeno, tivera, talvez, medo, respeito, amor. Depois de tudo, pavor, ódio e muita vergonha [...] à medida que o velho piorava, começou a desejar ardentemente que ele morresse” (p. 21). Isto significa, que mesmo que o filho esteja em uma categoria a baixo da jovem europeia, por ser negro e estar inserido na matriz da colonialidade do poder, a neurose vivenciada por ambos surge por circunstâncias parecidas, já que presenciaram o ocorrido, mesmo que Vô Vicêncio tenha matado a sua esposa numa tentativa de escape da escravidão.

Para Cristian Dunker (2021), estas reações neuróticas remetem à infância e podem ocasionar, por exemplo, a perda de suas referências simbólicas devido ao trauma ocorrido no passado e que se solidificou. No caso do pai de Ponciá, como exemplo, este recorda que talvez tivesse tido amor pela sua figura paterna em algum momento de sua vida. Todavia, após a morte trágica da mãe pelo pai, a aversão ganhou relevância e, por isso, talvez, a mudez e a dificuldade para expressar-se ganham relevância diante de sua capacidade de se relacionar no seio familiar.

Fanon (2020) tem opinião próxima à de Dunker no que se refere à família e à infância como objetos psíquicos. Reitera, pois, que a psicanálise, buscando identificar e compreender comportamentos neuróticos vivenciados por adultos, busca identificar, no interior da família, “uma analogia com alguns elementos infantis, uma repetição, uma cópia dos conflitos surgidos no seio da constelação familiar” (p. 157). À semelhança da tese defendida por Dunker, Fanon

também se desloca para a noção de que dentro do interior da família, na infância, podem ocorrer distúrbios mediante repetições, como no caso mencionado acima.

Buscando problematizar pelo viés literário este caso, Evaristo tece exemplo de casos violentos repetitivos a que o filho de Vô Vicêncio era submetido. Por exemplo, ainda quando criança, era utilizado a serviço do sinhô-moço da fazenda, o qual era cativo e usado para acompanhá-lo e servi-lo em suas brincadeiras. No trecho abaixo, segue-se o relato de um dos momentos que ficaram guardados em sua memória e que, portanto, mantêm relação com seu trauma escravocrata.

Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro caía escorrendo quente pela sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas. Naquela noite teve mais ódio ainda do pai. Se eram livres, por que continuavam ali? (Evaristo, 2021, p. 17).

Para dar relevância ao ocorrido, a autora joga os fatos para o leitor de maneira que proponha nauseá-lo. A frieza de uma criança colonizadora diante do sofrimento desta outra está ligada, sobretudo, à maneira como o negro é construído pela civilização europeia – bárbaro, primitivo, sem subjetividade, portanto, sem sentimentos e sub-humanizado. Como propõe Cesáire (2020), a limitação pseudo humanística da época acerca da legitimidade do outro como eu é um dos fatores primordiais para os paradigmas sacrificiais a que são acometidos.

Já Luandi, sendo um negro livre, não aparenta traços neuróticos profundos como visualizados no pai. Por não ter vivido o contato direto colonial (Hall, 2023), não guarda lembranças como as apresentadas nos trechos acima. Por outro lado, por não ter domínio da escrita, leitura e conhecer apenas o trabalho no campo, acreditava que na cidade teria sucesso, pois sabia trabalhar.

Assim como Ponciá, que trabalhava como empregada, o irmão é designado aos serviços gerais em uma delegacia, conduzido pelo soldado Nestor – a quem tinha muita admiração e sonhava em tornar-se como ele, um soldado que mandava e batia, e pelo delegado. Relembrando, agora longe, da família e, sobretudo, do avô e do pai, parece ter uma visão mais compreensiva dos fatos ocorridos na infância de seu pai acerca da morte da avó.

Dizia mesmo que ele era doido, assassino. Tinha matado a mulher e quase se matara depois, se não fosse acudido a tempo. Luandi sabia também que o avô fizera tudo aquilo em um momento de desespero. Não queria ser mais escravo. E só não matou o pai de Luandi, que na época era menino, porque ele conseguiu fugir em busca de socorro. Vô Vicêncio queria morte. Se não podia viver, era melhor morrer de vez (Evaristo, 2021, p. 62).

Diferente da análise do pai sobre a atitude de Vô Vicêncio, que viveu os dois momentos, escravocrata e pós-escravocrata, seus filhos, livres, parecem ter uma compreensão mais sólida

dos acontecimentos ocorridos no passado. Mesmo Ponciá estando imergida num estado depressivo, fica claro para o leitor que a narrativa, na verdade, propõe que a neta, assim como o avô, permaneça em sua patologia com personalidade parecida, como, por exemplo, o desejo pela morte dos filhos no cenário inóspito da época, tal qual a consumação da morte da mulher no cenário colonial, como forma de única resposta possível ao sistema colonialista e neocolonialista.

Certo dia, Luandi regressa à Vila para procurar a mãe vestido de soldado e não a encontra. Queria impressionar a todos os moradores do local quando o vissem em seus trajes de oficial, mesmo que aquela roupa amarrotada fosse apenas uma encenação para o título que ainda receberia. Entretanto, ao procurar Nêgua Kainda para deixar um bilhete com seu endereço escrito, é alertado pela velha de que irá se decepcionar com os caminhos que decidiu seguir.

Depois Nêgua Kainda olhou os trajes de Luandi e deu de rir, mais com os olhos. Ria dizendo que o moço estava num caminho que não era o dele. Que estava querendo ter voz de mundo, mas de que valeria tanto, se sozinho? Se a voz de Luandi não fosse o eco encomprado de outras vozes-irmãs sofridas, a fala dele nem no deserto cairia. Poderia sim, ser peia, areis nos olhos dele, chicote que levantaria contra os corpos dos seus (Evaristo, 2021, p. 81).

Nêgua Kainda aparece na narrativa como alguém dotada de ancestralidade africana, capaz de prever o futuro e guiar a família Vicêncio para o caminho correto a ser seguido. Para Memmi (2024), isto cabe reflexões sobre como estas conjunturas – trabalho, casa, educação, moradia e poder aquisitivo – implicam em insuficiências vividas pelo negro no cenário colonial e pós-colonial.

O autor argumenta que “a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de ser colocado fora da história e fora da cidade” (p. 133). Sublinhando bem as linhas de Conceição Evaristo, sobretudo ao retratar a maneira como os moradores são excluídos de educação e, portanto, da escrita das narrativas memorialísticas de seus povos, além de poucos lugares para residir, apenas no campo, longe do maior fluxo comercial e econômico na cidade – exceto nas periferias –, a autora é assertiva ao retratar a supressão de possibilidades a esses povos.

Luandi também mantém caso com Biliza, uma mulher da vida, que passará a brotar sentimentos mais profundos à medida que se encontram. O soldado Nestor desaprovava estes sentimentos, pois dizia que o homem deveria entrar, se satisfazer e sair do cabaré, pois mulheres da vida não amavam ninguém. Entretanto, Luandi não dá ouvidos. Certo dia, Biliza é morta por Negro Climério a golpes de facadas. Este, após passar e avistar o cafetão sem saber de nada, correu a passos rápidos rumo ao casarão onde a moça se encontrava, “e foi o momento exato,

o tempo gasto para tomá-la nos braços e ver a sua Biliza-estrela, toda ensanguentada, se apagando” (Evaristo, 2021, p.97).

Após o ocorrido, o filho de Maria Vicêncio não encontra mais motivos para a vida na cidade, vive deprimido e triste em um canto na delegacia, saindo apenas para cumprir as suas funções trabalhistas. É somente após reencontrar a mãe, que recebeu seu bilhete por Nêgua Kainda, que encontra motivos para seguir em frente.

As experiências da família Vicêncio impulsionam o leitor a duas correntes históricas, a do momento colonial e neocolonial. De maneira que apresentam diferentes maneiras de lidar com os fatos ocorridos neste período pelo viés literário, Conceição Evaristo fornece amplas análises teóricas dentro de sua produção à forma como a instituição colonialista encontrou saídas para se perdurar no cenário pós-colonial.

Procuramos discutir, no próximo tópico, a maneira como a autora de *Ponciá Vicêncio* aborda a condição depressiva de Ponciá diante da situação pós-colonial, como as reações subjetivas e intersubjetivas implicam na personagem a sua reação e de seus ancestrais a um estado depressivo sem expectativas positivas.

4.2.3 Depressão em *Ponciá Vicêncio*

Dentre os efeitos psicopatológicos observados em sujeitos racializados no contato com o colonizador, destaca-se a depressão como um impacto psíquico significativo decorrente do trauma colonial, capaz de alterar profundamente sua relação com o tempo e o espaço. Para abordar essa condição, Tatossian (2006) em *Fenomenologia da Depressão*, utiliza termos como depressão, melancolia e tristeza para descrever a experiência depressiva. Contudo, o autor ressalta que o termo mais adequado para abarcar essa condição é "depressão melancólica."

Segundo o autor, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho, a palavra "tristeza" é insuficiente para descrever a profundidade da experiência melancólica, pois representa apenas uma consequência do quadro depressivo. Nesse sentido, a tristeza é empregada como uma metáfora, enquanto os termos "melancolia" ou "depressão melancólica" são considerados mais precisos para caracterizar essa condição.

Como já citado anteriormente, na literatura, termos como "melancolia" têm sido utilizados para descrever a condição depressiva no âmbito da psicopatologia, abrangendo diversas situações que refletem a complexidade dessa experiência. Para a psicóloga Elizabeth Ida Cardinalli (2012), melancólicos não experienciam o tempo como uma energia propulsiva,

“esse modo, para esses pacientes, o futuro é percebido como bloqueado; sua atenção se dirige ao passado e o presente é sentido como estancado (p. 30)”.

Nesse contexto, conforme elucida Fanon acerca do inconsciente, este passa a ser subcategorizado quando se trata da questão do colonizado, isto porque “como o drama racial acontece a céu aberto, o negro não tem tempo de inconscientizar” (2020, p. 165), devido, sobretudo, a viver a violência racial continuamente.

O drama racial, portanto, pode ser considerado um evento imediatamente perceptível. No entanto, há situações que assumem um caráter singular na psique do colonizado. Um exemplo pode ser observado no conto “A Escrava”, de Maria Firmina dos Reis (2019), e objeto de análise neste estudo. Na narrativa, Joana, uma mulher escravizada, enfrenta inúmeras adversidades, mas é a venda de seus filhos para o tráfico negreiro que redefine profundamente sua maneira de lidar com as experiências traumáticas do passado.

A subcategorização do inconsciente, nesse sentido, não pode ser ignorada, especialmente devido à forma violenta como os castigos eram infligidos. Contudo, certas experiências traumáticas específicas tornam-se marcantes e são constantemente revisitadas no presente. Como observa Cardinalli (2012), esses traumas podem inibir o sujeito de projetar um futuro a partir de sentimentos negativos e apreensões em relação ao mundo externo, que resultam em quadros de neurose. A este despeito, Tatossian reitera que

A angústia melancólica não é um vivido afetivo, mas uma essência transcendental, o estilo da perda, perda de todo objeto, mas também numa correlação rigorosa da perda de Si, como vazio de toda afetividade e de todo pensamento, “existência no vazio” no sentido de Von Gebattel. Como perda da experiência natural que comporta os objetos e um Si, ela é um outro tipo de experiência e não tem nada a ver com a angústia psicológica. (Tatossian, 2006, p. 169).

Em outras palavras, a experiência transcendental da perda de algo é ao mesmo tempo a perda de si, e implica na nova forma que o Ser irá se estabelecer posteriormente: apático e descolado de sua realidade presente. A força do inconsciente, desta maneira, parece não permitir uma compreensão da realidade exterior àquele momento. É aí que ocorre a perda de Si, já que o Eu é esquecido e o que ganha força é a memória que ocorreu antes e se solidificou.

A ausência de si é um dos vários fatores que atingem não somente o psicológico, como também o físico do sujeito depressivo. Méndez, Olivares e Ros (2005) destacam ainda a diminuição do comportamento adaptativo, alterações no apetite e sono, sentimento de culpa, dificuldade em se concentrar, ideias de suicídio, tentativas, ou o próprio suicídio.

Neste tópico, em virtude disso, propomos tratar da forma como a personagem Ponciá Vicêncio apresenta estas características nas implicações do cenário pós-colonial em suas eras

iniciais. Ainda durante a infância, seus pais já percebiam a semelhança de Ponciá com o avô, isso pelo motivo de que, ainda na fase de engatilhar, “andava com um dos braços escondido às costas, e tinha a mãozinha fechada como se fosse cotó” (Evaristo, 2020, p. 16). Esta imitação é um dos sinais que já assinalavam para a herança que o avô deixou para a menina que algum dia iria se consolidar.

A ancestralidade, cunhada na figura do avô, é um papel fundamental para compreender o problema da extensão colonial no cenário de pós-abolição. Stuart Hall (2023) responde a esta problemática em sua memoriosa obra *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, à medida que caracteriza as sociedades pós-coloniais “pela independência do controle colonial direto [...] pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista” (p. 102). Ou seja, se o avô representa a extensão da realidade de colonização na sociedade pós-colonial, a liberdade parece ser algo que sofre controvérsias.

Após a morte do pai na fazenda, Ponciá decide mudar de vida. Acreditava que, por saber ler e escrever, o futuro lhe reservava boas oportunidades. Decide pegar o trem e tentar novos caminhos na cidade. Almejava um futuro diferente daquele vivido no campo e iria consegui-lo após se mudar para a cidade, com um emprego digno de uma mulher letrada.

Após chegar na cidade, entretanto, se frustra. Passa a noite junto a outros mendigos na frente de uma igreja e só no dia seguinte consegue uma vaga de emprego como funcionária doméstica. Por estar trabalhando, agora, consegue comprar um barraco no subúrbio e volta à Vila na esperança de encontrar seu irmão e sua mãe. Contudo, ambos não residem mais no lugar. Luandi, seu irmão mais novo, também partiu para a cidade na esperança de uma vida melhor e sua mãe, Maria Vicêncio, vivia a andar pelas outras vilas na tentativa de os encontrar.

Com a viagem mal sucedida, Ponciá se encontra em um estado depressivo devido às várias partidas dos seus e também aos diversos espancamentos por parte de seu marido, principalmente por não entender a sua condição. No trecho que se segue, o marido utiliza a violência como uma tentativa de impulsioná-la para a realidade.

Ao ver a mulher tão alheia teve desejos de trazê-la ao mundo à força. Deu-lhe um violento soco nas costas, gritando-lhe pelo nome. Ela devolveu com um olhar de ódio. Pensou em sair dali ir para o lado de fora, passar por debaixo do arco-íris e virar homem. Levantou, porém, amargurada de seu cantinho e foi preparar a janta (Evaristo, 2021, p. 19).

Este, não entende o seu estado e, por este motivo, usou a violência como uma tentativa de trazê-la de volta. E para tratar do início da condição depressiva acima, a autora utilizou o termo “alheia”²¹, que vem do latim *alieno*, - *are* e significa tornar-se indiferente a tudo, alienar-

²¹ Disponível em < <https://dicionario.priberam.org/alheia> >. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

se, ou estar em perturbação intensa. Ponciá, portanto, parece viver a experiência transcendental proposta por Tatossian (2006), já que se encontra indiferente ao externo e vazia de afetividade.

O vazio, descrito pela autora, tem início no sobrenome Vicêncio, devido ao fato de todos os ex-escravizados tê-lo recebido em homenagem ao Coronel Vicêncio, senhor que concedeu terras aos povos da vila. Para alguns moradores, “parecia um pai, um senhor Deus” (Evaristo, 2021, p. 42). Ponciá, entretanto, preferia ser chamada de “nada” (p.19) a ter este sobrenome.

A herança que o avô deixou para ela corresponde não somente em evocar a marca de um passado diásporo e sem rastros (como o sentimento de perda de seu verdadeiro nome), tal como a realidade capitalista pós-colonial para negros. O que ocorre é que, com a introdução de um novo sistema, cuja finalidade seria superar o colonial, houve apenas um velamento de condições tão ou quase precárias quanto do escravocrata.

Fanon (2020) dialoga com esta colocação, ao esclarecer que há um “fenômeno psicológico em acreditar numa abertura do mundo na medida em que as fronteiras se rompem” (p. 36). No caso de Ponciá, o desvio existencial se instaura no momento em que parte para a cidade, já que não se encontrou um terreno fértil para o desenvolvimento de sua depressão quando residia na Vila com sua família, conforme aponta o trecho abaixo.

E agora, ali deitada de olhos arregalados, penetrados no nada, perguntava se valera a pena ter deixado a sua terra. O que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram somente sonhos, eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera contato com os seus. E agora feito morta-viva, vivia (Evaristo, 2021, p. 30).

É após a partida para a cidade que a herança começa a se consolidar, ou, nas palavras de Fanon (2020), Ponciá começa a se “anormalizar”. A ideia de anormalização aqui é compreendida no sentido externo, mas também interno do sujeito, devido ao fato de viver feito “morta-viva”, já que “não tinha coragem para morrer ainda” (Evaristo, 2021, p. 30). Verifica-se que, aqui, já ocorre uma perda de si e Ponciá começa a se aprofundar na figura de um sujeito depressivo, pois tem momentos de deslocamento da realidade e se mantém apática.

Em outro trecho da narrativa, Ponciá, após permanecer apática à presença do marido, percebe, num ato de lucidez, que a sua casa emanava a mesma desordem que havia em sua mente. É neste mesmo momento que compara a sua vida atual com a passada. Ao correr os olhos pelo lugar onde residiam, percebeu que

O pó avolumava-se por cima do armário velho. Pelos caibros do telhado acumulavam-se teias de aranha e picumãs. As trouxas de roupas sujas cresciam dias e dias pelos cantinhos do quarto. As folhas de jornal, que forravam prateleiras do armário, já estavam amareladas pelo tempo e roídas nas pontas pelos ratos e baratas. Toda noite ela contemplava o desleixo da casa, a falta de asseio que lhe incomodava tanto, mas

faltava-lhe coragem para mudar aquela ambiência. Fechou os olhos e lembrou da casinha de chão de barro batido de sua infância. O solo era todo liso e por igual, mesmo seco dava a impressão de ser escorregadio. Tudo ali era de barro. Panelas, canecas, enfeites e até uma colher com que a mãe servia o feijão. Ao lembrar da mãe, sentiu um aperto no peito (Evaristo, 2021, p. 23).

A forma como Ponciá se recorda da infância, da casa, dos objetos produzidos pelo barro e da mãe, remetem à ideia de que as lembranças de sua vida no campo eram felizes e sem indícios patológicos. É a ida para a cidade que faz com que seus primeiros indícios depressivos surjam, pois, como apresentado acima, se recorda de maneira fraterna dos seus familiares e da vida no campo.

Um fato relevante a ser acrescentado é que o cenário pós-colonial da época ainda era conturbado. É o que destaca Aimé Cesáire (2020) ao ponderar que a distância da colonização à civilização era infinita. Parece ser o caso da visão de Ponciá sobre o período e acerca da situação na qual se encontrava no campo e depois na cidade. Por permanecer parte de sua vida no seio familiar no campo e não ter tido contato direto com a realidade da mulher negra na cidade antes de partir, a sua desilusão gera um grande choque, culminando na quebra de suas expectativas em que conseguiria sucesso.

Para Dunker (2023), a depressão, sendo o prolongamento e a intensificação da tristeza, é a própria indisponibilidade do sujeito a algo ou a alguém. A exemplo, a filha de Maria Vicêncio e o marido, à medida que o casamento se degradava, conversavam menos e este constantemente a fazia sentir também a sua própria dor.

Quando viu Ponciá parada, alheia, morta-viva, longe de tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-lhe, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa. Quando o homem viu o sangue escorrer-lhe pela boca e pelas narinas, pensou em matá-la, mas caiu em si assustado. Foi ao pote, buscou uma caneca d'água e limpou arrependido o rosto da mulher. Ela não reagia, não manifestava qualquer sentimento de dor ou de raiva. E desde esse dia, em que o homem lhe batera violentamente, ela se tornou quase muda (Evaristo, 2021, p. 83).

A única forma que o marido encontrou de trazê-la de volta à realidade é sentindo dor. Todavia, a mulher já está em um estado depressivo profundo e permanece apática e alheia a seus chamamentos. É fato que a violência acometida pelo marido é uma forma brutal de chamá-la, entretanto, “este parece ter pouca percepção e entendimento do seu estado, achando até que a esposa “devia estar com algum encosto” (p. 83).

Nesse sentido, Dunker intitula “Entrevista com a depressão” (p. 111), um capítulo de sua célebre obra, *Uma biografia da depressão*, como maneira simbólica de entrevistar a própria patologia. De maneira próxima às reações de Ponciá Vicêncio, em termos clínicos, pondera que a depressão é “um luto patológico [...] a condensação simbólica do pensamento, a lentificação

da fala, a dor psíquica do existir, a dor vivida no corpo [...] a dor que tira a graça da vida, a culpa por ter sobrevivido, a concentração da memória em torno do que foi perdido” (p. 111).

Descrevendo com êxito a situação de Ponciá, Dunker revela que, em especial, a morte da linguagem, como descrito no parágrafo acima, além de sua concentração no abismo – realidade do negro na época – são reações patológicas que culminam na cadaverização do corpo (Reys, 2015), além da transcendência do psíquico aos eventos traumáticos sólidos do passado.

Com o estado depressivo aprofundado, os vizinhos de Ponciá acreditam que a mulher havia ficado louca e que era melhor colocá-la em um hospício, porém, o marido não queria, pois “sabia, porém, que Ponciá Vicêncio precisava, apenas, de viver os seus mistérios, cumprir o seu destino” (p. 104). Ou seja, a maneira como a esposa é vista, agora por seu companheiro, assume um olhar caridoso e cuidadoso, por pena, devido à forma como a espancava, mas também por entender que esta já tinha uma sina traçada desde sua infância.

A falta de cheiro ou gosto nos alimentos é outro elemento que aponta para o quadro depressivo da personagem: “[...] da panela subia cheiro algum. O alimento descia incorreto, torto, seco, provocando uma tosse entre uma colherada e outra” (p. 23). Méndez, Olivares e Ros (2005), como destacado acima, são assertivos ao esclarecer que a falta de olfato e paladar são resultados dos efeitos físicos causados pelo quadro depressivo. Logo, com a perda destes sentidos, fica claro que o estado melancólico está se aprofundando.

A condição de Ponciá reflete a situação pós-colonial na metrópole e a condição de ex-escravizados diante de uma situação psicológica pós-colonial neurótica, ou o que Stuart Hall (2023) chamou de “relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista” (p. 102). Ou seja, encontra-se uma monopolização do poder econômico, cultural e implicações sobre a condição psicoexistencial do outro. O casamento malsucedido, portanto, é um agravante ainda mais prejudicial para o seu estado.

Envolvida em seu quadro depressivo, o tempo aparece não linear e de forma desordenada, pois se Ponciá, outrora, almejava um futuro melhor e diferente de sua família, agora, no presente, não consegue mobilizar-se para alcançá-lo, já que os impulsos do seu inconsciente, os quais são radicados na figura colonial do avô, não a permitem ver uma realidade diferente para aqueles que partiram para a metrópole. Assim, “pouco a pouco [...] se adentrava num mundo só seu, em que o outro, cá de fora, por mais que gostasse dela, encontrava uma intransponível porta” (p. 93).

Se a forma que o seu marido encontrou de lidar com a sua condição foi agredindo-a, mesmo que ainda gostasse da esposa, como descrito acima, com o agravamento de seu estado depressivo, não sobraria espaço para lidar com este outro, já que penetrava em um mundo

diferente do seu. Se, para Cardinalli (2012), a existência do passado é algo que impede a projeção do futuro de Ponciá, é o seu caráter neurótico depressivo que impõe apreensões e visões negativas sobre o mundo exterior.

Já completamente absorvida pela sua nova condição, decide sair para encontrar a sua família e o seu marido não a impede, fica a observando de longe apenas. O seu irmão, que também havia saído para tentar um futuro melhor na cidade, após se desiludir diante da morte de Biliza por Negro Climério, reencontra a mãe e decide assumir a sonhada vaga de soldado. Sai para a estação imitando os gestos do soldado Nestor, mas não contava, porém, com mais um encontro.

O reencontro dos irmãos acontece na estação. Já no seu primeiro dia de posto, Luandi encontra a irmã e, mesmo ela não o reconhecendo, lhe mostra a pequena estátua desenhada do avô e pergunta se ele o conhece. O marido de Ponciá, que a observava de longe, não se permite apresentar-se e mantém uma certa distância, os observando silenciosamente. A mãe, que já havia encontrado o filho, agora reencontra Ponciá já absorvida em um estado depressivo. Compreendem, pois, que é o momento de retornarem e os três para a Vila Vicêncio. Desta forma,

[...] do tempo lembrado e esquecido de Ponciá Vicêncio, uma imagem se presentificava pela força mesma de seu vestígio, Vô Vicêncio. Lá fora, no céu de arco-íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não haveria de se perder jamais, se guardaria nas águas do rio. (Evaristo, 2021, p. 111).

No parágrafo acima, a presença do avô Vicêncio representa o legado do passado colonial que não pode ser ignorado, pois continua a se manifestar na vida de Ponciá. Como destaca Fanon (2020), é um “homem liberto do trampolim constituído pela resistência alheia, escavando a própria carne” (p. 23). Em outras palavras, para o sujeito que viveu a era pós-colonial, há uma constante busca para entender a si e, conseqüentemente, para agir em relação aos novos tempos, que ainda permanecem nebulosos e desafiadores.

Este capítulo propôs uma reflexão crítica sobre as histórias entrelaçadas desde o período colonial até suas extensões contemporâneas, articulando-se com o que Fanon (2020) conceitua como “novo humanismo”. Nessa perspectiva, os termos *humano* e *novo* apontam para possibilidades de ressignificação do lugar do outro no mundo, historicamente negado como sujeito de direitos e afetos, ao mesmo tempo em que reafirmam a capacidade plena de experimentar tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade.

No caso das personagens Ponciá e Joana, essa humanidade se manifesta por meio da expressão de sentimentos que, além de refletirem os impactos do sistema opressor vigente,

constituem também formas de resistência. Em contextos marcados pela dominação sob o signo do chicote, da fome e da expropriação, a possibilidade de afirmar o “eu” é sistematicamente negada, tornando qualquer gesto de subjetivação um ato político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, percebemos como os estudos pós-coloniais possibilitaram aberturas para analisar a condição do negro no cenário colonial e pós-colonial, evidenciando como a colonização foi um fator físico, discursivo, mas especialmente psicológico, já que as violências acometidas aos negros os impulsionam a fendas psíquicas devido o drama racial ser um evento traumático.

Devido a estes fatores, a literatura surge como um instrumento para denunciar as mais diversas atrocidades, especialmente ao caminhar, junto à crítica pós-colonial, na necessidade de ouvir o outro pela sua própria voz. São diversas as obras citadas nesta dissertação que permitiram vislumbrar não somente o êxito como estes autores (as) em sua literatura abarcaram as relações e reações intersubjetivas e subjetivas dos povos colonizados em sua desterritorialização.

Podemos perceber, na análise das obras “A Escrava” (2018) e *Ponciá Vicêncio* (2021) como o sistema colonialista e neocolonialista era baseado em conjunturas similares, ao evidenciar, por exemplo, como a família de Joana e de Ponciá não poderiam viver plenamente saudáveis diante de circunstâncias que encutinhavam o outro em paradigmas sacrificiais sob o julgo de um discurso eurocêntrico e racista.

A única forma possível de existir e resistir no caso das personagens protagonistas das obras em análise foi por meio do colapso do psíquico. Como demonstrado no caso das patologias vividas por Joana e Ponciá, ambos os sistemas se cunhavam nas mesmas formas de dominação, em que era possível os amarrar econômico, político, físico e emocionalmente, velados sob uma verdade ilegítima de que a sua emancipação só era possível por meio de sua própria destruição.

As duas narrativas, portanto, trazem temas atuais para as discussões pós-coloniais e cortejam os estudos psicopatológicos de Frantz Fanon (2020), uma vez que o psicanalista, pioneiro em análises clínicas acerca da alteração neurótica do negro no cenário colonial e neocolonial, fornece uma ampla investigação não somente pelo viés crítico pós-colonial, como também psicanalítico.

As duas obras, mesmo que escritas em períodos diferentes, propõem análises parecidas sobre a situação do negro colonizado. Enquanto Conceição Evaristo chama a atenção para o problema psicológico – a depressão – no cenário de pós-abolição na primeira metade do século

XIX, Maria Firmina, ainda na segunda metade do século XIX, já alertava para este mesmo problema ao retratar a loucura de Joana.

As atitudes de Joana, ansiosa, neurótica e com medo das figuras escravocratas, representa que a venda de seus filhos, Carlos e Urbano, além da forma como os castigos eram impregnados – pois estava destinada ao tronco e a diversas chicotadas – eclodiram no que Fanon (2022) denomina de grande choque afetivo, em especial por ocasião da maternidade, já que é a venda dos filhos para o tráfico negreiro que a coloca em uma situação patológica.

No caso de Ponciá, estava destinada a carregar a herança psíquica dos seus ancestrais, cunhada simbolicamente pela loucura de seu avô. Acarretando um estado depressivo, o seu contato com a cidade e a realidade da mulher negra no mercado de trabalho incutiram na filha de Maria Vicêncio diversos traumas, o que não a permitiu encontrar alívio para seu estado mórbido, mesmo retornando para a Vila Vicêncio, seu lugar de origem.

As escolhas de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, à vista disso, nas duas obras, proporcionaram uma análise ampla nesta dissertação, pelo viés literário, teórico e clínico para problematizar a esfera escravocrata, mas também como o novo sistema instaurado, após o período colonial, inclinava-se ao que a teoria do discurso decolonial denominava de colonialidade moderna, como descrito por Mignolo (2010).

Tensionando problematizar esta problemática, esta dissertação teve como objetivo investigar os impactos do colonialismo e da colonialidade na construção de subjetividades negras, evidenciando os desdobramentos psicossociais e literários decorrentes do contato violento entre Ocidente e Oriente, especialmente em contextos marcados por relações de dominação, apagamento e resistência.

A partir de um olhar interdisciplinar, que articula teoria pós-colonial, estudos decoloniais, literatura e psicopatologia, procurou-se refletir sobre os legados do colonialismo tanto no campo das ideias quanto na constituição dos sujeitos subalternizados nos dois períodos em questão pelo viés psicológico.

No primeiro momento, evidenciou-se como a estrutura colonial se sustenta por um discurso maniqueísta que naturaliza hierarquias entre civilizado e selvagem, centro e periferia, branco e negro. A crítica pós-colonial, nesse sentido, surge como ferramenta teórica de resistência e ressignificação, oferecendo releituras do papel do negro no Novo Mundo e propondo uma revisão das narrativas hegemônicas da modernidade. O giro decolonial latino-americano (Quijano, 1992), por sua vez, revelou-se fundamental ao propor novas formas de leitura da subalternidade e ao tensionar os paradigmas eurocêntricos de conhecimento.

Em seguida, aprofundou-se nas tensões entre literatura e colonização, com destaque para a obra de Frantz Fanon, cuja análise da psicopatologia do colonizado permitiu compreender as marcas psíquicas do trauma colonial. A literatura, nesse contexto, aparece não apenas como representação, mas como um lugar de denúncia e elaboração simbólica das feridas históricas, revelando as conexões entre dominação política, sofrimento psíquico e produção literária.

Assim, a análise das duas obras foi fundamental para aprofundar o pensamento literário afro-brasileiro como resistência pelo adoecimento psíquico das duas personagens nas respectivas obras. Em ambas, identificou-se a loucura e a depressão como categorias sociais que expõem as violências estruturais herdadas do regime escravista e perpetuadas pela modernidade racializada, como acentuada por Lélia Gonzales no pensamento feminista negro (2020). As personagens Joana e Ponciá, em suas trajetórias marcadas por silenciamento, exclusão e busca de pertencimento, encarnam a dor ancestral e coletiva de uma diáspora que ainda reverbera na subjetividade negra contemporânea.

Assim, esta dissertação contribui para o debate acerca das múltiplas formas de colonização do corpo e da mente, da história e da linguagem, apontando a literatura como um espaço de insurgência e reconstrução de narrativas. Ao abordar criticamente os efeitos do colonialismo nas estruturas psíquicas e sociais, reafirma-se a urgência de projetos de leitura e de pensamento que se afastem das lógicas eurocêtricas e promovam um verdadeiro diálogo com as vozes silenciadas da história.

O percurso aqui trilhado não pretende encerrar a discussão, mas abrir caminhos para novas investigações que articulem literatura, memória, saúde mental e epistemologias de resistência. Que esse movimento de escuta e análise das vozes subalternizadas continue a inspirar práticas acadêmicas comprometidas com a justiça histórica e cognitiva.

Por isso, propomos, ainda, com a construção deste trabalho, abrir possibilidades para discussões hodiernas no que se tange as discussões relacionadas aos efeitos psíquicos causados pela forma como o sistema escravocrata proporciona no negro não somente o desvio neurótico, como também se manifesta como o próprio campo sólido para a culminação dos diversos tipos de doenças psicológicas.

Por fim, espera-se que esta dissertação provoque inquietações nos estudos culturais, críticos literários e também clínicos, para que viabilize, como elucida Hall (2023), abertura de outras vias analíticas dentro do contexto hediondo colonial na formação social, subjetiva e cultural dos povos atingidos pela retórica do mito da Modernidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Karla Daniel Martins de Sousa. **Conceição Evaristo: do imaginário racial à circulação do seu dizer**. Dissertação (Mestrado em Letras), Paraná, 2021.
- ALMEIDA, Horácio de. **Prólogo**. In: **Úrsula: romance original brasileiro**. Edição fac-similar. São Luiz: Governo do Maranhão, 1975.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, Ateliê, 2004.
- ASSIS, Machado de. **O Alienista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- CAMELO, Luís Fernando Lima. **O escre(viver) em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: escrita, história e vivência**. Dissertação (Mestrado em Letras), Maranhão, 2023.
- CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é Deus**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.
- CARDINALLI, Ida Elizabeth. **Daseinsanalyse e Esquizofrenia: um estudo da obra de Medard Boss**. São Paulo: Escuta, 2012.
- CÁRCERES, Florival. **História Geral**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se: “Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa”**: Uma cartografia das Amas-de-Leite na Sociedade Carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História): UNB, 2006.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo. Veneta. 2020.
- CERVANTES, Saavedra, Miguel de. **Dom Quixote**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba: bruxa negra do Salém**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Classe e Raça**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, maria Cristina Gonçalves. **Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Rio de Janeiro: Saúde e Debate, 2020.
- DUNKER, Christian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta, 2021.
- DUSSEL, Henrique. **1492: O Encobrimento do Outro (a origem do mito da modernidade)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FERREIRA, Shirley. **Relendo o álbum de Maria Firmina dos Reis**. Tese (Doutorado em Letras), Juiz de Fora, 2024

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de Memórias Coloniais**. Coimbra: Angelus Novus, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FREITAS, Dayane Cristina de. **O Tema e o problema: memória e esquecimento nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis (1989 – 2019)**. Dissertação (Mestrado em História), Uberlândia, 2021.

GOETE, Johann Wolfgang. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

LOBO, Rafael Haddock. **História da loucura de Michel Foucault como uma “história do outro”**. Porto Alegre: Veritas, 2008.

LONDERO, Rodolfo Rorato. **Tarde demais para morrer jovem: depressão e suicídio na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Criação e Crítica, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. *In: MIGNOLO, Walter. Género y Descolonialidad*, Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

MENDES, Algemira Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Rio de Janeiro: RBCS, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MORAIS FILHO, José Nascimento de. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: COCNS, 1975

MUSILLI, Celia. **Literatura e loucura: a transcendência pela palavra**. Dissertação (mestrado em Letras), Campinas, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus; 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: ____ BONILLO, Hera clío (co mp.). **Los conquistados**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

REIS, Maria Firmina dos. A Escrava. In: _____. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

REYS, Bruno Netto dos. **Corpo, objeto e gozo na melancolia**. Tese (Doutorado em Psicologia), Rio de Janeiro: UFRJ. 2015.

ROSA, Laura. A louca da fonte. In: _____. **As promessas**. São Luís: Grupo de Estudos em Literatura Maranhense GELMA, 2023.

SANTOS, Iracema Paixão dos. **Insubmissa mulher: Maria Firmina, uma voz feminina negra no contexto da abolição**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Salvador, 2024.

SANTOS, Katiana Souza. **Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance *Úrsula***. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade), São Luís, 2015.

SANTOS, Maria Alice de Pereira dos. **Marcadores sociais da diferença: especificidades da mulher negra em *Úrsula* (1859) e *A escrava* (1887), de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Letras), Pará, 2023.

SHAKESPEARE, William. **A Trágica História de Hamlet, Príncipe da Dinamarca**. Trad. Ridendo Castigat Mores. São Paulo: eBooksBrasil.com, 2000.

SILVA, Nilcéia Rosário de. **A solidão do corpo negro e suas representações sociais na construção das personagens da família Vicêncio, de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Letras), Bahia, 2023.

SOUZA, Andréa Dias Cunha. **Tigres: Tristes Operários do labor do Mundo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade Federal Fluminense, 2007.

SOUZA, Leonardo Gomes de. **YABÁS: heranças míticas em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Letras), Minas Gerais, 2022.

SPIVAK, Gayatri ChakraVorty. **Pode o Subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras; 1993.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha; 2001.

TATOSSIAN, Arthur. **A fenomenologia das psicoses**. Tradução de Célio Freire. São Paulo: Escuta, 2006.

PEREIRA Caio Mathias Vaz. **O grande pumbo: o tráfico intra-americano de escravos na formação do Atlântico Sul (1640 – 1700)**. Dissertação (mestrado em História), Niterói, 2021.

VIEIRA, Itamar Júnior. **Torto Arado**. Portugal: Grupo Leya, 2018.